



MUNICÍPIO DE AMARANTE

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2021

AMARANTE

CÂMARA MUNICIPAL

ALAMEDA TEIXEIRA
DE PASCOAL S.
4100-011 AMARANTE

T. 255 420 200
F. 255 420 201
geral@cm-amarante.pt



TSIMAS
AMARANTE



Handwritten signatures and initials, including 'HW' and 'Amadeu'.



Relatório de gestão e contas

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
2 *[Handwritten signature]*



ÍNDICE	
MENSAGEM DO PRESIDENTE	6
INTRODUÇÃO	8
CAPITULO I – ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL E RECURSOS HUMANOS	9
CAPITULO II – REPORTING FINANCEIRO.....	12
1. ANÁLISE ORÇAMENTAL.....	12
1.1. RECEITA.....	16
1.1.1. RECEITA PRÓPRIA	17
1.1.2. TRANSFERÊNCIAS OBTIDAS	20
1.1.3. FINANCIAMENTO BANCÁRIO	21
1.2. DESPESA	22
1.2.1. DESPESA POR NATUREZA ECONÓMICA – DESPESA CORRENTE E DESPESA DE CAPITAL ...	22
1.2.2. DESPESA POR AGREGADOS ECONÓMICOS	24
1.2.2.1 ENCARGOS DE FUNCIONAMENTO	24
1.2.2.2 INVESTIMENTO GLOBAL.....	27
1.2.2.3 SERVIÇO DA DÍVIDA.....	28
1.3. RESULTADO ORÇAMENTAL	29
1.4. PRINCIPAIS INDICADORES ORÇAMENTAIS	31
2. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA	33
2.1. DESEMPENHO FINANCEIRO	34
2.2. Desempenho Económico	37
2.2.1. ANÁLISE DOS RENDIMENTOS.....	38
2.2.2. ANÁLISE DOS GASTOS.....	39
2.2.3. RESULTADOS.....	40
3. LIMITES LEGAIS.....	41
3.1. AFERIÇÃO DO LIMITE DA DÍVIDA TOTAL (LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO)	41
3.2. Equilíbrio Corrente (artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro)	44
4. CONTABILIDADE DE GESTÃO	46
5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS E PONTO 4.1 DA INSTRUÇÃO N.º1/2019 DO TdC	49
CAPITULO III – REPORTING DE ATIVIDADES.....	51
FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO	61
DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS	62
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	64
DOCUMENTOS ORÇAMENTAIS	105

Handwritten signatures and initials are present on the right side of the page, including a large signature that appears to be 'HO' and other smaller initials and marks.



ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Trabalhadores por cargo/carreira segundo a modalidade de vinculação e género	10
Quadro 1A - Trabalhadores por cargo/carreira segundo o escalão etário e género	11
Quadro 2 - Síntese da Execução Orçamental	12
Quadro 3 – Síntese da Execução Orçamental da Receita	13
Quadro 4 - Síntese da Execução Orçamental da Despesa	13
Quadro 5 - Resumo do Desempenho Orçamental.....	14
Quadro 6 - Análise Orçamental da Receita	14
Quadro 7 - Análise Orçamental da Despesa	15
Quadro 8 - Análise orçamental da Receita	17
Quadro 9 – Evolução da Receita Própria	18
Quadro 10 - Evolução da Receita Própria Proveniente de Impostos.....	18
Quadro 11 - Evolução de Outras Receitas Próprias.....	19
Quadro 12 - Evolução das Transferências Obtidas	20
Quadro 13 - Evolução da Utilização/Amortização de Empréstimos MLP	21
Quadro 14 - Evolução da Despesa por Classificação Económica Período Homólogo.....	23
Quadro 15 – Evolução da despesa por Classificação Económica.....	23
Quadro 16 - Evolução da Despesa por Agregados Económicos.....	24
Quadro 17 - Trabalhadores por cargo/carreira segundo a modalidade de vinculação e género	25
Quadro 18 - Evolução da Despesa Aquisição de Bens e Serviços Período Homólogo.....	26
Quadro 19 - Desagregação do Investimento Direto	28
Quadro 20 - Resultado Orçamental (Receita vs Despesa vs Saldo de Gerência).....	29
Quadro 21 - Resultado Orçamental.....	30
Quadro 22 - Evolução dos principais indicadores orçamentais	31
Quadro 23 - Estrutura do Ativo	34
Quadro 24 – Fundos próprios e passivo.....	35
Quadro 25 – Demonstração de Resultados.....	37
Quadro 26 – Estrutura e evolução dos rendimentos.....	38
Quadro 27 – Estrutura e evolução dos gastos.....	39
Quadro 28 – Resultados	40
Quadro 29 – Apuramento da capacidade de endividamento para o ano de 2021.....	42
Quadro 30 – Equilíbrio orçamental	44
Quadro 31 – Mapa de Cálculo de Amortizações Médias de Empréstimos.....	45
Quadro 32 – Contas analíticas de gastos.....	46
Quadro 33 – Classificação funcional dos gastos	47
Quadro 34 – Classificação dos gastos por grandes áreas funcional.....	48
Quadro 35 – Execução Orçamental das GOP's por Objetivos Estratégicos.....	60

Handwritten signatures and initials in the bottom right corner, including "HC", "R", and "A".



ÍNDICE DE GRÁFICOS E FIGURAS

Figura 1 - Distribuição dos trabalhadores pelas diferentes Unidades orgânicas	9
Gráfico 1 - Evolução da receita cobrada.....	16
Gráfico 2 – Distribuição da receita.....	16
Gráfico 3 – Evolução dos principais impostos diretos.....	19
Gráfico 4 – Evolução da despesa paga	22
Gráfico 5 – Receita vs Despesa vs Saldo de Gerência	29
Gráfico 6 – Evolução da poupança corrente.....	30
Gráfico 7 – Classificação funcional dos gastos	48

[Handwritten signatures and initials]

5



MENSAGEM DO PRESIDENTE

Em conformidade com o estabelecido nos normativos legais aplicáveis, apresentam-se as contas do Município de Amarante, num exercício de transparência e prestação de contas públicas da governança do exercício económico de 2021.

Para que melhor se avalie o desempenho económico-financeiro e de toda a atividade relativamente ao ano de 2021, é importante referir o contexto que marcou o desenvolvimento dessa atividade.

Conforme se tinha registado em 2020, a atividade municipal e contexto em que se desenvolveu continuou a ser profundamente marcada pela infeção epidemiológica provocada pela pandemia da doença SARS-COV-2 com efeitos ao nível económico e social.

Apesar de em 2021 já se ter registado algum abrandamento no tocante aos efeitos associados à pandemia COVID-19, continuou a ser um período de grande exigência e desafios para todos, com um grau de incerteza e imprevisibilidade que condicionou sobremaneira o regular desenvolvimento das atividades municipais.

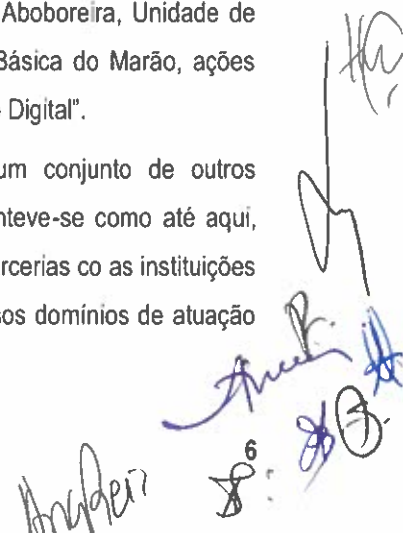
Naturalmente, continuaram a ter especial relevância nas políticas municipais, as medidas de prevenção, contenção e mitigação associadas à pandemia COVID-19, tendo-se alocado recursos a resposta de apoio à comunidade, às instituições, à economia e empresas.

Não obstante este quadro de pandemia de grande exigência à gestão municipal, procuramos continuar a desenvolver os projetos e ações estruturantes para o futuro de Amarante, nomeadamente através da concretização de investimentos financiados no quadro do Portugal 2020.

Determinante para o desenvolvimento do concelho, o financiamento comunitário representa uma importante fonte de financiamento e resultado do trabalho dos últimos anos, garantimos o financiamento comunitário para a concretização de um conjunto alargado de projetos, registando-se em 2021 a arrecadação de 6,7 milhões de euros de receita de fundos comunitários.

Do conjunto dos projetos financiados no âmbito do Portugal 2020, que contribuem significativamente para a modernização do concelho e para o reforço da competitividade e melhoria das condições de vida dos Amarantinos, destacam-se: Recuperação do Bairro Cancela de Abreu, Recuperação do Solar dos Magalhães, Recuperação do Cine-Teatro de Amarante, diversos projetos no âmbito da candidatura Mobilidade Urbana Sustentável de Amarante (PAMUS), diversas intervenções estruturais de desobstrução, reabilitação fluvial e contenção de cheias (POSEUR), projetos no âmbito do PROVERE - Valorização do Cluster turístico das Serras do Marão e Aboboreira, Unidade de Saúde Familiar de Amarante, remoção de amianto na Escola Básica da Torreira e Escola Básica do Marão, ações internacionais no âmbito dos projetos *BeePathNet* e *iPlace* e o projeto "Amarante Transformação Digital".

Para além da concretização destes projetos estruturantes, registe-se a execução de um conjunto de outros investimentos de requalificação urbanística e requalificação realizados nas freguesias e manteve-se como até aqui, outros investimentos não menos importantes como o apoio às juntas de freguesia, o apoio e parcerias com as instituições sociais, culturais, e desportivas do concelho e a concretização de projetos e ações nos diversos domínios de atuação municipal.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name "Amarante" and various initials.



Saliente-se ainda, que 2020 marcou o arranque do exercício de competências por parte do município no domínio da educação, materializando-se a transferência de competências da administração central para o município.

O presente Relato, elaborado pelo segundo ano de acordo com as respetivas Normas Contabilísticas Públicas (NCP), comporta para além da análise à atividade municipal, a análise do desempenho orçamental e económico-financeiro, sendo esta prestação de contas públicas um momento de aferição e avaliação desse mesmo desempenho.

Naturalmente as contas são apresentadas numa base de rigor e em observação dos normativos legais aplicáveis e importa também realçar que as contas municipais para além da verificação dos órgãos municipais, são auditadas por Revisor Oficial de Contas, apreciadas pelo Tribunal de Contas e pela Direção-Geral das Autarquias Locais.

Da leitura dos documentos e, de forma resumida, o que espelham os números das contas do Município de Amarante de 2021:

- Relativamente à execução orçamental, incluindo o saldo da gerência anterior, o volume de receita arrecadada situou-se cerca dos 54 milhões de euros, correspondendo ao exercício económico com maior volume de receita arrecadada;
- A execução orçamental de 2021 foi francamente positiva, para além de se terem liquidado todas as faturas validadas com entrada até 31 de dezembro, o Município transitou para 2022 com um saldo orçamental de 6.668.939,73 euros, indicador de uma situação financeira equilibrada que permite encarar 2022 com bastante otimismo e confiança na concretização do ambicioso programa de investimento vertido no orçamento municipal;
- No tocante ao endividamento, o município apresenta uma dívida total em 31-12-2021 de € 19.212.047, cujo limite se situa nos € 41.387.925, representando uma margem absoluta de endividamento de € 22.175.878, representando uma capacidade de endividamento utilizada de 46% e uma margem disponível de 54%;
- Quanto ao equilíbrio corrente "*...a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.*", ainda que no ano de 2021 a sua aplicação se encontre suspensa, no final de 2021 o município apresenta uma margem superior a 6 milhões de euros;
- No que respeita a pagamentos a fornecedores, conforme já referido, foram liquidadas todas as faturas validadas com entrada até 31 de dezembro, ou seja, pelo segundo ano consecutivo terminamos o ano sem faturas por pagar, o que para além de representar um outro indicador de equilíbrio das finanças municipais, representa também um forte contributo para o reforço da liquidez das empresas fornecedoras do município, particularmente para as empresas locais, neste período de grandes dificuldades impostas pela pandemia COVID-19.

Como nota de conclusão, 2021 foi um ano de grandes dificuldades e exigência no combate à pandemia COVID-19, continuando o município a materializar a estratégia de desenvolvimento definida, com a concretização de projetos estruturantes para o concelho e, os documentos de prestação de contas de 2021 demonstram a situação financeira equilibrada, resultado de uma gestão rigorosa e responsável do executivo municipal.

Handwritten signatures and initials:
André
70.000
H.O.



INTRODUÇÃO

Depois de 20 anos de implementação e consolidação do sistema contabilístico das autarquias locais, Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), instrumento que permitiu conferir maior fiabilidade e uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira das autarquias locais, surgiu em 2020 um novo normativo contabilístico aplicável às Administrações Públicas.

O arranque do novo referencial contabilístico em 2020 aconteceu num contexto de grande exigência técnica e num quadro de algumas dificuldades de implementação principalmente associadas às plataformas informáticas de suporte ao SNC-AP e a sua articulação com as plataformas da DGAL e Tribunal de Contas, que ainda apresentam limitações.

A reforma da contabilidade e contas públicas surge no contexto da necessidade de revisão do modelo de gestão das finanças públicas, visando colmatar um conjunto de fragilidades do anterior modelo. A publicação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e da nova Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, abrem caminho à reforma da gestão pública.

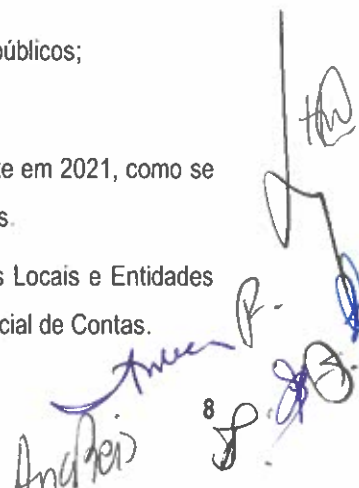
O novo SNC-AP visa promover a harmonização contabilística, fomentando o alinhamento entre a contabilidade pública e as contas nacionais, uniformizar procedimentos, melhorar a transparência das contas públicas, contribuir para a satisfação das necessidades dos utilizadores da informação e relato orçamental e financeiro das entidades públicas. Este conjunto de normas integrantes do novo normativo representa um modelo importante de normalização contabilística e implica alterações profundas na contabilidade pública.

Conforme consta do seu articulado, O SNC -AP permite o cumprimento de objetivos de gestão, de análise, de controlo, e de informação, nomeadamente:

- a) Evidencia a execução orçamental e o respetivo desempenho face aos objetivos da política orçamental;
- b) Permite uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e das respetivas alterações, do desempenho financeiro e dos fluxos de caixa de determinada entidade;
- c) Proporciona informação para a determinação dos gastos dos serviços públicos;
- d) Proporciona informação para a elaboração de todo o tipo de contas, demonstrações e documentos que tenham de ser enviados à Assembleia da República, ao Tribunal de Contas e às demais entidades de controlo e supervisão;
- e) Proporciona informação para a preparação das contas de acordo com o Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais;
- f) Permite o controlo financeiro, de legalidade, de economia, de eficiência e de eficácia dos gastos públicos;
- g) Proporciona informação útil para efeitos de tomada de decisões de gestão.

Assim, no presente relatório analisa-se não só a execução do orçamento do Município de Amarante em 2021, como se analisa a sua situação económico-financeira, apresentando em anexo as demonstrações financeiras.

Conforme estabelecido na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais – RFALEI) as contas do Município de Amarante foram auditadas por um Revisor Oficial de Contas.



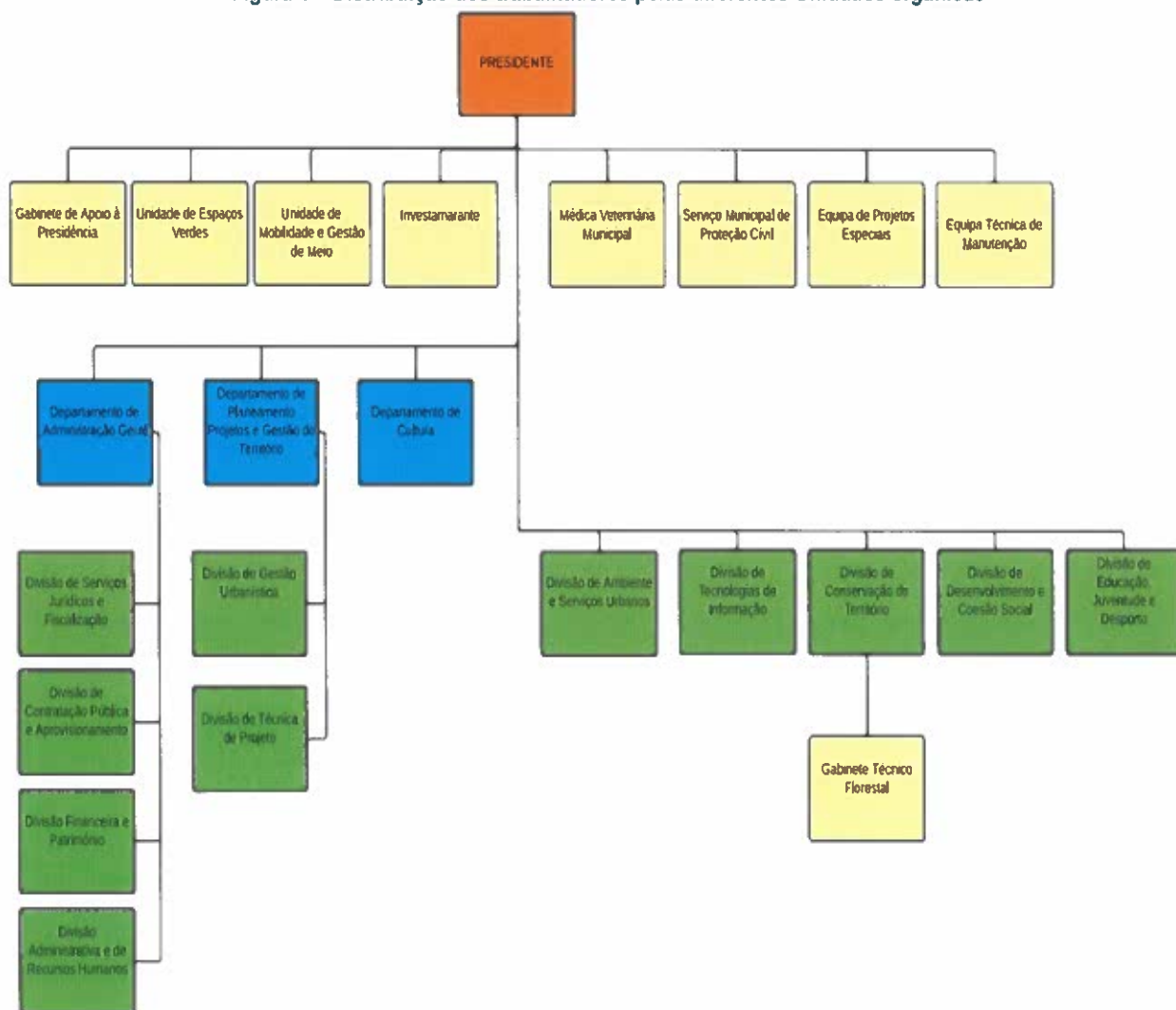
Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name 'André' and a large signature.



CAPITULO I – ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL E RECURSOS HUMANOS

A estrutura organizacional do Município de Amarante, para o exercício das atribuições que lhes estão cometidas, designadamente nas áreas de equipamento rural e urbano, energia, transporte e comunicações, educação, património, cultura e ciência, tempos livres e desporto, saúde, ação social, habitação, proteção civil, ambiente, salubridade e saneamento básico, defesa do consumidor, promoção do desenvolvimento, ordenamento do território e urbanismo e cooperação externa, em 31 de dezembro de 2021, é a constante do organograma seguinte:

Figura 1 – Distribuição dos trabalhadores pelas diferentes Unidades orgânicas



Handwritten signatures and initials:
 André
 Rui
 9
 [Other illegible signatures]



A 31 de dezembro de 2021 o quadro de pessoal do Município integrava 828 trabalhadores, cuja contagem por cargo/carreira segundo a modalidade de vinculação e género se apresenta no quadro seguinte.

Quadro 1 - Trabalhadores por cargo/carreira segundo a modalidade de vinculação e género

		Dirigente - Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Informática	Outros	Total
Comissão de Serviço	H:	10	0	0	0	0	4	14
	M:	7	0	0	0	0	2	9
	T:	17	0	0	0	0	6	23
CTFP por tempo indeterminado	H:	0	28	60	196	7	0	291
	M:	0	54	84	313	0	0	451
	T:	0	82	144	509	7	0	742
CTFP a termo resolutivo certo	H:	0	26	0	0	0	0	26
	M:	0	36	0	1	0	0	37
	T:	0	62	0	1	0	0	63
CTFP a termo resolutivo incerto	H:	0	0	0	0	0	0	0
	M:	0	0	0	0	0	0	0
	T:	0	0	0	0	0	0	0
Outra	H:	0	0	0	0	0	0	0
	M:	0	0	0	0	0	0	0
	T:	0	0	0	0	0	0	0
Total	H:	10	54	60	196	7	4	331
	M:	7	90	84	314	0	2	497
	T:	17	144	144	510	7	6	828

Reportando a 31 de dezembro, podemos constatar que em termos de género existem 497 colaboradores do sexo feminino e 331 colaboradores do sexo masculino.

Do total de 828 trabalhadores, as três principais carreiras representadas são as de assistente operacional (61,59%), assistente técnico (17,39%) e técnico superior (17,39%).

Handwritten signatures and notes:
 10
 André
 F.
 10



O quadro seguinte retrata a distribuição dos trabalhadores do município, por cargo/carreira segundo o escalão etário e género

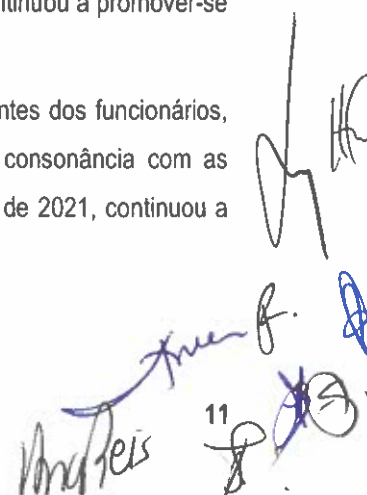
Quadro 1A - Trabalhadores por cargo/carreira segundo o escalão etário e género

		Dirigente - Intermedio	Tecnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Informática	Outros	Total
Menos de 20 Anos	H:	0	0	0	0	0	0	0
	M:	0	0	0	0	0	0	0
	T:	0	0	0	0	0	0	0
20-24	H:	0	1	2	2	0	1	6
	M:	0	0	0	5	0	0	5
	T:	0	1	2	7	0	1	11
25-29	H:	0	5	7	5	0	0	17
	M:	0	40	6	2	0	0	48
	T:	0	45	13	7	0	0	65
30-34	H:	0	4	2	12	0	0	18
	M:	0	6	6	6	0	1	19
	T:	0	10	8	18	0	1	37
35-39	H:	0	5	5	8	3	0	21
	M:	1	13	13	19	0	0	46
	T:	1	18	18	27	3	0	67
40-44	H:	2	7	7	19	0	2	37
	M:	2	15	21	35	0	0	73
	T:	4	22	28	54	0	2	110
45-49	H:	3	10	6	19	1	0	39
	M:	2	10	12	47	0	1	72
	T:	5	20	18	66	1	1	111
50-54	H:	3	7	3	25	0	1	39
	M:	1	2	6	55	0	0	64
	T:	4	9	9	80	0	1	103
55-59	H:	2	8	7	59	1	0	77
	M:	0	1	10	67	0	0	78
	T:	2	9	17	126	1	0	155
60-64	H:	0	4	17	38	2	0	61
	M:	1	2	6	68	0	0	77
	T:	1	6	23	106	2	0	138
65-69	H:	0	3	4	9	0	0	16
	M:	0	1	4	10	0	0	15
	T:	0	4	8	19	0	0	31
70 ou mais anos	H:	0	0	0	0	0	0	0
	M:	0	0	0	0	0	0	0
	T:	0	0	0	0	0	0	0
Total	H:	10	54	60	196	7	4	331
	M:	7	90	84	314	0	2	497
	T:	17	144	144	510	7	6	828

Do total de 828 trabalhadores, as faixas etárias que concentram maior número de trabalhadores são dos 55-59 anos com 155 trabalhadores, dos 60-64 anos com 138 trabalhadores e dos 45-49 anos com 111 trabalhadores.

Quanto à prevenção de riscos de saúde ocupacional, em 2021, em linha com anos anteriores, continuou a promover-se a realização de consultas no âmbito da medicina no trabalho.

O processo de formação contínua e a valorização pessoal e profissional dos funcionários e agentes dos funcionários, assume-se como determinante no contexto do desenvolvimento da atividade autárquica, em consonância com as políticas de desenvolvimento, inovação e mudança da administração autárquica, assim, no ano de 2021, continuou a ser ministrada formação interna e externa.



Handwritten signatures and initials, including a large signature and the name 'Amorais'.



CAPITULO II – REPORTING FINANCEIRO

Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP)

Com entrada em vigor em 2021, o SNC-AP aportou uma nova visão de prestação de contas que integra, para além do cumprimento legal, também, a harmonização, a credibilidade, a transparência e a comparabilidade das contas públicas, tanto a nível interno, como a nível internacional. O foco está cada vez mais no reporte de informação útil (financeira e não financeira), que reflita, de forma dinâmica, as mudanças que ocorrem nas entidades públicas e nas necessidades sentidas pelos utilizadores.

O novo normativo é constituído pelos subsistemas de contabilidade orçamental, de contabilidade financeira e de contabilidade de gestão. A contabilidade orçamental visa permitir um registo pormenorizado do processo orçamental. A contabilidade financeira, que tem por base as normas internacionais de contabilidade pública, permite registar as transações e outros eventos que afetam a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa. A contabilidade de gestão permite avaliar o resultado das atividades e projetos que contribuem para a realização das políticas públicas e o cumprimento dos objetivos em termos de serviços a prestar aos cidadãos.

Neste capítulo é efetuada uma análise da contabilidade orçamental, financeira e de gestão. Destacamos as divergências existentes entre os valores referentes a rendimentos e gastos (contabilidade financeira) e de receitas e despesas (contabilidade orçamental) pela natureza distinta dos conceitos aplicados em cada uma.

1. ANÁLISE ORÇAMENTAL

Os pontos seguintes traduzem a análise da dimensão orçamental do exercício económico de 2021.

Da análise aos documentos referentes à contabilidade orçamental, e referidos ao orçamento final, verificamos que no ano 2021, o orçamento registou uma taxa de execução global da receita cobrada de 93,56%, e uma taxa de execução global da despesa de 81,99%.

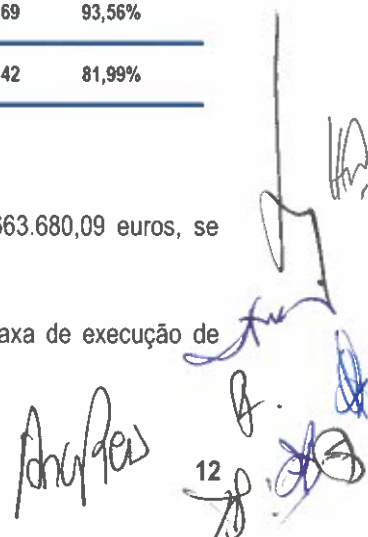
Quadro 2 - Síntese da Execução Orçamental

Análise Orçamental	Orçada	Executada	Saldo	Taxa de Execução
Total da Receita*	57 663 680,09	53 948 943,40	3 714 736,69	93,56%
Despesa Total	57 663 680,09	47 280 003,67	10 383 676,42	81,99%

*Receita cobrada líquida. Inclui saldo da gerência anterior

No quadro seguinte constata-se que das previsões corrigidas de receita no montante de 57.663.680,09 euros, se cobraram 53.948.943,40 euros, equivalente a uma taxa de execução de 93,56%.

A arrecadação das receitas correntes foi de 33.842.462,58 euros, o que corresponde a uma taxa de execução de 94,41% face às previsões corrigidas.





Quanto à arrecadação das receitas de capital, registou-se um montante cobrado de 15.774.171,30 euros, o que representa uma taxa de execução de 90,28%.

Quadro 3 - Síntese da Execução Orçamental da Receita

Análise Orçamental	Previsões Corrigidas	Receita Cobrada	Saldo	Taxa de Execução
Receita Corrente	35 845 050,00	33 842 462,58	2 002 587,42	94,41%
Receita de Capital	17 472 763,00	15 774 171,30	1 698 591,70	90,28%
Outras Receitas	4 345 867,09 €	4 332 309,52 €	13 557,57	99,69%
Total da Receita	57 663 680,09	53 948 943,40	3 714 736,69	93,56%

No que respeita aos agregados da despesa verificamos que a despesa total paga atingiu 47.280.003,67 euros, a que corresponde uma taxa de execução de 81,99%.

As despesas correntes, no montante de 25.518.897,43 euros de despesa paga, registaram uma taxa de execução de 83,83%, enquanto as despesas de capital com um montante de 21.761.106,24 euros, apresentam uma taxa de execução de 79,93%.

Quadro 4 - Síntese da Execução Orçamental da Despesa

Análise Orçamental	Dotação Corrigida	Despesa Paga	Saldo	Taxa de Execução
Despesa Corrente	30 439 683,96	25 518 897,43	4 920 786,53	83,83%
Despesa de Capital	27 223 996,13	21 761 106,24	5 462 889,89	79,93%
Despesa Total	57 663 680,09	47 280 003,67	10 383 676,42	81,99%

Analisando os movimentos financeiros realizados na gerência de 2021, conforme mapa seguinte, constata-se que as entradas de fundos ascenderam a 50.764.645,12 euros, dos quais 49.626.436,31 euros têm origem em receitas orçamentais e 1.138.208,81 euros são provenientes de Operações de Tesouraria.

A saída de fundos totalizou 47.841.682,75 euros, dos quais 47.280.003,67 euros respeitam a pagamento de despesas orçamentais e 561.679,08 euros a pagamentos de Operações de Tesouraria.

No quadro 5 apresenta-se o resumo do desempenho orçamental, assinala-se que o Município transitou para 2022 com um saldo orçamental de 6.668.939,73 euros.

Handwritten signatures and notes:
 13
 Amador



Quadro 5 - Resumo do Desempenho Orçamental

Designação	Operações Orçamentais	Operações de Tesouraria	Total
Saldo transitado de 2020	4 322 507,09	1 313 650,33	5 636 157,42
Receita Total	49 626 436,31	1 138 208,81	50 764 645,12
Despesa Total	47 280 003,67	561 679,08	47 841 682,75
Saldo a transitar para 2022	6 668 939,73	1 890 180,06	8 559 119,79

No ano de 2021 a receita cobrada atingiu um montante cerca de 54 milhões de euros.

De seguida, no quadro 6 podemos analisar, em detalhe, a receita orçamental previsões corrigidas e a cobrada no ano de 2021.

Quadro 6 - Análise Orçamental da Receita

Análise Orçamental		Previsões Corrigidas	Receita Cobrada	Taxa de Execução
Rubrica	Receita Corrente	35 845 050,00	33 842 462,58	94,41%
R11	Impostos Diretos	8 041 432,60	7 768 147,57	96,60%
R12	Impostos Indiretos	10,00	0,00	0,00%
R3	Taxas, Multas e Outras Penalidades	1 314 482,89	1 150 705,75	87,54%
R4	Rendimentos da Propriedade	1 558 255,31	1 528 574,08	98,10%
R5	Transferências Correntes	21 420 002,84	21 269 368,17	99,30%
R6	Vendas de Bens/Serv. Correntes	3 263 091,91	2 061 369,17	63,17%
R7	Outras Receitas Correntes	247 774,45	64 297,84	25,95%
Rubrica	Receita de Capital	17 472 763,00	15 774 171,30	90,28%
R8	Vendas de Bens de Investimento	52 040,00	50 525,85	97,09%
R9	Transferências Capital	10 522 133,41	8 937 667,99	84,94%
R12	Receita com Ativos Financeiros	70,00	0,00	0,00%
R13	Receita com Passivos Financeiros	6 814 090,32	6 785 175,07	99,58%
R10	Outras Receitas Capital	84 429,27	802,39	0,95%
Rubrica	Outras Receitas	4 345 867,09	4 332 309,52	99,69%
R11	Reposições não abatidas nos pagamentos	23 360,00	9 802,43	41,96%
R14	Saldo da gerência anterior	4 322 507,09	4 322 507,09	100,00%
Total da Receita		57 663 680,09	53 948 943,40	93,56%

Regista-se que a receita corrente cobrada face à receita corrente corrigida teve uma execução de 94,41%. De entre as

[Handwritten signatures and initials]

Andre Reis 14



rubricas que compõem a receita corrente destacam-se a rubrica de Transferências Correntes e Impostos Diretos, com um montante arrecadado de 21,27 milhões de euros e 7,77 milhões de euros, respetivamente.

A receita de capital cobrada apresenta uma execução de 90,28% face à receita de capital corrigida. Destacam-se as rubricas Transferências de Capital com 8,94 milhões de euros, Receitas com Passivos Financeiros com 6,79 milhões de euros e Outras Receitas com 4,33 milhões de euros.

A receita total cobrada (53,95 milhões de euros) face ao total da receita corrigida (57,66 milhões de euros) apresenta uma execução de 93,56%.

No quadro 7 está espelhada a decomposição da despesa orçamentada, a corrigida e a paga por grandes grupos.

Quadro 7 - Análise Orçamental da Despesa

Análise Orçamental		Dotação Corrigida	Despesa Paga	Taxa de Execução
Rubrica Despesa Corrente		30 439 683,96	25 518 897,43	83,83%
D1	Despesas com o pessoal	14 386 101,46	14 012 068,36	97,40%
D2	Aquisição de bens e serviços	12 562 576,96	8 639 859,13	68,77%
D3	Juros e outros encargos	163 070,02	123 560,05	75,77%
D4	Transferências e subsídios correntes	2 611 071,00	2 326 481,54	89,10%
D5	Outras despesas correntes	716 864,52	416 928,35	58,16%
Rubrica Despesa de Capital		27 223 996,13	21 761 106,24	79,93%
D6	Aquisição de bens de capital	22 786 399,13	18 275 634,06	80,20%
D7	Transferências e subsídios de capital	2 737 060,00	1 842 139,51	67,30%
D9	Despesa com ativos financeiros	26 087,00	25 986,09	99,61%
D10	Despesa com passivos financeiros	1 617 879,99	1 617 346,58	99,97%
D8	Outras despesas de capital	56 570,01	0,00	0,00%
Despesa Total		57 663 680,09	47 280 003,67	81,99%

No que respeita à despesa corrente paga apresenta uma execução de 81,99%. De entre as rubricas que integram a despesa corrente, a rubrica Despesas com Pessoal com 14,01 milhões de euros, Aquisição de Bens e Serviços com 8,64 milhões de euros e Transferências e Subsídios Correntes com 2,33 milhões de euros, destacam-se das demais.

A despesa de capital paga regista uma execução de 79,93%. As rubrica em evidência é a de Aquisição de Bens de Capital cujo montante de despesa paga atingiu os 18,28 milhões de euros, com uma taxa de execução de 80,20%.

A despesa total paga (47,28 milhões de euros) face ao total da despesa corrigida (57,66 milhões de euros) apresenta uma execução de 81,99 %.

Handwritten signature and date
15

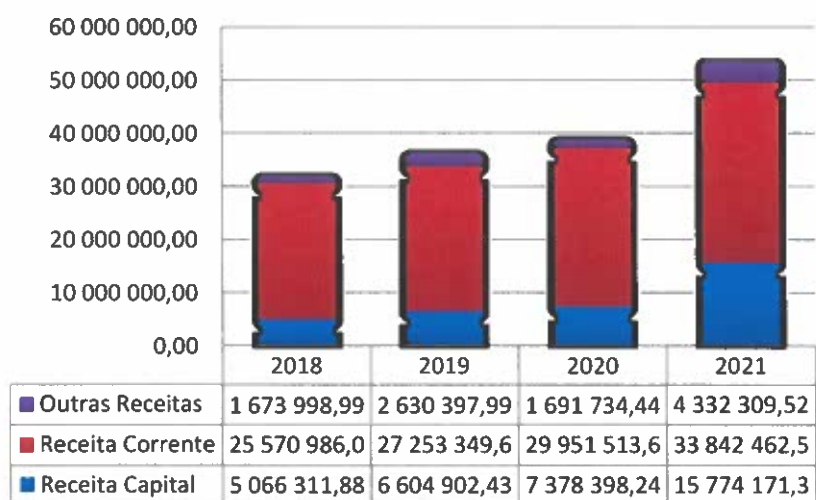


1.1. RECEITA

No Gráfico 1 apresenta-se a evolução da receita cobrada nos últimos quatro anos.

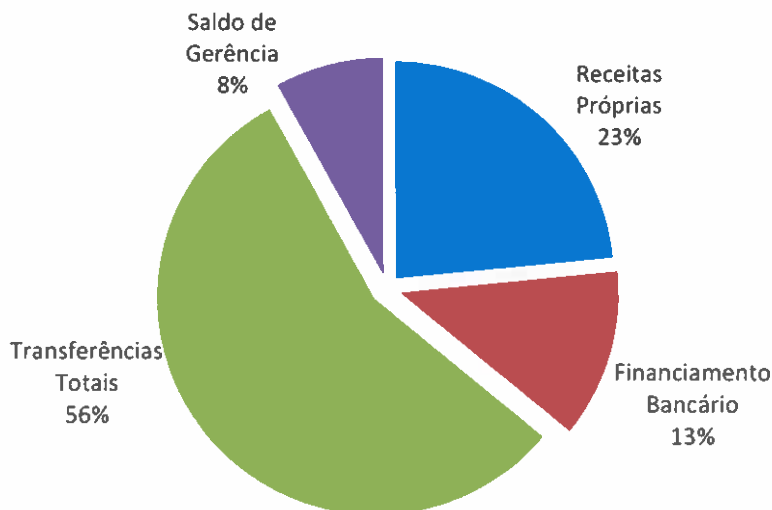
Verifica-se uma inclinação crescente da receita total cobrada desde o ano de 2018. Face a 2020, o ano de 2021 encerra com um crescimento na receita total cobrada na ordem dos 14,93 milhões de euros.

Gráfico 1 – Evolução da receita cobrada



No próximo gráfico pode-se verificar a distribuição da receita no ano 2021, por rubricas gerais.

Gráfico 2 – Distribuição da receita



No final de 2021 a receita total cobrada ascendeu a cerca de 54 milhões de euros, correspondendo 30,21 milhões de euros de transferências totais (56%), 12,63 milhões de euros a receitas próprias (23%), 6,79 milhões de euros de financiamento bancário (13%) e 4,32 milhões de euros a saldo transitado da gerência anterior (8%).

[Handwritten signatures and initials]



De seguida, procede-se à análise da evolução da receita por grandes rubricas.

Quadro 8 - Análise orçamental da Receita

Designação	2021			2020			face período homólogo
	Previsão Corrigida	Cobrada	% de Execução	Previsão Corrigida	Cobrada	% de Execução	
Impostos directos	8 041 432,60	7 768 147,57	96,6%	7 486 901,87	7 486 859,85	100,0%	3,8%
Impostos indirectos	10,00	0,00	0,0%	10,00	0,00	0,0%	0,0%
Taxas, multas e outras penalidades	1 314 482,89	1 150 705,75	87,5%	837 686,89	811 271,61	96,8%	41,8%
Rendimentos da propriedade	1 558 255,31	1 528 574,08	98,1%	1 641 773,31	1 536 257,07	93,6%	-0,5%
Transferências correntes	21 420 002,84	21 269 368,17	99,3%	18 542 870,89	18 453 430,82	99,5%	15,3%
Venda de bens e serviços correntes	3 263 091,91	2 061 369,17	63,2%	1 669 738,81	1 615 838,00	96,8%	27,6%
Outras receitas correntes	247 774,45	64 297,84	26,0%	47 590,43	47 856,26	100,6%	34,4%
Receitas Correntes	35 845 050,00	33 842 467,58	94,4%	30 226 572,00	29 951 513,61	99,1%	13,0%
Venda de bens de investimento	52 040,00	50 525,85	97,1%	8 400,00	0,00	0,0%	0,0%
Transferências de capital	10 522 133,41	8 937 667,99	84,9%	4 759 776,49	4 754 439,86	99,9%	88,0%
Activos financeiros	70,00	0,00	0,0%	70,00	0,00	0,0%	0,0%
Passivos financeiros	6 814 090,32	6 785 175,07	99,6%	2 623 811,95	2 623 333,57	100,0%	158,6%
Outras receitas de capital	84 429,27	802,39	1,0%	730,71	624,81	85,5%	28,4%
Receitas de Capital	17 472 763,00	15 774 171,30	90,3%	7 392 789,15	7 378 398,24	99,8%	113,6%
Reposições não abatidas nos pagamentos	23 360,00	9 802,43	42,0%	19 816,00	19 815,28	100,0%	-50,5%
Saldo da gerência anterior	4 322 507,09	4 322 507,09	100,0%	1 671 919,16	1 671 919,16	100,0%	158,5%
Outras Receitas	4 345 867,09	4 332 309,52	99,7%	1 691 735,16	1 691 734,44	100,0%	156,1%
Receitas Totais	57 663 680,09	53 948 943,40	93,6%	39 311 096,31	39 021 646,29	99,3%	38,25%

Comparando com o período homólogo, as receitas correntes cobradas registaram um crescimento de 13,0%, com maior enfoque para as transferências correntes, cuja variação positiva de 15,3% representa em valores absolutos um incremento no montante de 2,8 milhões de euros.

As receitas de capital cobradas tiveram um acréscimo (113,8%) face a 2020 justificado pelo aumento das transferências de capital, com uma variação positiva de 88,0% que representa em valores absolutos 4,2 milhões de euros, passivos financeiros, com uma variação de 158,6% que representa em valores absolutos 4,2 milhões de euros e saldo da gerência anterior, com uma variação de 158,5% que representa em valores absolutos 2,6 milhões de euros.

1.1.1. RECEITA PRÓPRIA

Em 2021 a receita própria cobrada atingiu os 12,6 milhões de euros, correspondendo a um acréscimo de 1,1 milhões de euros, face ao período homólogo.

De seguida apresenta-se a evolução da receita própria nos últimos 4 anos.

Handwritten signatures and initials:
 - Top right: "HE"
 - Middle right: "R"
 - Bottom right: "17" and other illegible initials.



Quadro 9 - Evolução da Receita Própria

Designação	2018	2019	2020	2021	Δ 2021-2020
Impostos Locais	6 754 707	7 039 633	7 486 860	7 768 148	3,8%
Taxas Multas e Outras Penalidades	354 516	506 702	811 272	1 150 706	41,8%
Rend ^o . Propriedades	1 595 884	1 662 170	1 536 257	1 528 574	-0,5%
Venda Bens e Prestação de Serviços	1 705 430	1 847 032	1 615 838	2 061 369	27,6%
Outras Receitas Correntes	52 769	103 748	47 856	64 298	34,4%
Venda de Bens de Investimento	31 298	21 362	0	50 526	-
Outras Receitas de Capital	226 958	30 935	20 440	10 605	-48,1%
Total das Receitas Próprias	10 721 562	11 211 581	11 518 523	12 634 225	9,7%

Em termos relativos, as receitas próprias registaram em 2021 um acréscimo, de 9,7%, quando comparados com os registados em 2020.

Quadro 10 - Evolução da Receita Própria Proveniente de Impostos

Impostos	2018	2019	2020	2021	Δ 2021-2020
Impostos Diretos	6 657 315	6 793 449	7 486 860	7 768 148	3,8%
Imposto Municipal sobre Imóveis	4 108 474	4 101 950	4 209 775	4 239 642	0,7%
Imposto Único de Circulação	1 218 942	1 264 131	1 291 976	1 188 991	-8,0%
Imposto Municipal sobre Transmissões	1 329 899	1 067 360	1 583 247	1 859 255	17,4%
Derrama	0	360 008	401 861	480 259	19,5%
Outros	0	0	0	0	0,0%
Impostos Indiretos*	97 392	246 184	0	0	-
Loteamentos e Obras	85 243	233 187	0	0	0,0%
Outros	12 149	12 997	0	0	0,0%
Total	6 754 707	7 039 633	7 486 860	7 768 148	3,8%

* Em 2020, conforme comunicação da DGAL, as receitas passaram a ser classificadas em Taxas, Multas e Outras Penalidades

Relativamente às receitas provenientes dos impostos verifica-se um acréscimo de 3,8%, relativamente ao registado no ano anterior, representando um diferencial cerca de 281 mil euros.

No que respeita aos impostos indiretos, em 2021 regista-se a não arrecadação de qualquer montante devido a alteração de registo orçamental, por comunicação da DGAL, as receitas que até 2019 eram registadas como impostos indiretos passaram a partir de 2020 a ser registadas como taxas multas e outras penalidades.

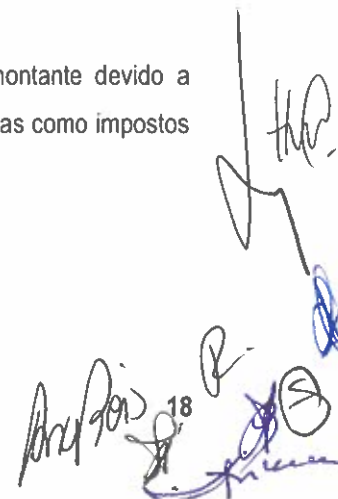
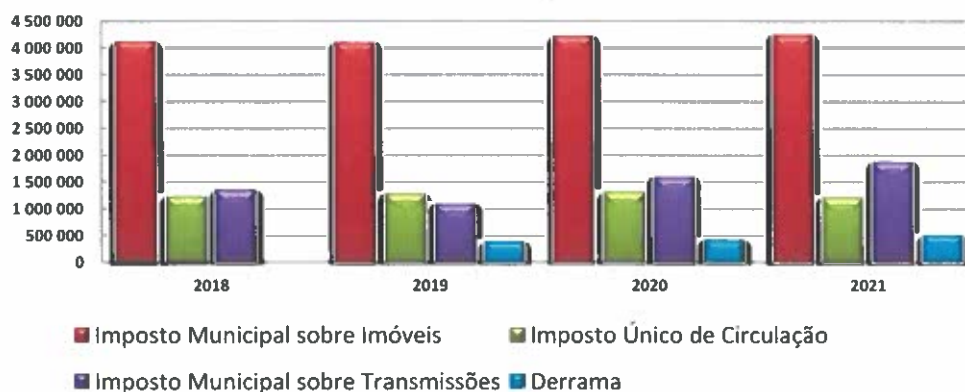




Gráfico 3 – Evolução dos principais impostos diretos



No que respeita à evolução de outras receitas próprias (quadro 11), comparativamente a 2020, verificou-se um acréscimo de 20,7%, correspondendo a um valor absoluto cerca de 834 mil euros, conforme se pode verificar no quadro seguinte.

Quadro 11 - Evolução de Outras Receitas Próprias

Outras Receitas Próprias	2018	2019	2020	2021	Δ 2021-2020
Taxas, Multas e Outras Penalidades*	354 516	506 702	811 272	1 150 706	41,8%
Loteamentos e obras	189 934	430 234	591 482	892 191	50,8%
Ocupação da via pública	5 383	102	116 924	125 958	7,7%
Taxa municipal de direitos de passagem	0	0	14 853	14 937	14853,0%
Licença sobre o ruído	0	0	0	1 823	14853,0%
Outras	115 518	22 864	37 872	71 439	88,6%
Multas e outras penalidades	43 681	53 502	50 140	44 358	-11,5%
Rendimentos de Propriedade	1 595 884	1 662 170	1 536 257	1 528 574	-0,5%
Juros - Sociedades Financeiras	0	0	0	31	0,0%
Dividendos e Participação nos lucros de sociedades	102 007	32 848	21 624	20 843	-3,6%
Participação nos lucros de administrações públicas	0	0	0	0	0,0%
Rendas	1 493 877	1 629 322	1 511 539	1 507 095	-0,3%
Outras	0	0	3 094	605	3094,0%
Vendas de Bens e Serviços Correntes	1 705 430	1 847 032	1 615 638	2 061 369	27,8%
Venda de Bens	45 352	30 119	25 557	33 521	31,2%
Serviços	1 459 310	1 579 698	1 378 239	1 821 982	32,2%
Rendas	200 767	237 215	212 042	205 867	-2,9%
Outras Receitas Correntes	52 769	103 748	47 856	64 298	34,4%
Venda de Bens de Investimento	31 298	21 362	0	50 526	-
Terrenos	31 298	0	0	14 423	0,0%
Edifícios	0	0	0	0	0,0%
Outros	0	21 362	0	36 103	-
Outras Receitas Capital	223 455	7 533	625	802	28,4%
Reposições não Abatidas nos Pagamentos	3 503	23 402	19 815	9 802	-50,5%
Total	3 966 855	4 171 948	4 031 663	4 866 078	20,7%

* Em 2020, conforme comunicação da DGAL, passaram a ser registadas receitas que antes eram classificadas em Impostos Indiretos

[Handwritten signatures and initials]



1.1.2. TRANSFERÊNCIAS OBTIDAS

As transferências obtidas atingiram os 30,2 milhões de euros em 2021. Comparativamente com o período homólogo registou-se um aumento de 7 milhões de euros (30,2%), justificado pelo crescimento das transferências correntes em 2,8 milhões de euros e das transferências de capital em 4,2 milhões de euros.

O acréscimo registado nas transferências correntes deve-se essencialmente ao Fundo de Equilíbrio Financeiro e Transferências de competências - Lei 50/2018 no domínio da educação.

Relativamente às transferências de capital, o acréscimo comparativamente com o período homólogo, deve-se essencialmente verbas provenientes de operações realizadas no âmbito do Portugal 2020.

Mais pormenorizadamente, apresenta-se no quadro 12, a evolução das transferências obtidas nos últimos anos.

Quadro 12 - Evolução das Transferências Obtidas

Transferências	2018	2019	2020	2021	Δ 2021-2020
Transferências Correntes	15 107 680	16 094 065	18 453 431	21 269 368	15,3%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	11 536 740	12 191 142	13 251 044	14 416 341	8,8%
Fundo Social Municipal	1 188 159	1 188 159	1 188 159	1 188 159	0,0%
Participação Variável no IRS	1 203 120	1 236 501	1 297 118	1 428 541	10,1%
Transferências de competências - Lei 50/2018	0	0	800 503	2 339 689	192,3%
Participação no IVA - Art.26º-A da Lei Nº.73/2013	0	0	215 895	179 486	-16,9%
Outras	1 179 661	1 478 263	1 700 712	1 717 152	1,0%
Transferências de Capital	1 816 861	2 598 204	4 754 440	8 937 668	88,0%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	1 281 860	1 354 571	1 472 338	1 601 816	8,8%
Cooperação Técnica e Financeira	200 131	120 983	0	62 399	100,0%
RFALEI - Artº 35º, Nº.3 da Lei Nº.73/2013	0	418 826	538 824	616 631	14,4%
PORTUGAL 2020	334 871	703 824	2 743 278	6 656 822	142,7%
Total	16 924 541	18 692 269	23 207 871	30 207 036	30,2%

Handwritten signatures and initials, including "André 20" and "R. 20".




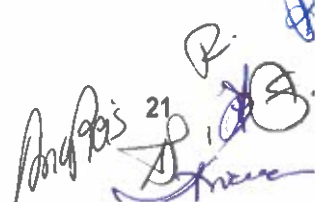
1.1.3. FINANCIAMENTO BANCÁRIO

Durante o ano de 2021 e no que se refere a financiamentos bancários, o Município utilizou o montante de 6.785.175 euros de empréstimos de médio e longos prazos, e amortizou 1.617.347 euros, correspondendo a uma diferença entre utilização e amortização de 5.167.828 euros.

Quadro 13 - Evolução da Utilização/Amortização de Empréstimos MLP

(Un.: euros)

Designação	2018	2019	2020	2021
1. Utilização Médio e Longo Prazo	2 994 698	3 277 804	2 623 334	6 785 175
Caixa G. Depósitos	836 029	0		
Caixa Agrícola	2 158 669	165 996		
BPI	0	1 150 106	1 416 682	5 145 517
Santander Total	0	1 325 557		1 394 880
AD&C	0	636 145	1 206 651	244 778
2. Amortização Médio e Longo Prazo	1 546 915	1 748 375	1 714 192	1 617 347
Caixa G. Depósitos	843 294	1 000 575	959 696	831 479
Caixa Agrícola	188 410	188 410	188 410	201 495
BPI	515 212	559 390	566 086	584 372
Santander Total				
AD&C				
3. Diferença entre Utilização e Amortização (3=1-2)	1 447 782	1 529 430	909 142	5 167 828


 R.
 21


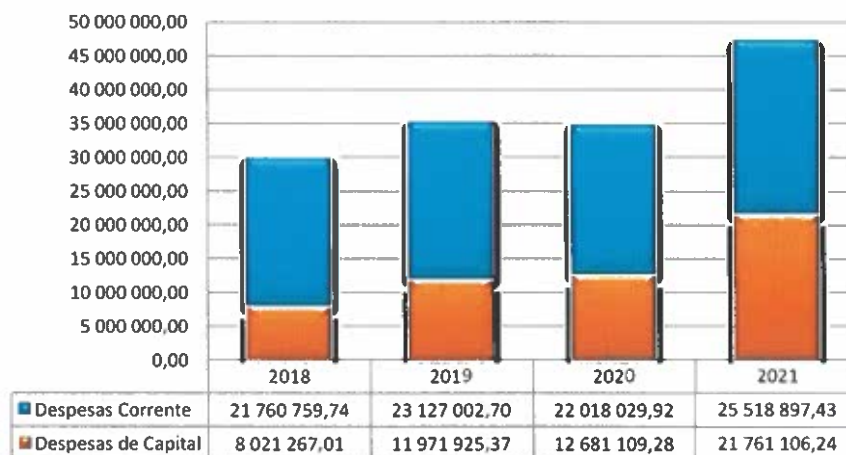


1.2. DESPESA

No final de 2021, as despesas totais atingiram o montante de 47.280.004 euros, sendo as despesas correntes de 54% e as de capital de 46%. Comparativamente ao ano 2020, verifica-se um acréscimo da despesa total cerca de 12,6 milhões de euros.

O gráfico 4 apresenta a evolução da despesa corrente e de capital de 2018 a 2021, registando-se em 2021 um acréscimo considerável relativamente aos anos anteriores.

Gráfico 4 – Evolução da despesa paga



1.2.1. DESPESA POR NATUREZA ECONÓMICA – DESPESA CORRENTE E DESPESA DE CAPITAL

Em 2021 a despesa corrente paga relativamente à dotação corrigida teve uma execução de 83,8% (25,5 milhões de euros) e a despesa de capital paga relativamente à dotação corrigida de 79,9% (21,8 milhões de euros). A despesa total paga relativamente à dotação corrigida teve uma execução de 82,0% (47,28 milhões de euros)

O quadro seguinte apresenta a variação da despesa paga por classificação económica relativamente ao período homólogo, verifica-se um aumento de 15,9% nas despesas correntes pagas (3,5 milhões de euros), acompanhado de um acréscimo de 71,6% nas despesas de capital (9,1 milhões de euros), sendo que as despesas totais registaram um acréscimo de 36,6% (12,6 milhões de euros)

(Handwritten signatures and initials)


Quadro 14 - Evolução da Despesa por Classificação Económica Período Homólogo

Class. Econ.	Designação	2021			2020			Δ 2020-2021
		Dotação Corrigida	Pago	% de Execução	Dotação Corrigida	Pago	% de Execução	
01	Despesas com o pessoal	14 386 101,46	14 012 068,36	97,4%	11 420 793,00	11 092 630,40	97,1%	26,3%
02	Aquisição de bens e serviços	12 562 576,96	8 639 859,13	68,8%	10 419 430,03	8 501 968,50	81,6%	1,6%
03	Juros e outros encargos	163 070,02	123 560,05	75,8%	153 411,28	136 152,15	88,7%	-9,2%
04	Transferências e subsídios correntes	2 611 071,00	2 326 481,54	89,1%	2 191 295,00	2 008 424,06	91,7%	15,8%
06	Outras despesas correntes	716 864,52	416 928,35	58,2%	388 445,00	278 854,81	71,8%	49,5%
	Despesas Correntes	30 439 683,96	25 518 897,43	83,8%	24 573 374,31	22 018 029,92	89,6%	15,9%
07	Aquisição de bens de capital	22 786 399,13	18 275 634,06	80,2%	11 264 807,00	9 304 302,48	82,6%	96,4%
08	Transferências e subsídios de capital	2 737 060,00	1 842 139,51	67,3%	1 667 447,00	1 662 615,22	99,7%	10,8%
09	Despesa com ativos financeiros	26 087,00	25 986,09	99,6%	201,00	0,00	0,0%	0,0%
10	Despesa com passivos financeiros	1 617 879,99	1 617 346,58	100,0%	1 755 256,94	1 714 191,58	97,7%	-5,6%
11	Outras despesas de capital	56 570,01	0,00	0,0%	50 010,06	0,00	0,0%	.
	Despesas de Capital	27 223 996,13	21 761 106,24	79,9%	14 737 722,00	12 681 109,28	86,0%	71,5%
	Despesas Totais	57 663 680,09	47 280 003,67	82,0%	39 311 096,31	34 699 139,20	88,3%	36,2%

A evolução da despesa paga por classificação económica dos últimos quatro anos é apresentada pelo quadro que se segue.

De uma forma geral constata-se que não se registam alterações significativas entre 2018 e 2021.

Quadro 15 - Evolução da despesa por Classificação Económica

Class. Econ.	Designação	2018		2019		2020		2021	
		Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %
01	Pessoal	9 926 309,54	28,1%	10 678 227,34	33,3%	11 092 630,40	32,0%	14 012 068,36	29,6%
02	Aquisição Bens e Serv. Correntes	8 984 444,62	24,2%	9 330 870,31	30,2%	8 501 968,50	24,5%	8 639 859,13	18,3%
03	Encargos Correntes Dívida	128 321,16	0,3%	147 212,04	0,4%	136 152,15	0,4%	123 560,05	0,3%
04	Transferências Correntes	1 995 783,48	6,2%	1 946 965,83	6,7%	2 008 424,06	5,8%	2 326 481,54	4,9%
06	Outras Despesas Correntes	725 900,94	2,1%	1 023 727,18	2,4%	278 854,81	0,8%	416 928,35	0,9%
	Total Despesas Correntes	21 760 759,74	60,9%	23 127 002,70	73,1%	22 018 029,92	63,5%	25 518 897,43	54,0%
07	Aquisição Bens Investimento	4 571 094,59	27,9%	7 266 773,08	15,3%	9 304 302,48	26,8%	18 275 634,06	38,7%
08	Transferências Capital	1 632 906,47	7,1%	1 368 348,44	5,5%	1 662 615,22	4,8%	1 842 139,51	3,9%
09	Activos Financeiros	255 918,75	0,6%	822 089,50	0,9%	0,00	0,0%	25 986,09	0,1%
10	Passivos Financeiros	1 546 915,24	3,4%	2 448 374,60	5,2%	1 714 191,58	4,9%	1 617 346,58	3,4%
11	Outras Despesas de Capital	14 431,96	0,2%	66 339,75	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
	Total Despesas Capital	8 021 267,01	39,1%	11 971 925,37	26,9%	12 681 109,28	36,5%	21 761 106,24	46,0%
	TOTAL DESPESAS	29 782 026,75	100,0%	35 098 928,07	100,0%	34 699 139,20	100,0%	47 280 003,67	100,0%



1.2.2. DESPESA POR AGREGADOS ECONÓMICOS

Quadro 16 - Evolução da Despesa por Agregados Económicos

Designação	2018		2019		2020		2021	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %
Encargos de Funcionamento	21 632 438,58	72,6%	22 979 790,66	65,5%	21 881 877,77	63,1%	25 395 337,38	53,7%
Pessoal	9 926 309,54	33,3%	10 678 227,34	30,4%	11 092 630,40	32,0%	14 012 068,36	29,6%
Aquisição Bens e Serv. Correntes	8 984 444,62	30,2%	9 330 870,31	26,6%	8 501 968,50	24,5%	8 639 859,13	18,3%
Transferências Correntes	1 995 783,48	6,7%	1 946 965,83	5,5%	2 008 424,06	5,8%	2 326 481,54	4,9%
Outras Despesas Correntes	725 900,94	2,4%	1 023 727,18	2,9%	278 854,81	0,8%	416 928,35	0,9%
Investimento Global	6 474 351,77	21,7%	9 523 550,77	27,1%	10 966 917,70	31,6%	20 143 759,66	42,6%
Investimento Directo	4 571 094,59	15,3%	7 266 773,08	20,7%	9 304 302,48	26,8%	18 275 634,06	38,7%
Transferências Capital	1 632 906,47	5,5%	1 368 348,44	3,9%	1 662 615,22	4,8%	1 842 139,51	3,9%
Outras Despesas de Capital	14 431,96	0,0%	66 339,75	0,2%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Activos Financeiros	255 918,75	0,9%	822 089,50	2,3%	0,00	0,0%	25 986,09	0,1%
Serviço da Dívida	1 675 236,40	5,6%	2 595 586,64	7,4%	1 850 343,73	5,3%	1 740 906,63	3,7%
Juros	128 321,16	0,4%	147 212,04	0,4%	136 152,15	0,4%	123 560,05	0,3%
Amorização	1 546 915,24	5,2%	2 448 374,60	7,0%	1 714 191,58	4,9%	1 617 346,58	3,4%
TOTAL DESPESAS	29 782 026,75	100,0%	35 098 928,07	100,0%	34 699 139,20	100,0%	47 280 003,67	100,0%

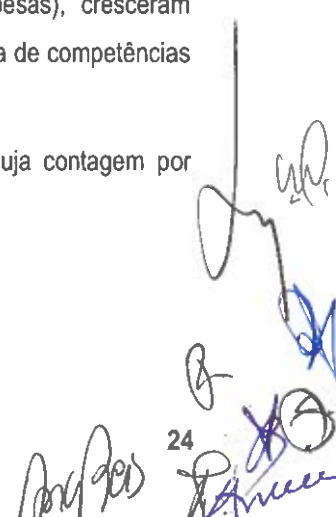
1.2.2.1 ENCARGOS DE FUNCIONAMENTO

Os encargos de funcionamento com o montante de 25.395.337,38 euros aumentaram 3.513.459,61 euros relativamente ao ano de 2020, e representaram 53,7% do total das despesas do município.

a. Encargos com pessoal

Os encargos com pessoal, no montante de 14.012.068,36 euros (29,6% do total das despesas), cresceram 2.919.437,96 euros relativamente ao ano anterior, essencialmente em consequência da transferência de competências no domínio da educação.

A 31 de dezembro de 2021 o quadro de pessoal do Município integrava 828 colaboradores, cuja contagem por cargo/carreira segundo a modalidade de vinculação e género se apresenta no quadro seguinte.





Quadro 17 - Trabalhadores por cargo/carreira segundo a modalidade de vinculação e género

		Dirigente - Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Informática	Outros	Total
Comissão de Serviço	H:	10	0	0	0	0	4	14
	M:	7	0	0	0	0	2	9
	T:	17	0	0	0	0	6	23
CTFP por tempo indeterminado	H:	0	28	60	196	7	0	291
	M:	0	54	84	313	0	0	451
	T:	0	82	144	509	7	0	742
CTFP a termo resolutivo certo	H:	0	26	0	0	0	0	26
	M:	0	36	0	1	0	0	37
	T:	0	62	0	1	0	0	63
CTFP a termo resolutivo incerto	H:	0	0	0	0	0	0	0
	M:	0	0	0	0	0	0	0
	T:	0	0	0	0	0	0	0
Outra	H:	0	0	0	0	0	0	0
	M:	0	0	0	0	0	0	0
	T:	0	0	0	0	0	0	0
Total	H:	10	54	60	196	7	4	331
	M:	7	90	84	314	0	2	497
	T:	17	144	144	510	7	6	828

Reportando a 31 de dezembro, podemos constatar que em termos de género existem 497 colaboradores do sexo feminino e 331 colaboradores do sexo masculino.

Recorreu-se aos trabalhadores inscritos no I.E.F.P através do Programa – Contrato Emprego Inserção, tendo sido obtida uma receita de 57.202,89 euros.

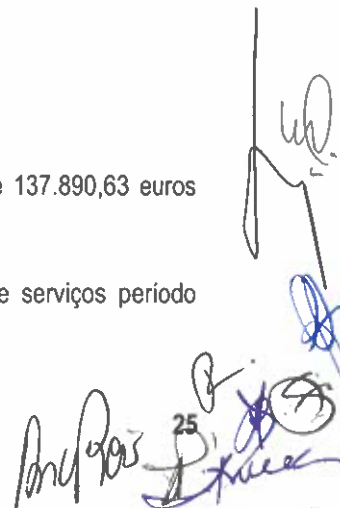
Importa ainda referir que as receitas obtidas no âmbito da transferência de competências no domínio da educação, para suportar as despesas com pessoal não docente, ascenderam a 2.339.689,22 euros.

Em conclusão: o montante global de despesas com o pessoal, efetuado pelo Município ascendeu a 14.012.068,36 euros, representando cerca de 42% do total das receitas correntes do ano.

b. Aquisição de bens e serviços

A aquisição de bens e serviços, com o montante de 8.639.859,13 euros, registou um aumento de 137.890,63 euros relativamente ao ano de 2020.

O quadro seguinte traduz de forma detalhada a evolução da despesa com aquisição de bens e serviços período homólogo





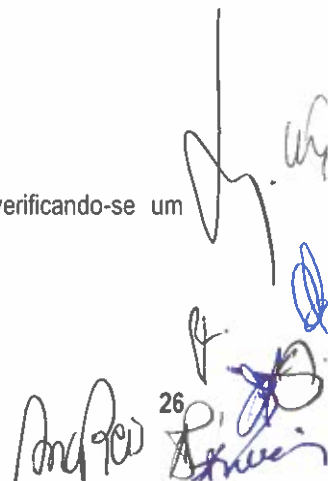
Quadro 18 - Evolução da Despesa Aquisição de Bens e Serviços Período Homólogo

Class. Econ.	Designação	2021		2020		Δ 2020-2021	
		Pago	Peso %	Pago	Peso %	Valor	%
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	8 639 859,13	100,0%	8 501 968,50	100,0%	137 890,63	1,6%
0201	AQUISIÇÃO DE BENS	1 341 102,63	15,5%	1 178 401,53	13,9%	162 701,10	13,8%
020101	MATÉRIAS-PRIMAS E SUBSIDIÁRIAS	444 219,47	5,1%	318 177,34	3,7%	126 042,13	39,6%
020102	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	549 235,14	6,4%	505 159,27	5,9%	44 075,87	8,7%
02010201	Gasolina	9 077,40	0,1%	4 023,12	0,0%	5 054,28	125,6%
02010202	Gasóleo	267 485,94	3,1%	216 887,19	2,6%	50 598,75	23,3%
02010299	Outros	272 671,80	3,2%	284 248,96	3,3%	-11 577,16	-4,1%
020104	LIMPEZA E HIGIENE	32 739,80	0,4%	31 047,34	0,4%	1 692,46	5,5%
020106	ALIMENTAÇÃO - GÉNEROS PARA CONFECCIONAR	27 853,05	0,3%	27 593,45	0,3%	259,60	0,9%
020107	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS	41 713,77	0,5%	64 133,42	0,8%	-22 419,65	-35,0%
020108	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	42 795,09	0,5%	25 590,06	0,3%	17 205,03	67,2%
020112	MATERIAL DE TRANSPORTE - PEÇAS	40 973,61	0,5%	65 095,14	0,8%	-24 121,53	-37,1%
020116	MERCADORIAS PARA VENDA	25 900,67	0,3%	32 547,03	0,4%	-6 646,36	-20,4%
02011603	Outros	25 900,67	0,3%	32 547,03	0,4%	-6 646,36	-20,4%
020118	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	488,56	0,0%	75,00	0,0%	413,56	-
020121	OUTROS BENS	135 183,47	1,6%	108 983,48	1,3%	26 199,99	24,0%
0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	7 298 756,50	84,5%	7 323 566,97	86,1%	-24 810,47	-0,3%
020201	ENCARGOS DE INSTALAÇÕES	917 859,69	10,6%	892 480,66	10,5%	25 379,03	2,8%
020202	LIMPEZA E HIGIENE	47 275,52	0,5%	0,00	0,0%	47 275,52	-
020203	CONSERVAÇÃO DE BENS	314 146,51	3,6%	262 979,75	3,1%	51 166,76	19,5%
020206	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPORTE	0,00	0,0%	916,35	0,0%	-916,35	0,0%
020209	COMUNICAÇÕES	86 977,92	1,0%	106 386,53	1,3%	-19 408,61	-18,2%
020210	TRANSPORTES	1 043 987,96	12,1%	1 148 031,45	13,5%	-104 043,49	-9,1%
020212	SEGUROS	161 046,78	1,9%	245 092,84	2,9%	-84 046,06	-34,3%
020213	DESLOCAÇÕES E ESTADAS	0,00	0,0%	80,50	0,0%	-80,50	-100,0%
020214	ESTUDOS, PARECERES, PROJECTOS E CONSULTADORIA	203 117,43	2,4%	187 418,04	2,2%	15 699,39	8,4%
020215	FORMAÇÃO	16 633,60	0,2%	7 184,60	0,1%	9 449,00	131,5%
020216	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES	368 449,94	4,3%	347 369,44	4,1%	21 080,50	6,1%
020218	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	32 976,84	0,4%	0,00	0,0%	32 976,84	-
020219	ASSISTÊNCIA TÉCNICA	286 522,54	3,3%	334 793,20	3,9%	-48 270,66	-14,4%
020220	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS	1 414 189,96	16,4%	1 266 228,23	14,9%	147 961,73	11,7%
020224	ENCARGOS DE COBRANÇA DE RECEITAS	238 945,17	2,8%	234 122,03	2,8%	4 823,14	2,1%
020225	OUTROS SERVIÇOS	2 166 626,64	25,1%	2 290 483,35	26,9%	-123 856,71	-5,4%
02022501	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	801 471,44	9,3%	1 186 994,07	14,0%	-385 522,63	-32,5%
02022599	DIVERSOS	1 365 155,20	15,8%	1 103 489,28	13,0%	261 665,92	23,7%

A aquisição de bens com 1.341.102,63 euros representa 15,5% do total da aquisição de bens e serviços e, a aquisição de serviços com 7.298.756,50 euros representa 84,5%.

c. Transferências correntes

Relativamente às transferências correntes regista-se em 2021 o montante de 2.326.481,54, verificando-se um acréscimo 318.057,48 euros relativamente a 2020.



26



d. Outras despesas correntes

A rubrica Outras Despesas Correntes, com o montante de 416.928,35 euros, aumentou 138.073,54 euros em relação ao ano de 2020, justificado essencialmente pelo acréscimo da rubrica de “realizações de interesse municipal”.

1.2.2.2 INVESTIMENTO GLOBAL

O investimento global foi de 20.143.756,66 euros, tendo aumentado 9.176.841,96 euros em relação ao ano de 2020.

a. Investimento direto

O investimento direto da Autarquia, no montante de 18.275.634,06 euros, aumentou 8.971.331,58 euros relativamente ao ano anterior e a sua desagregação pelas diferentes rubricas está evidenciada no quadro seguinte.

b. Transferências de capital

As transferências de capital registaram um acréscimo de 179.524,29 euros relativamente a 2020.

c. Outras despesas de capital

Relativamente a outras despesas de capital, constata-se um valor nulo, sem variação relativamente ao ano anterior.

d. Ativos financeiros

Finalmente nos ativos financeiros verificou-se um aumento de 25.986,09 euros relativamente ao período homólogo de 2020.

[Handwritten signatures and initials]

27



Quadro 19 - Desagregação do Investimento Direto

(un. euros)

Objectivo	Valor	Peso
Terrenos	52 831,57	0,3%
Habitacões	2 282 461,45	12,5%
Instalações de serviços	1 203 055,51	6,6%
Instalações desportivas e recreativas	849 583,83	4,6%
Escolas	227 290,36	1,2%
Viadutos, arruamentos e obras complementares	726 347,50	4,0%
Iluminação Pública	220 815,88	1,2%
Viação Rural	3 844 034,65	21,0%
Sinalização e trânsito	123 098,16	0,7%
Outros - Construções diversas	1 191 958,28	6,5%
Outros edificios	3 733 296,70	20,4%
Material de transporte	375 117,21	2,1%
Equipamento informático	324 689,77	1,8%
Software informático	238 552,48	1,3%
Equipamento básico	55 443,83	0,3%
Ferramentas e utensilios	11 110,01	0,1%
Investimentos incorpóreos	14 280,30	0,1%
Equipamento administrativo	45 267,99	0,2%
Outros investimentos	2 756 398,58	15,1%
TOTAL	18 275 634,06	100,0%

e. Transferências de capital

As transferências de capital para as Juntas de Freguesia, Associações Municipais e Instituições atingiram o montante de 1.842.139,51 euros, representando um acréscimo de 179.524,29 euros, em relação ao período homólogo de 2020.

1.2.2.3 SERVIÇO DA DÍVIDA

O serviço da dívida bancária atingiu o montante de 1.740.906,63 euros, dos quais 1.617.346,58 euros correspondem a amortização de empréstimos de médio e longo prazos e 123.560,05 euros a juros. A rubrica regista um decréscimo de 109.437,10 euros relativamente ao ano anterior.

O montante global representou 3,7% do total da despesa e 9,3% do total recebido com o Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), Fundo Social Municipal (FSM) e da participação fixa no IRS.





1.3. RESULTADO ORÇAMENTAL

No quadro seguinte observa-se a receita total cobrada (inclui saldo da gerência anterior) e a despesa total paga nos últimos quatro anos, bem como os respetivos saldos de gerência a incorporar no orçamento seguinte.

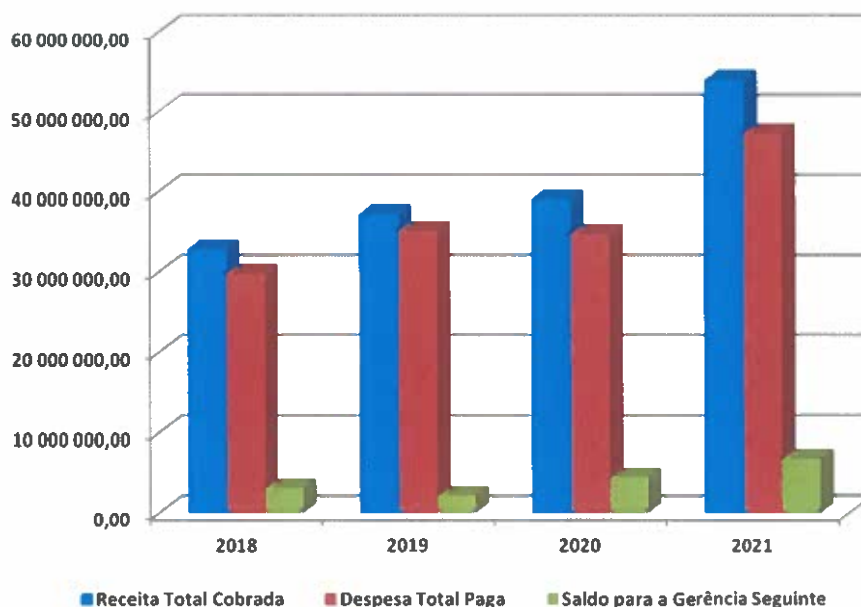
Verifica-se que o saldo da gerência desde o ano 2018 é superior a 2 milhões de euros por ano e, registe-se que o saldo da gerência que transita de 2021 para 2022 ascende a 6,7 milhões de euros, resultado de uma boa execução da receita orçamental e redução de despesa.

Quadro 20 - Resultado Orçamental (Receita vs Despesa vs Saldo de Gerência)

Designação	2018	2019	2020	2021
Receita Total Cobrada	32 787 993,33	37 169 817,93	39 021 646,29	53 948 943,40
Despesa Total Paga	29 782 026,75	35 098 928,07	34 699 139,20	47 280 003,67
Saldo para a Gerência Seguinte	3 005 966,58	2 070 889,86	4 322 507,09	6 668 939,73

A representação gráfica do quadro anterior é a que consta no gráfico 5 seguinte.

Gráfico 5 - Receita vs Despesa vs Saldo de Gerência



No quadro 21 é exposto o resultado orçamental de 2021, verificando-se uma poupança corrente no montante de 8,3 milhões de euros, utilizada para cobrir parte da despesa de capital paga, uma vez que a receita de capital cobrada (15,8 milhões de euros) demonstrou ser insuficiente para pagar a despesa de capital.

Note-se que o saldo da gerência que transita de 2021 para 2022 ascende a 6,7 milhões de euros.

Handwritten signatures and initials

29

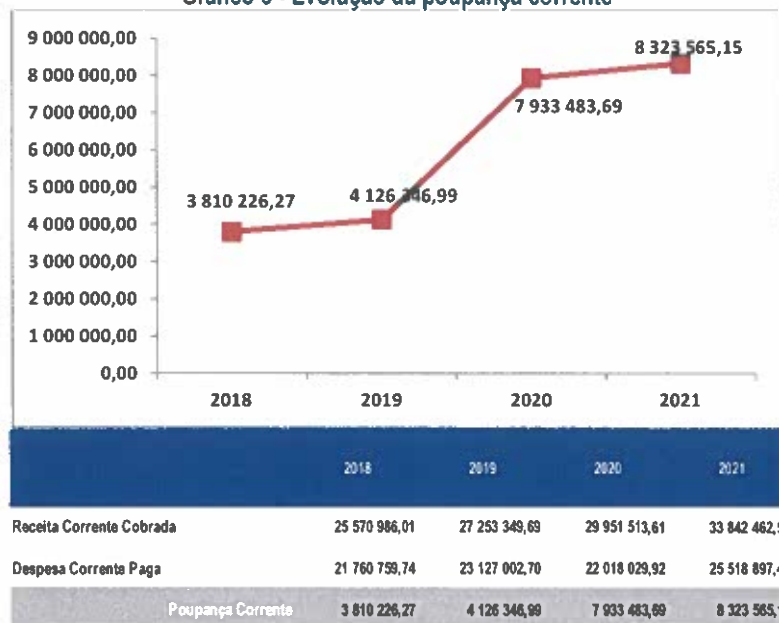


Quadro 21 - Resultado Orçamental

Resultado Orçamental	2021
Receita Corrente Cobrada	33 842 462,58
Despesa Corrente Paga	25 518 897,43
Poupança Corrente	8 323 565,15
Receita de Capital Cobrada	15 783 973,73
Despesa de Capital Paga	21 761 106,24
Saldo de Capital	-5 977 132,51
Receita Total Cobrada	49 626 436,31
Despesa Total Paga	47 280 003,67
Saldo da Gerência Anterior	4 322 507,09
Saldo Orçamental	6 668 939,73

O gráfico seguinte ilustra a evolução da poupança corrente nos últimos quatro anos. O ano de 2021 atingiu uma poupança no montante cerca de 8,3 milhões de euros, cerca de 390 mil de euros superior ao período homólogo de 2020.

Gráfico 6 - Evolução da poupança corrente



Handwritten signatures and initials, including a large signature and the number 30.



1.4. PRINCIPAIS INDICADORES ORÇAMENTAIS

Atualmente, a gestão autárquica assenta num conjunto de informação complexa e diversificada, tornando-se necessário desenvolver e implementar modelos de gestão pública que permitam analisar e apreciar a gestão dos recursos públicos segundo critérios de racionalidade não só económica, mas também social.

Consequentemente, será determinante dispor de elementos de informação técnico-financeira adequados à pilotagem e acompanhamento da gestão.

Os indicadores são instrumentos que permitem analisar aspetos relevantes da entidade, o diagnóstico, a aprendizagem e a melhoria constante, constituindo-se como ferramenta auxiliar à monitorização e acompanhamento do desenvolvimento da gestão.

Contudo, importa realçar as autarquias não se movem por objetivos de maximização dos lucros, mas visam essencialmente alcançar objetivos sociais de maximização da satisfação de necessidades dos munícipes, com os recursos disponíveis.

No quadro seguinte apresenta-se um conjunto de indicadores orçamentais.

Quadro 22 - Evolução dos principais indicadores orçamentais

Indicadores Orçamentais					
Nº	Fórmula de Cálculo do Rácio	2018	2019	2020	2021
Receitas					
1	<u>Receita Corrente</u> <u>Receita Total</u>	79,14%	74,87%	76,76%	62,73%
2	<u>Receita de Capital</u> <u>Receita Total</u>	20,86%	25,13%	23,24%	37,27%
3	<u>Receita Corrente</u> <u>Despesa Corrente</u>	117,80%	119,03%	136,03%	132,62%
4	<u>Receita de Capital</u> <u>Despesa de Capital</u>	84,21%	77,19%	71,52%	92,40%
5	<u>Passivos Financeiros (receita)</u> <u>Despesa Total</u>	10,06%	11,33%	7,56%	14,35%
6	<u>Receitas Próprias</u> <u>Despesa Total</u>	36,21%	32,73%	33,20%	26,72%
7	<u>Receitas Próprias</u> <u>Receita Total</u>	33,30%	31,24%	29,52%	23,42%
8	<u>Passivos Financeiros (receita)</u> <u>Receita Total</u>	9,25%	10,82%	6,72%	12,58%
9	<u>Transf. Corrent. e de capit. obtidas da U.E</u> <u>Receita Total</u>	1,56%	3,18%	7,18%	12,42%
Despesas					
10	<u>Despesa Corrente</u> <u>Despesa Total</u>	73,07%	65,89%	63,45%	53,97%
11	<u>Despesa de Capital</u> <u>Despesa Total</u>	26,93%	34,11%	36,55%	46,03%
12	<u>Aquisição de Bens de Capital</u> <u>Despesa Total</u>	15,35%	20,70%	26,81%	38,65%
13	<u>Transferências de capital(despesa)</u> <u>Despesa Total</u>	5,48%	3,90%	4,79%	3,90%
14	<u>Pessoal</u> <u>Despesa Total</u>	33,33%	30,42%	31,97%	29,64%
15	<u>Aquisição de Bens e Serviços Correntes</u> <u>Despesa Total</u>	30,17%	26,58%	24,50%	18,27%
16	<u>Serviço da Dívida</u> <u>Despesa Total</u>	5,62%	7,40%	5,33%	3,68%
17	<u>Amortização de Empréstimos de MLP</u> <u>Despesa Total</u>	5,19%	6,98%	4,94%	3,42%
Outros					
18	<u>Receita Total</u> <u>Nº de Habitantes</u>	605,52 €	690,14 €	732,39 €	1 035,11 €
19	<u>Despesa Total</u> <u>Nº de Habitantes</u>	556,78 €	658,76 €	651,26 €	907,15 €
20	<u>Despesa de Investimento</u> <u>Nº de Habitantes</u>	85,46 €	224,70 €	174,63 €	350,65 €

Handwritten signatures and initials, including a large signature and the number 31.



Em relação ao quadro anterior apresenta-se de seguida a descrição do conteúdo de cada rácio, pela ordem sequencial atribuída

1	Mede o peso da receita corrente na receita total
2	Mede o peso da receita de capital na receita total
3	Mede a capacidade das receitas correntes cobrirem as despesas correntes
4	Mede a capacidade das receitas de capital cobrirem as despesas de capital
5	Mede o grau de cobertura das despesas totais pelas receitas da autarquia provenientes de empréstimos de terceiros
6	Mede o grau de cobertura das despesas totais pelas receitas próprias da autarquia
7	Mede o peso das receitas próprias no total das receitas arrecadadas
8	Mede a importância dos empréstimos de terceiros na receita total da autarquia
9	Mede o peso das transferências comunitárias na receita total da autarquia
10	Mede o peso da despesa corrente na despesa total
11	Mede o peso da despesa de capital na despesa total
12	Mede o peso do investimento direto na despesa total
13	Mede o peso do investimento indiretamente realizado pela autarquia, através de transferência de capital para outras entidades, na despesa total
14	Mede o peso da despesa com pessoal na despesa total
15	Mede o peso da despesa com a aquisição de bens e serviços decorrentes da atividade da autarquia na despesa total
16	Mede o peso da despesa com custos financeiros (juros + amortizações) decorrentes de empréstimos na despesa total
17	Permite apurar o peso da amortização de empréstimos de médio e longo prazos na despesa total
18	Representa o volume de receitas arrecadadas, em termos per capita
19	Representa o volume das despesas efetuadas, em termos per capita
20	Representa o impacto de despesas de investimento pagas, em termos per capita




 32




2. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

O Município de Amarante iniciou a aplicação do Sistema de Normalização Contabilística para administrações públicas - SNC-AP em 1 de janeiro de 2020 e, a prestação de contas relativas a esse exercício económico foi efetuada já com base no novo referencial contabilístico. Contudo, em conformidade com o respetivo manual de implementação, *“nas primeiras demonstrações financeiras preparadas de acordo com o SNC-AP, a informação relativa ao ano anterior poderá basear-se no POCAL, através de uma mera conversão dos saldos para as contas e rubricas das demonstrações financeiras de acordo com o SNC-AP”*, sem necessidade de reexpressar o comparativo de acordo com o SNC-AP. Esta situação acarretou a perda de comparabilidade entre 2019 e 2020, o que já não se verifica no exercício económico de 2021, retomando-se a comparabilidade com o exercício económico anterior.

De entre outras finalidades, no âmbito do SNC-AP, o relato financeiro das entidades públicas visa permitir uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e das respetivas alterações e do desempenho financeiro da entidade, permitir o controlo financeiro, de legalidade, de economia, de eficiência e de eficácia dos gastos públicos e proporcionar informação útil para efeitos de tomada de decisões de gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas e apresentadas segundo a contabilidade na base do acréscimo, de acordo com a estrutura concetual e as normas de contabilidade pública do sistema de normalização contabilística para as administrações públicas (SNC-AP).

Importa referir que, dada a natureza da entidade pública, as suas atribuições e competências, os fins e objetivos que visa alcançar, nomeadamente de proporcionar melhor qualidade de vida aos cidadãos, naturalmente que o seu desempenho não se esgota ou resume a qualquer avaliação económico-financeira.

Contudo, dada a importância da sustentabilidade das finanças municipais para o desenvolvimento da sua atividade e para alcançar os objetivos que se propõe e, naturalmente para medir o desempenho económico-financeiro da entidade e fornecer informação verdadeira e apropriada da posição financeira para os diversos utilizadores dessa mesma informação, neste capítulo procede-se a uma abordagem do desempenho financeiro e económico, através da análise do balanço e da demonstração de resultados.



33



2.1. DESEMPENHO FINANCEIRO

As estruturas do ativo e fundos próprios e passivo desagregam-se conforme se demonstra no quadro seguinte:

Quadro 23 - Estrutura do Ativo

Ativo	2021	Estrutura	2020	Estrutura	Δ 2021/2020	
					Absoluta	Relativa
Ativo não corrente						
Ativos fixos tangíveis	132 775 394,94 €	86,7%	118 421 104,72 €	87,3%	↑ 14 354 290,22 €	12,1%
Propriedades de investimento	100 016,75 €	0,1%	103 399,91 €	0,1%	↓ -3 383,16 €	-3,3%
Ativos intangíveis	634 812,13 €	0,4%	527 585,53 €	0,4%	↑ 107 226,60 €	20,3%
Participações financeiras	4 952 607,17 €	3,2%	5 006 742,97 €	3,7%	↓ -54 135,80 €	-1,1%
Clientes contribuintes e utentes	1 328,22 €	0,0%	2 980,94 €	0,0%	↓ -1 652,72 €	0,0%
	138 464 159,21 €	90,4%	124 061 814,07 €	91,4%	↑ 14 402 345,14 €	11,6%
Ativo corrente						
Inventários	26 392,09 €	0,0%	15 657,85 €	0,0%	↑ 10 734,24 €	68,6%
Devedores p/ transf. e subsídios não reembolsáveis				0,0%	↓ 0,00 €	#DIV/0!
Clientes, contribuintes e utentes	84 859,83 €	0,1%	46 242,66 €	0,0%	↑ 38 617,17 €	83,5%
Estado e outros entes públicos	219,80 €	0,0%	3 754,99 €	0,0%	↓ -3 535,19 €	-94,1%
Outras contas a receber	5 980 009,55 €	3,9%	5 815 389,89 €	4,3%	↑ 164 619,66 €	2,8%
Diferimentos	96 939,18 €	0,1%	108 216,97 €	0,1%	↓ -11 277,79 €	-10,4%
Caixa e depósitos	8 559 119,79 €	5,6%	5 636 157,42 €	4,2%	↑ 2 922 962,37 €	51,9%
	14 747 540,24 €	9,6%	11 625 419,78 €	8,6%	↑ 3 122 120,46 €	26,9%
Total do Ativo	153 211 699,45 €	100,0%	135 687 233,85 €	100,0%	↑ 17 524 465,60 €	12,9%

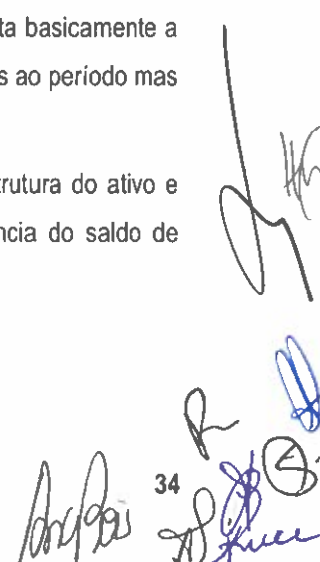
O *ativo líquido* fixou-se nos 153,21M€, crescendo 17,5M€ (+12,9%) face ao ano transato, alavancado essencialmente pela componente de ativo não corrente – *Ativos fixos tangíveis*, e de ativo corrente – *Caixa e Depósitos*, em resultado do saldo de execução orçamental alcançado no período.

O *ativo não corrente* ascendeu a 138,46M€ e representa 90,4% do ativo total.

O *ativo corrente* ascendeu a 14,75M€ e representa 9,6% do ativo total.

A componente de *outras contas a receber* no valor 5,98M€, representando 3,9% do ativo total respeita basicamente a devedores e credores por acréscimos (periodização económica) relativos a impostos e taxas imputados ao período mas cujo recebimento ocorrerá no ano seguinte, como IMI, Derrama e outros.

A componente de *caixa e depósitos*, a 31 de dezembro de 2021, assume um peso de 5,6% na estrutura do ativo e totaliza 8,56M€, verificando-se assim um aumento de 2,92M€ face ao ano precedente, consequência do saldo de gerência apurado.



34



Quadro 24 - Fundos próprios e passivo

Património Líquido e Passivo	2021	Estrutura	2020	Estrutura	Δ 2021/2020		
					Absoluta	Relativa	
Património líquido							
Património/Capital	89 218 446,67 €	58,2%	89 193 216,28 €	65,7%	↑	25 230,39 €	0,0%
Reservas	2 751 609,00 €	1,8%	2 565 827,08 €	1,9%	↑	185 781,92 €	7,2%
Resultados transitados	-1 393 757,66 €	-0,9%	-3 589 539,40 €	-2,6%	↑	2 195 781,74 €	-61,2%
Ajustamentos em ativos financeiros	710 116,68 €	0,5%	746 611,92 €	0,6%	↓	-36 495,24 €	0,0%
Outras variações no património líquido	27 183 632,66 €	17,7%	24 542 412,38 €	18,1%	↑	2 641 220,28 €	10,8%
Resultado líquido do período	1 176 458,69 €	0,8%	2 381 563,66 €	1,8%	↓	-1 205 104,97 €	0,0%
Total do Património Líquido	119 646 506,04 €	78,1%	115 840 091,92 €	85,4%	↑	3 806 414,12 €	3,3%
Passivo não corrente							
Provisões	652 550,16 €	0,4%	103 131,63 €	0,1%	↑	549 418,53 €	532,7%
Financiamentos obtidos	18 694 369,88 €	12,2%	12 853 754,78 €	9,5%	↑	5 840 615,10 €	45,4%
Diferimentos	7 485 248,22 €	4,9%	1 482 381,71 €	1,1%	↑	6 002 866,51 €	0,0%
Total do Passivo não corrente	26 832 168,26 €	17,5%	14 439 268,12 €	10,6%	↑	12 392 900,14 €	85,8%
Passivo corrente							
Fornecedores	214 069,84 €	0,1%	228 527,07 €	0,2%	↓	-14 457,23 €	-6,3%
Estado e outros entes públicos	313 168,52 €	0,2%	299 659,72 €	0,2%	↑	13 508,80 €	4,5%
Financiamentos obtidos	2 237 224,30 €	1,5%	1 794 830,10 €	1,3%	↑	442 394,20 €	24,6%
Fornecedores de investimentos	13 502,34 €	0,0%	1 906,50 €	0,0%	↑	11 595,84 €	608,2%
Outras contas a pagar	3 955 060,15 €	2,6%	3 082 950,42 €	2,3%	↑	872 109,73 €	28,3%
Total do Passivo corrente	6 733 025,15 €	4,4%	5 407 873,81 €	4,0%	↑	1 325 151,34 €	24,5%
Total do Passivo	33 565 193,41 €	21,9%	19 847 141,93 €	14,6%	↑	13 718 051,48 €	69,1%
Total Património Líquido e Passivo	153 211 699,45 €	100,0%	135 687 233,85 €	100,0%	↑	17 524 465,60 €	12,9%

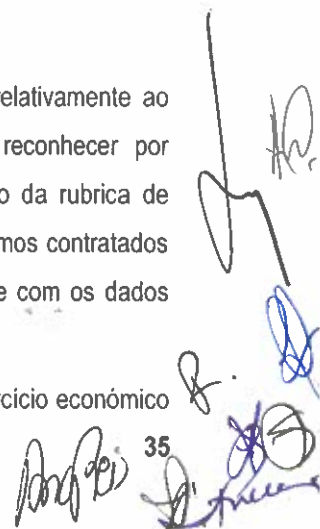
O *património líquido* e o passivo situou-se nos 153,21 M€..

A rubrica *outras variações no património líquido* verificou uma variação na ordem de 2,64M€ resultante de transferências e subsídios para investimentos obtidos, deduzidos da sua imputação anual a rendimentos.

O total do *passivo* ascende a 33,57 M€, registando um acréscimo de 13,72 M€, essencialmente em resultado do acréscimo verificado na componente do *passivo não corrente*.

O *passivo não corrente* ascende a 26,83 M€, tendo registado um acréscimo cerca de 12,39 M€ relativamente ao exercício anterior, sendo que destes cerca de 6M€ respeitam a *diferimentos* (rendimentos a reconhecer por transferências e subsídios de capital obtidos com condições), 5,84 M€ correspondem a acréscimo da rubrica de *financiamentos obtidos* (montante exigível a mais de um ano) em resultado da utilização de empréstimos contratados em exercícios anteriores e cerca de 0,55 M€ a acréscimo na rubrica de *provisões* em conformidade com os dados relativos aos processos judiciais em curso e em função do grau de risco associado a cada processo.

O *passivo corrente* totaliza 6,73 M€, registando um acréscimo cerca de 1,32 M€ relativamente ao exercício económico





anterior. Relativamente à componente *fornecedores* e a *fornecedores de investimentos* importa referir que todas as faturas validadas, com entrada até 31 de dezembro, foram liquidadas na sua totalidade, significando que os valores que apresentam, embora reduzidos, respeitam a documentos não validados a 31 de dezembro e por consequência não se encontravam em condições de ser liquidados. As *outras contas a pagar* apresenta um valor de 3,95M€, ligeiramente superior ao do ano transato, crescendo 0,87M€. Esta componente refere-se essencialmente ao reconhecimento no corrente exercício dos gastos com férias e subsídio de férias a pagar em 2022, que apresentam um valor de 1,81M€ e a rubrica respeitante a cauções de terceiros no montante de 1,89M€, cujo montante se encontra refletido no ativo na componente depósitos bancários.




36



2.2. DESEMPENHO ECONÓMICO

No tocante ao desempenho financeiro, os rendimentos e gastos do período são expressos na demonstração de resultados que se segue.

Quadro 25 – Demonstração de Resultados

Rendimentos e Gastos	Exercício	
	2021	2020
Impostos, contribuições e taxas	9 423 159,70 €	8 203 440,68 €
Vendas	33 520,65 €	25 556,99 €
Prestações de serviços e concessões	2 963 109,86 €	2 946 110,16 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	21 283 969,52 €	18 251 391,81 €
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	5 506,45 €	12 580,58 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-586 456,25 €	-443 861,40 €
Fornecimentos e serviços externos	-8 479 889,93 €	-7 623 620,69 €
Gastos com pessoal	-14 021 025,84 €	-11 541 456,03 €
Transferências e subsídios concedidos	-4 147 252,92 €	-3 599 740,49 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	48 946,02 €	-19 287,36 €
Provisões (aumentos/reduções)	-549 418,53 €	63 670,20 €
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-2 304,22 €	-1 955,43 €
Outros rendimentos	1 765 223,50 €	1 825 190,48 €
Outros gastos	-562 442,88 €	-145 718,30 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	7 174 645,13 €	7 952 301,20 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-5 857 925,28 €	-5 434 819,89 €
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)	1 316 719,85 €	2 517 481,31 €
Juros e rendimentos similares obtidos	30,96 €	13 285,35 €
Juros e gastos similares suportados	-140 292,12 €	-149 203,00 €
Resultado antes de impostos	1 176 458,69 €	2 381 563,66 €
Resultado líquido do período	1 176 458,69 €	2 381 563,66 €

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature on the right and several smaller ones at the bottom right.



2.2.1 ANÁLISE DOS RENDIMENTOS

No ano de 2021 os rendimentos ascenderam a 35,52M€, o que representa um crescimento de 4,18M€ em termos absolutos e de 13,3% em termos relativos, comparativamente com o ano 2020.

Quadro 26 – Estrutura e evolução dos rendimentos

Rendimentos	2021	Peso (%)	2020	Peso (%)	Δ 2021/2020	
					Absoluta	Relativa
Impostos, contribuições e taxas	9 423 159,70 €	26,5%	8 203 440,68 €	26,2%	↑ 1 219 719,02 €	14,9%
Vendas	33 520,65 €	0,1%	25 556,99 €	0,1%	↑ 7 963,66 €	31,2%
Prestações de serviços e concessões	2 963 109,86 €	8,3%	2 946 110,16 €	9,4%	↑ 16 999,70 €	0,6%
Transferências e subsídios correntes obtidos	21 283 969,52 €	59,9%	18 251 391,81 €	58,2%	↑ 3 032 577,71 €	0,0%
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	5 506,45 €	0,0%	12 580,58 €	0,0%	↓ -7 074,13 €	-56,2%
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	48 946,02 €	0,1%		0,0%	↑ 48 946,02 €	0,0%
Provisões (aumentos/reduções)		0,0%	63 670,20 €	0,2%	↓ -63 670,20 €	0,0%
Outros rendimentos	1 765 223,50 €	5,0%	1 825 190,48 €	5,8%	↓ -59 966,98 €	-3,3%
Juros e rendimentos similares obtidos	30,96 €	0,0%	13 285,35 €	0,0%	↓ -13 254,39 €	-99,8%
Total de Rendimentos	35 523 466,66 €	100,0%	31 341 226,25 €	100,0%	↑ 4 182 240,41 €	13,3%

Os rendimentos totais de 2021 ascenderam a 35,52M€, destacando-se as rubricas de *transferências e subsídios correntes obtidos* e *impostos, contribuições e taxas*, com um peso de 59,9% e 26,5%, respetivamente, representam as rubricas com maior peso na estrutura dos rendimentos.

O total de rendimentos registou au acréscimo de 4,18M€ relativamente a 2020, representando um aumento de 13,3%, tendo contribuído para este acréscimo essencialmente as rubricas *transferências e subsídios correntes obtidos* e *impostos, contribuições e taxas*.

Handwritten signatures and initials, including a large signature and the number 38.



2.2.2 ANÁLISE DOS GASTOS

Quadro 27 – Estrutura e evolução dos gastos

Gastos	2021	Peso (%)	2020	Peso (%)	Δ 2021/2020	
					Absoluta	Relativa
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	586 456,25 €	1,7%	443 861,40 €	1,5%	↑ 142 594,85 €	32,1%
Fornecimentos e serviços externos	8 479 889,93 €	24,7%	7 623 620,69 €	26,3%	↑ 856 269,24 €	0,0%
Gastos com pessoal	14 021 025,84 €	40,8%	11 541 456,03 €	39,9%	↑ 2 479 569,81 €	21,5%
Transferências e subsídios concedidos	4 147 252,92 €	12,1%	3 599 740,49 €	12,4%	↑ 547 512,43 €	15,2%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,0%	19 287,36 €	0,1%	↓ -19 287,36 €	0,0%
Provisões (aumentos/reduções)	549 418,53 €	1,6%		0,0%	↑ 549 418,53 €	0,0%
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	2 304,22 €	0,0%	1 955,43 €	0,0%	↑ 348,79 €	0,0%
Outros gastos	562 442,88 €	1,6%	145 718,30 €	0,5%	↑ 416 724,58 €	286,0%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	5 857 925,28 €	17,1%	5 434 819,89 €	18,8%	↑ 423 105,39 €	0,0%
Juros e gastos similares suportados	140 292,12 €	0,4%	149 203,00 €	0,5%	↓ -8 910,88 €	-6,0%
Total de Gastos	34 347 007,97 €	100,0%	28 959 662,59 €	100,0%	↑ 5 387 345,38 €	18,6%

No tocante aos gastos do período que totalizaram 34,35M€, destacam-se os *gastos com pessoal* com 40,8%, *fornecimentos e serviços externos* com 24,7%, *gastos/reversões de depreciação e amortização* com 17,1% e *transferências e subsídios concedidos* com 12,1%.

Relativamente a 2020, regista-se um acréscimo gastos totais de 18,6% no montante de 5,39M€, com grande expressão na componente de gastos com pessoal, em resultado do processo de transferência de competências em matéria de educação e na generalidade das restantes rubricas, em consequência da retoma de alguma atividade que no ano transato não se desenvolveu por motivos associados à pandemia COVID-19. O acréscimo na rubrica de *provisões* em conformidade com os dados relativos aos processos judiciais em curso e em função do grau de risco associado a cada processo





2.2.3 RESULTADOS

Quadro 28 – Resultados

Resultados	2021	2020
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	7 174 645,13 €	7 952 301,20 €
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)	1 316 719,85 €	2 517 481,31 €
Resultado antes de impostos	1 176 458,69 €	2 381 563,66 €
Resultado líquido do período	1 176 458,69 €	2 381 563,66 €

Da análise do desempenho económico, verifica-se que o resultado líquido do período ascende a 1,18M€.

[Handwritten signatures and initials]
40



3. LIMITES LEGAIS

3.1. AFERIÇÃO DO LIMITE DA DÍVIDA TOTAL (LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO)

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro estabelece no artigo 52.º a dívida total como limite à dívida municipal.

Os n.ºs 1 a 3 do artigo 52.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, estabelecem:

Artigo 52.º

Limite da dívida total

1 — A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

2 — A dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

3 — Sempre que um município:

- a) Não cumpra o limite previsto no n.º 1, deve reduzir, no exercício subsequente, pelo menos 10 % do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido, sem prejuízo do previsto na secção III;
- b) Cumpra o limite previsto no n.º 1, só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20 % da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

Em conformidade com o n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 35/2020, de 13 de agosto, “1 — O disposto na alínea b) do n.º 3 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, não se aplica nos anos de 2020 e 2021.”

No quadro seguinte apresenta-se o cálculo do limite e a dívida total do município, reportada a 31 de dezembro de 2021.

[Handwritten signatures and initials]

41

[Handwritten signature]



Quadro 29 – Apuramento da capacidade de endividamento para o ano de 2021

Apuramento da Capacidade de Endividamento para o ano de 2021

DÍVIDA TOTAL

(art.º 52.º e 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e n.º 1 do art.º 2.º da Lei n.º 35/2020, de 13 de agosto)

Situação a 31/12/2021

Apuramento do limite da "Dívida Total"			2021
Total receita corrente líquida cobrada nos últimos 3 exercícios			82 775 850 €
Receita cobrada em 2018	25 570 986 €		
Receita cobrada em 2019	27 253 350 €		
Receita cobrada em 2020	29 951 514 €		
Média da receita			27 591 950 €
1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos 3 exercícios			41 387 925 €
Apuramento da Dívida Total - 31.12.2021			
Endividamento de Curto e Médio e Longo Prazos			19 017 118 €
Conta	Designação	Dívida	
25.1.1.2.1.1.1+ 25.1.1.2.2.1.1	Empréstimos bancários de MLP não excecionados	17 321 418 €	
25.1.3	Locações financeiras	1 115 181 €	
22.1	Fornecedores	214 070 €	
24.2	Retenção de impostos sobre rendimentos	62 811 €	
24.5	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	248 948 €	
27.1.1	Fornecedores de investimentos c/c	13 502 €	
27.8.5	Sindicatos	1 323 €	
27.8.9.2.9.1.9.3	Outras entidades	889 €	
27.8.9.2.9.1.9.9	Outros credores	38 976 €	
Dívida total operações orçamentais do Município			19 017 118 €
Dívida das entidades relevantes para efeitos de limites da Dívida Total (Art.º 54.º)*			194 929 €
	DOLMEN - Cooperativa de Formação, Educação e Desenvolvimento do Baixo Tâmega, CRL	667 €	
	I.E.T. - Instituto Empresarial do Tâmega.	159 997 €	
	CIM - TS - Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa	34 265 €	
DÍVIDA TOTAL			19 212 047 €
Capacidade de Endividamento			
LIMITE DA DÍVIDA TOTAL EM n (n.º 1 do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro)	(1)		41 387 925 €
Montante da dívida Total a 31/12/2021 (excluindo operações extraorçamentais e FAM)	(2)		19 212 047 €
Margem Absoluta (3 = 1 - 2)	(3) = (1) - (2)		22 175 878 €

* As restantes entidades que relevam para efeitos de limites da dívida total, não forneceram informação.

O município apresenta um limite da dívida total em 31 de dezembro de 2021 no valor de € 41.387.925.

Da avaliação do quadro contata-se que o município apresenta uma dívida total em 31-12-2021 de € 19.212.047, cujo limite se situa nos € 41.387.925, representando uma margem absoluta de endividamento de € 22.175.878.

Amorim

Amorim



A 31 de dezembro de 2021, o município tem utilizada cerca de 46% da sua capacidade de endividamento.

Relativamente à dívida municipal, a Lei n.º 73/2013 estabelece mecanismos de alerta precoce e de recuperação financeira municipal e as regras para a sua aferição.

Artigo 57.º

Mecanismos de recuperação financeira municipal

1 — Os municípios que ultrapassem o limite da dívida total previsto no artigo 52.º recorrem aos seguintes mecanismos de recuperação financeira, nos termos dos artigos seguintes:

- a) Saneamento financeiro;
- b) Recuperação financeira.

2 — A adesão aos mecanismos de recuperação financeira é facultativa ou obrigatória consoante o nível de desequilíbrio financeiro verificado a 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 61.º

Recuperação financeira municipal

1 — O município é obrigado a aderir ao procedimento de recuperação financeira municipal sempre que se encontre em situação de rutura financeira.

2 — A situação de rutura financeira municipal considera-se verificada sempre que a dívida total prevista no artigo 52.º seja superior, em 31 de dezembro de cada ano, a 3 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios.

Artigo 58.º

Saneamento financeiro

1 — O município deve contrair empréstimos para saneamento financeiro, tendo em vista a reprogramação da dívida e a consolidação de passivos financeiros, quando, no final do exercício:

- a) Ultrapasse o limite da dívida total previsto no artigo 52.º; ou
- b) O montante da dívida, excluindo empréstimos, seja superior a 0,75 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

2 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, o município pode contrair empréstimos para saneamento financeiro, desde que verificada a situação prevista no n.º 1 do artigo 56.º



Artigo 56.º

Alerta precoce de desvios

1 — Sempre que, na informação reportada à DGAL, a dívida total prevista no artigo 52.º atinja ou ultrapasse a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, são informados os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais, bem como os presidentes dos órgãos executivo e deliberativo do município em causa, que informam os respetivos membros na primeira reunião ou sessão seguinte.

A 31 de dezembro de 2021, o município não viola qualquer das situações tipificadas nos mecanismos de recuperação financeira municipal e saneamento financeiro, nem qualquer indicador de alerta precoce, denotando solidez nas finanças municipais.

3.2. EQUILÍBRIO CORRENTE (ARTIGO 40.º DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO)

O artigo 40.º a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais) estabelece no n.º 2, que:

"...a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos."

Contudo, atendendo à legislação aprovada no domínio do regime excecional para promover a capacidade de resposta das autarquias locais no âmbito da pandemia da doença COVID-19, estabelece o artigo 7.º da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril, com as alterações posteriores, no que respeita ao Equilíbrio Orçamental que, "No ano de 2021 é suspensa a aplicação do n.º 2 do artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual."

Ainda que a aplicabilidade do Equilíbrio Orçamental se encontre suspensa, apresenta-se no quadro seguinte a situação do município a 31 de dezembro de 2021.

Quadro 30 – Equilíbrio orçamental

Equilíbrio Orçamental

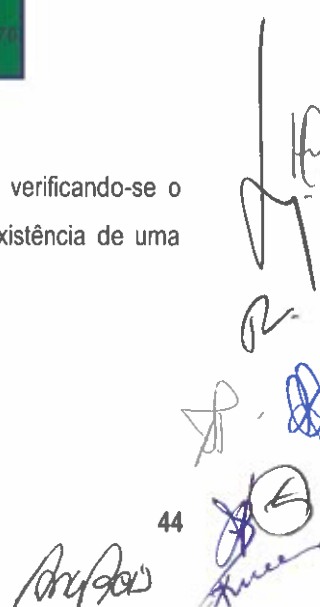
(Artigo 40.º do RFALB)

Data: 31/12/2021

Receita Corrente Bruta Cobrada (1)	Despesa Corrente (2)	Amortizações Médias Empréstimos MLP (3)	Margem (4 = 1-2-3)
34 131 530	25 518 897	2 177 662	6 434 970

O quadro anterior corresponde à aferição do equilíbrio orçamental relativo ao exercício de 2021, verificando-se o cumprimento do estabelecido no n.º 2 do artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e a existência de uma margem de 6.434.970€, face ao limite.

No mapa seguinte apresenta-se o cálculo das amortizações médias dos empréstimos em vigor.





Quadro 31 - Mapa de Cálculo de Amortizações Médias de Empréstimos

Identificação do empréstimo	Finalidade do empréstimo	Capital		Capital em dívida no ano 2021		Amortizações médias de capital (Artigo 40.º RFALB)		
		Contratado	Utilizado	Em 01.01.2021	Em 31.12.2021	Empréstimos contratados até 31/12/2013 (b)	Empréstimos contratados após 01/01/2014	
Caixa Geral de Depósitos	32 Habitações sociais	560 568,99	560 568,99	99 836,71	74 877,53	24 920,33		
Caixa Geral de Depósitos	Vários Investimentos	1 055 910,00	1 055 910,00	348 555,56	223 984,48	105 591,00		
Caixa Geral de Depósitos	Zona Desportiva de Vila Meã - Estádio Municipal - Execução do Relvado Sintético incluindo Balneários	500 000,00	500 000,00	251 231,33	200 273,75	48 895,08		
Caixa Geral de Depósitos	Vários Investimentos	4 530 618,00	4 530 618,00	3 171 432,60	2 718 370,80		377 551,50	
Caixa Geral de Depósitos	Pavimentação do ex CM 1208 (atual EM 750) - Fridão	362 383,00	362 383,00	301 550,10	266 308,08		30 198,58	
Caixa Geral de Depósitos	Repavimentação da EM 577 desde Bustelo à EN 15 - Bustelo	371 146,00	371 146,00	308 842,02	272 747,77		30 928,83	
Caixa Geral de Depósitos	Aquisição de Terrenos	344 000,00	344 000,00	277 920,77	244 382,87		28 666,67	
Caixa Geral de Depósitos	Arranjo Jardim Baden-Powell	141 500,00	141 500,00	117 746,51	103 985,53		11 791,67	
Caixa Geral de Depósitos	Construção, manutenção ou reabilitação de diversos muros e/ou caminhos florestais	400 000,00	400 000,00	323 163,64	284 166,07		33 333,33	
Caixa Geral de Depósitos	Repavimentação da EM575 desde o entroncamento da EM769 até à Ponte s/ o Rio Marão (Ansiães)	96 376,00	96 376,00	77 863,04	68 466,97		8 031,33	
Caixa Geral de Depósitos	Requalificação da EN que liga Lamas a Bellesse - Gouveia (S. Simão)	111 811,00	111 811,00	90 333,10	79 432,20		9 317,58	
Banco BPI	Vários Investimentos	4 461 883,00	4 461 883,00	702 053,46	234 850,08	426 179,36		
Banco BPI	Vários Investimentos	512 001,00	512 001,00	93 908,96	31 443,80	54 375,58		
Banco BPI	Pavimentação da Estrada Municipal 567, entre a Estrada Nacional 312 e o Largo de Pidre	339 963,00	339 963,00	271 970,44	237 974,16		28 330,25	
Banco BPI	Parque Linear Arq Sidónio Pardoal	70 503,00	70 503,00	58 165,14	51 114,82		5 875,25	
Banco BPI	Aquisição de terrenos e/ou outros imóveis	1 128 210,00	1 096 260,00	1 096 260,00	1 096 260,00		54 813,00	
Banco BPI	Intervenções estruturais de desobstrução e reabilitação fluvial e contenção de cheias	797 953,29	571 060,39	125 680,32	571 060,39		28 553,02	
Banco BPI	Construção do Pavilhão Amadeo de Souza-Cardoso	987 920,00	987 920,00	987 920,00	974 262,82		49 396,00	
Banco BPI	Aquisição do Património Imóvel das "Minas de Vieiros"	79 810,00	79 810,00	79 810,00	79 810,00		3 990,50	
Banco BPI	Vários Investimentos	4 396 950,00	2 786 123,19	277 118,00	2 786 123,19		139 306,16	
Banco BPI	Vários Investimentos	4 600 000,00	2 191 131,80	0,00	2 191 131,80		109 556,59	
Crédito Agrícola	Vários Investimentos	1 507 277,00	1 507 277,00	94 205,00	0,00	176 634,03		
Crédito Agrícola	Aquisição de bem imóvel - Área 1	1 135 945,80	1 135 945,80	1 135 945,80	1 086 068,00		56 797,29	
Crédito Agrícola	Aquisição de bem imóvel - Área 2	1 022 722,80	1 022 722,80	1 022 722,80	967 323,22		51 136,14	
Crédito Agrícola	Aquisição de bem imóvel - Área 3	165 996,35	165 996,35	165 996,35	163 983,80		8 299,82	
Banco Santander Totta	Bairro Cancela de Abreu - IFRRU/BEI	803 250,41	639 149,06	240 975,12	639 149,06		31 957,45	
Banco Santander Totta	Bairro Cancela de Abreu - IFRRU/BST	923 835,56	735 099,09	277 150,67	735 099,09		36 754,95	
Banco Santander Totta	Reabilitação do Gne-Teatro - IFRRU/BST	1 439 676,16	720 089,78	431 902,85	720 089,78		36 004,49	
Banco Santander Totta	Reabilitação do Gne-Teatro - IFRRU/BEI	437 202,80	218 677,84	131 160,84	218 677,84		10 933,89	
		33 285 413,16	27 715 926,09	12 561 421,13	17 321 417,90	836 595,38	1 181 524,31	
Banco Santander Totta	Reabilitação do Cine-Teatro - IFRRU/FEI/CPN	814 557,28	407 421,05	244 367,18	407 421,05		20 371,05	
ADC - Agência p/ o Desenvolvemento	Reabilitação do Bairro Cancela de Abreu - Eficiência Energética	787 246,79	262 415,60	262 415,60	262 415,60		17 494,37	
ADC - Agência p/ o Desenvolvemento	Reabilitação da Casa da Cadeia	46 733,86	46 733,86	46 733,86	46 733,86		3 115,59	
ADC - Agência p/ o Desenvolvemento	Escola Básica de Figueiró	469 438,31	312 958,88	312 958,88	312 958,88		20 863,93	
ADC - Agência p/ o Desenvolvemento	Escola Básica de Marcelos	511 549,16	341 032,78	341 032,78	341 032,78		22 735,52	
ADC - Agência p/ o Desenvolvemento	Reabilitação do Solar de Magalhães	1 142 748,15	380 916,05	380 916,05	380 916,05		25 394,40	
ADC - Agência p/ o Desenvolvemento	Mobilidade Urbana Sustentável - Amarante	1 496 218,21	498 739,40	498 739,40	498 739,40		33 249,29	
ADC - Agência p/ o Desenvolvemento	Intervenções estruturais de desobstrução, reabilitação fluvial e contenção de cheias, em zonas de inundações frequentes e danos elevados em Amarante	734 333,54	244 777,85	0,00	244 777,85		16 318,52	
		6 002 825,30	2 494 995,47	2 087 163,75	2 494 995,47	0,00	159 542,68	
		39 288 238,46	30 210 921,56	14 648 584,88	19 816 413,37	836 595,38	1 341 066,99	
		Amortizações Médias Totais				2 177 662,37		

Handwritten signatures and initials on the right side of the page, including a large signature at the top and several initials below it.



4. CONTABILIDADE DE GESTÃO

A contabilidade de gestão, conforme o disposto na NCP 27, é um sistema obrigatório e constitui um importante instrumento de gestão para análise e controlo de custos, bem como dos rendimentos e dos resultados das atividades.

A contabilidade de gestão permite avaliar o resultado das atividades e projetos que contribuem para a realização das políticas públicas e o cumprimento dos objetivos em termos de serviços a prestar aos cidadãos, com uma desagregação dos custos por bens, serviços e funções. Esta contabilidade vem completar a contabilidade orçamental e a contabilidade financeira, permitindo uma melhor gestão municipal em geral, e de cada unidade funcional, em particular.

O SNC-AP veio estabelecer a base para o desenvolvimento de um sistema de contabilidade de gestão nas Administrações Públicas, definindo os requisitos gerais para a sua apresentação, dando orientações para sua estrutura e desenvolvimento e prevendo requisitos mínimos para o seu conteúdo e divulgação.

O Município de Amarante tem vindo a desenvolver os trabalhos necessários à integral implementação da contabilidade de gestão, com a noção de que nesta fase há ainda necessidade de aperfeiçoar muito o sistema, de consolidar e transitar de uma contabilidade meramente de custos para uma contabilidade mais abrangente, designadamente transpondo para um sistema de contabilidade de gestão, é o grande objetivo.

Atendendo ao descrito anteriormente, apresentam-se de seguida os elementos disponíveis relativos à contabilidade de gestão.

No quadro seguinte apresentam-se o total de gastos diretos e indiretos do exercício:

Quadro 32 – Contas analíticas de gastos

Código	Designação	DÉBITO	CRÉDITO
90	CONTAS REFLETIDAS		34 388 990,52
90.60	TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CONCEDIDOS		4 147 252,92
90.61	CMVMC		586 456,25
90.62	FSE		8 479 889,93
90.63	GASTOS COM PESSOAL		14 021 025,84
90.64	DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO		5 857 925,28
90.65	PERDAS POR IMPARIDADE		22 936,13
90.67	PROVISÕES		555 432,83
90.68	OUTROS GASTOS		577 779,22
90.69	GASTOS POR JUROS E OUTROS ENCARGOS		140 292,12
92/93	RECLASSIFICAÇÃO DOS CUSTOS/ATIVIDADES	34 388 990,52	
TOTAL DE GASTOS DIRETOS E INDIRECTOS		34 388 990,52	34 388 990,52



46



A reclassificação dos gastos do período assenta numa classificação funcional dos gastos, de acordo com o classificador funcional das autarquias locais, aprovado pelo DL nº 192 /2015 de 11 de setembro e com base na NCP 27 «Contabilidade de Gestão» do SNC-AP e é traduzida pelo quadro seguinte:

Quadro 33 – Classificação funcional dos gastos

Código	Designação	Gastos Diretos e Indiretos a Bens e Serviços
1.	Funções Gerais	7 593 699
1.1.1.	Administração geral	7 463 737
1.2.1.	Protecção civil e luta contra incêndios	129 962
2.	Funções Sociais	17 824 827
2.1.1.	Ensino não superior	8 875 369
2.2.0.	Saúde	156 692
2.3.2.	Acção social	984 214
2.4.1.	Habitação	25 841
2.4.2.	Ordenamento do território	1 604 048
2.4.3.	Saneamento	462 680
2.4.4.	Abastecimento de água	438 747
2.4.5.	Resíduos sólidos	2 120 209
2.4.6.	Protecção meio ambiente e conservação da natureza	668 394
2.5.1.	Cultura	1 316 367
2.5.2.	Desporto, recreio e lazer	1 172 265
3.	Funções Económicas	3 806 027
3.1.0	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	831
3.2.0	Indústria e energia	302 946
3.3.1.	Transportes rodoviários	2 919 655
3.4.2.	Turismo	9 836
3.5.0.	Outras funções económicas	572 760
4.	Outras Funções	5 164 438
4.2.0.	Transferências entre administrações	3 262 763
4.3.0.	Diversas não especificadas	1 901 674
Total de gastos diretos e indiretos por funções		34 388 991

O quadro anterior traduz os gastos por funções, em resultados das funções no domínio das atribuições da autarquia.

[Handwritten signatures and initials]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

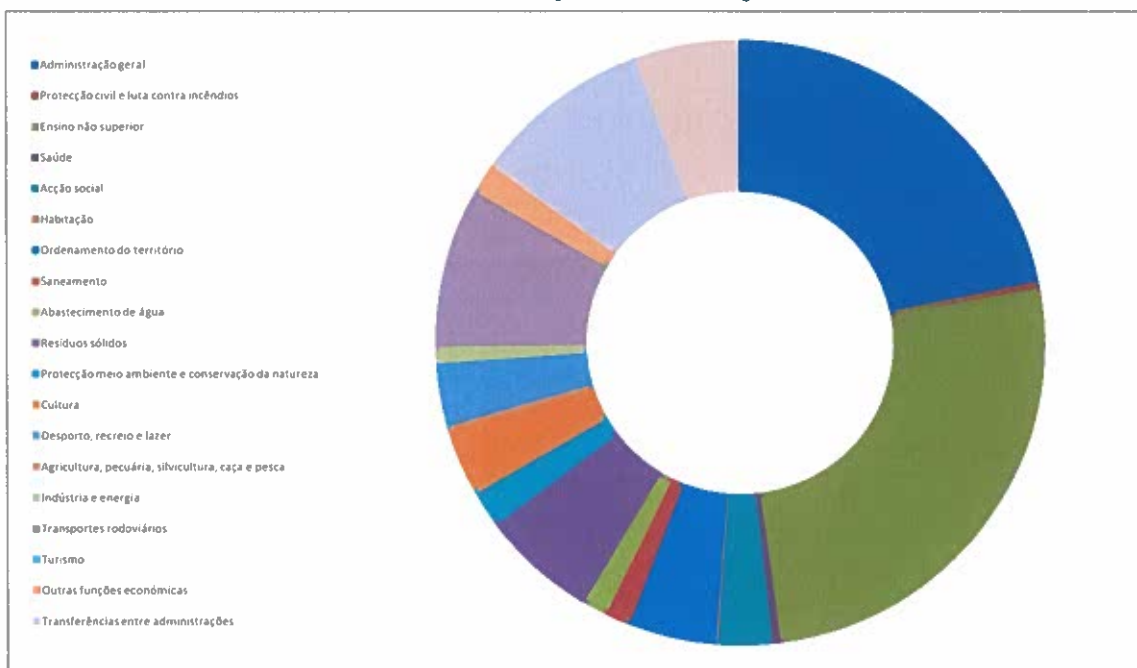
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



A representação gráfica dos custos por funções constantes do quadro anterior, é a que se segue.

Gráfico 7 - Classificação funcional dos gastos



No quadro seguinte apresenta-se o esforço financeiro desenvolvido nas quatro grandes áreas de intervenção que são: as funções gerais, sociais, económicas e outras funções e na prossecução das suas atribuições

Quadro 34 – Classificação dos gastos por grandes áreas funcional

Código	Designação	Gastos Diretos e Indiretos a Bens e Serviços	Peso Relativo %
1.	Funções Gerais	7 593 699	22,1%
2.	Funções Sociais	17 824 827	51,8%
3.	Funções Económicas	3 806 027	11,1%
4.	Outras Funções	5 164 438	15,0%
Total de gastos diretos e indiretos por funções		34 388 991	100,0%

Verifica-se que as funções sociais apresentam o maior peso relativo no total dos custos diretos e indiretos, com 51,8%, enquanto as funções gerais representam 22,1%, as outras funções 15,0% e as funções económicas 11,1%.

Conforme referido, o Município de Amarante encontra-se ainda em fase de implementação do sistema, sendo possível já em 2021 a obtenção de informação do total dos gastos diretos e indiretos por funções, assim como, utiliza as aplicações informáticas na gestão de gastos por atividades, através da elaboração de fichas de atividade, com imputação de custos diretos às mesmas.

[Handwritten signatures and initials]



5. PROPOSTA DE APROVAÇÃO E APLICAÇÃO DE RESULTADOS E PONTO 4.1 DA INSTRUÇÃO N.º 1/2019 DO TDC

O Relatório de Gestão e Contas e os demais documentos de prestação de contas foram elaborados de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), e respetivas Normas de Contabilidade Pública e com as instruções do Tribunal de Contas, retratando de forma clara e apropriada, nos aspetos materialmente relevantes, a posição financeira e o resultado das operações da entidade contabilística Município de Amarante.

Pelo referido, e tendo em conta que no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 se apurou um resultado líquido do exercício positivo, no montante de 1.176.458,69 €, propõe-se:

- que seja aprovado o Relatório de Gestão e Contas e os demais documentos de prestação de contas;
- que o resultado líquido do exercício seja aplicado 100% em resultados transitados.

Estabelece o 4.1 da Instrução n.º 1/2019, do Tribunal de Contas que:

"4.1 — Ata — A ata da reunião de aprovação das contas pelo órgão competente, a apresentar pelas entidades que aplicam o SNC-AP, deverá identificar os factos mais importantes constantes dos documentos de prestação de contas, abrangendo, de acordo com as situações aplicáveis, nomeadamente os seguintes:

Total do ativo, património líquido/capital próprio/fundo social e passivo (Balanço);

Rendimentos e gastos (DR);

Resultado líquido;

Recebimentos e pagamentos (DFC);

Desempenho orçamental (recebimentos e pagamentos) (DDO);

Saldos iniciais e finais do desempenho orçamental (de operações orçamentais e de operações de tesouraria)."

Assim, apresenta-se de seguida informação nestes termos, em conformidade com a constante dos documentos de prestação de contas:

Balanço

Total do ativo: 153.211.699,45€

Total património líquido/capital próprio/fundo social: 119.646.506,04€

Total passivo: 33.565.193,41€

Demonstração de Resultados (DR)

Total de Rendimentos: 35.523.466,66€

Total de Gastos: 34.347.007,97€





Demonstração de Fluxos de Caixa (DFC)

Total de Recebimentos: 49.626.436,31€

Total de Pagamentos: 47.280.003,67€

Desempenho orçamental (DDO)

Total de Recebimentos: 49.626.436,31€

Total de Pagamentos: 47.280.003,67€

Saldos iniciais e finais do desempenho orçamental

Saldo inicial de operações orçamentais: 4.322.507,09€

Saldo final de operações orçamentais: 6.668.939,73€

Saldo inicial de operações de tesouraria: 1.313.650,33€

Saldo final de operações de tesouraria: 1.890.180,06€

[Handwritten signatures and stamps]

50



CAPITULO III – REPORTING DE ATIVIDADES

Conforme se verificou no ano anterior, o ano de 2021 continuou a ser fortemente marcado pela pandemia COVID-19 com consequências nefastas na vida das pessoas e das instituições.

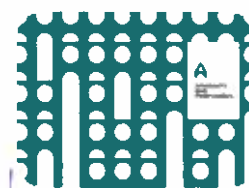
Para além dos efeitos diretos sobre os cidadãos, a pandemia COVID-19 gerou um quadro de grande instabilidade e imprevisibilidade, com alterações constantes no quotidiano em resultado de imposições constantes de normas em resposta à evolução do quadro epidemiológico.

Assim, as atividades desenvolvidas pelo município em 2021 foram também marcadas por este quadro de instabilidade e imprevisibilidade associado ao quadro pandémico que atravessamos, tendo-se introduzido os necessários ajustamentos ao longo do ano.

Naturalmente que o combate à COVID-19 continuou a merecer prioridade no desenvolvimento das políticas municipais, tendo-se alocado os recursos necessários, com o objetivo de minimizar o seu impacto na vida das famílias, das instituições e das empresas e comércio locais.

Não obstante a necessidade de reorientação estratégica das políticas municipais, em consequência do quadro pandémico que atravessamos, continuamos com determinação e responsabilidade a desenvolver projetos e ações determinantes para o desenvolvimento e a competitividade do nosso território, nomeadamente no âmbito do Portugal 2020.

Em conformidade com o estabelecido na lei, ao longo de 2021 foi apresentada à Assembleia Municipal informação da atividade do município, que neste capítulo se resume.



[Handwritten signatures and initials]



DINAMIZAÇÃO E COESÃO SOCIAL

COVID-19
MEDIDAS EM VIGOR



O Objetivo da Dinamização e Coesão Social absorveu 14% da despesa efetuada com as GOP's, cifrando-se, em termos de despesa direta, em 4.022.740,71 euros.

Neste objetivo foram alocadas verbas significativas no âmbito das medidas de combate à COVID-19, de apoio às famílias e instituições, assim como na área da habitação social e intervenção social e familiar.

Destacam-se as ações/projetos abaixo indicados:

- Subsidio ao arrendamento
- Fundo Municipal de Emergência Social
- Apoio Familiar: Tarifa Social e Familiar
- Dinamização da Rede Social
- Recuperação do Bairro Cancela de Abreu
- Recuperação do Bairro da Chentuada
- Beneficiação dos Edifícios do Bairro de São Lázaro
- Unidade de Saúde Familiar de Amarante
- Estratégia Local de Habitação (ELH)
- Apoio às Instituições Sociais
- Medidas de apoio ao emprego
- Dinamização da Universidade Sénior
- Campanha #euescolho
- Campanha "Amarante de Igual para Igual"
- Medidas de Apoio no âmbito da COVID-19
 - Resposta de Apoio à Comunidade
 - Resposta de Apoio às Instituições
 - Resposta de Apoio à Economia e Empresas
- Centro de vacinação no Pavilhão Desportivo Municipal de Amarante e instalação de posto de testagem à COVID-19



EDUCAÇÃO



O Objetivo da Educação absorveu 6% da despesa efetuada com as GOP's, cifrando-se, em termos de despesa direta, em 1.887.500 euros.

No domínio da educação, no âmbito do processo de transferência de competências da administração central para a administração local, o município desenvolveu as ações necessárias e adequadas à sua consolidação

Destacam-se as ações/projetos abaixo indicados:

- Consolidação do processo de transferência de competências da administração central para a administração local, em matéria de educação
- Transportes escolares
- Fornecimento de refeições aos alunos do pré-escolar, ensino básico e do secundário
- Ação social escolar - Protocolos com entidades parceiras
- Projetos para edifícios escolares
- Apoio na aquisição de material escolar a alunos carenciados
- Educação alimentar/Incentivo ao consumo de fruta
- Conceção-construção de coberturas/abrigos escolares
- Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar (PIICIE- Colaboração com a Comunidade Intermunicipal Tâmega e Sousa- CIM)
- Remoção de amianto na Escola Básica da Torreira
- Remoção de amianto na Escola Básica do Marão
- Projeto "Polinizadores ON"

COESÃO TERRITORIAL



O Objetivo da Coesão Territorial absorveu 26% da despesa efetuada com as GOP's, cifrando-se, em termos de despesa direta, em 7.514.018 euros.

Também neste domínio, em 2021 se desenvolveram as necessárias iniciativas conducentes à consolidação do processo de exercício de competências, por parte do município, em matéria de Serviço Público de Transporte de Passageiros, visando proporcionar a todos

[Handwritten signatures and initials]

os amarantinos serviços de mobilidade de qualidade.

Realçar também a execução de diversas intervenções de requalificação e pavimentação de arruamentos.

Destacam-se as ações/projetos abaixo indicados:

- Acordos de Execução e Contratos de Cooperação com as Juntas de Freguesia
- Requalificação e pavimentação de diversos arruamentos
- Arranjos e reparações em vias municipais
- Sinalização vertical/horizontal
- Apoio às Associações do Município em ações correntes e projetos de investimento
- Serviço Público de Transporte de Passageiros (SPTP)

ECONOMIA, INOVAÇÃO E EMPREGO



Objetivo da Economia, Inovação e Emprego absorveu 1% da despesa efetuada com as GOP's, cifrando-se, em termos de despesa direta, em 134.228 euros.

Considerando os efeitos da pandemia COVID-19, continuou-se em 2021 a canalizar recursos para a dinamização de medidas de combate à COVID-19, nomeadamente no âmbito do apoio à economia local.

Destacam-se as ações/projetos abaixo indicados:

- Participação em iniciativas de Dinamização do Comércio Tradicional – Campanha “Viva a economia local”
- Ações no âmbito da Economia, Inovação e Emprego
- Ações no âmbito do Projeto *BeePathNet*
- hackathon “Amarante Go Tech”
- Projeto Amarante das Profissões
- Participação em projetos comunitários e internacionais
- Realização de duas conferências europeias dos EU Industry Days 2021



TURISMO



O Objetivo do Turismo absorveu 2% da despesa efetuada com as GOP's, cifrando-se, em termos de despesa direta, em 546.983 euros.

Infelizmente os efeitos da pandemia COVID-19 fizeram-se sentir de forma transversal a todos os setores da economia, contudo dadas as grandes restrições impostas ao nível da mobilidade e da aglomeração de pessoas, o setor do turismo foi dos mais fustigados nos dois últimos anos. Não obstante esta realidade, continuou-se

em 2021 a desenvolver projetos e ações que potenciem cada vez mais os recursos endógenos do concelho e contribuam para a afirmação turística do concelho e consequentemente reforcem a competitividade e a economia.

Destacam-se as ações/projetos abaixo indicados:

- Programas/Atividades de dinamização e Promoção Turística
- PROVERE - Valorização do Cluster turístico das Serras do Marão e Aboboreira
- Renovação Aldeias - Colmeia do Marão
- Atividades promocionais e imagem institucional do Município
- Campanha de relançamento do Turismo em formato coleção de experiências - "Quimera"
- iPlace - Rede de Planeamento de Ações
- Criação e participação em projetos internacionais de turismo

CULTURA



O Objetivo da Cultura absorveu 17% da despesa efetuada com as GOP's, cifrando-se, em termos de despesa direta, em 5.039.506 euros.

As limitações impostas no âmbito da COVID-19 continuaram em 2021 a não permitir o desenvolvimento da regular programação cultural.

Destacam-se as ações/projetos abaixo indicados:

- Aquisição, conservação preventiva e restauro de Obras de Arte
- Simpósio de escultura urbana
- Aquisição de fundos documentais



- Apoio às Associações do Município em atividades correntes e de investimento
- Iniciativa "Cinema Insuflável"
- Exposição "Pinturas em Colaboração"
- Exposição "Bom dia Lua", no Museu Municipal Amadeo de Souza-Cardoso
- Exposição "Jovem Criação Europeia 2019/2021", no Museu Municipal Amadeo de Souza-Cardoso (MMASC)
- Exposição "A Força do Metal"
- "Diálogos com Amadeo": Sete exposições de arte contemporânea no Museu Municipal Amadeo de Souza-Cardoso
- f/est Amarante – Festival Internacional de Fotografia. "Ver com olhos de ficar"
- Grande Prémio de Poesia Teixeira de Pascoaes
- Concertos da Orquestra do Norte
- Reabilitação da Biblioteca Municipal
- Recuperação do Solar dos Magalhães
- Empreitada de Recuperação do Cine-Teatro de Amarante
- Iniciativa "Livros à Porta"
- Realização das peças de teatro "Não se Paga, Não se Paga" e "Histórias da Vermelhinha"
- Exposição "Drawing The Line: A Arte do Desenho Animado de Joanna Quinn"
- Espetáculo "Inventar-se de Gente"
- Abertura da Loja do Museu Municipal Amadeo de Souza-Cardoso

JUVENTUDE E DESPORTO



O Objetivo da Juventude e Desporto absorveu 5% da despesa efetuada com as GOP's, cifrando-se, em termos de despesa direta, em 1.562.508 euros.

Embora a pandemia COVID-19 tenha também condicionado a concretização de ações e projetos neste domínio, em 2021 foi já possível ir retomando alguma atividade.

Destacam-se as ações/projetos abaixo indicados:

- Programa de apoio ao Voluntariado Jovem
- Programa "Pre'Ocupa-te"

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature that appears to be 'Paulo Reis' and several other initials and marks.



- Orçamento participativo jovem
- Conclusão das obras do Pavilhão Gimnodesportivo Escola Básica Amadeo de Souza Cardoso
- Ações correntes no âmbito do ensino e apoio das atividades desportivas
- Apoio às associações do Município em ações correntes
- Apoio às associações do Município em investimentos
- Ampliações, reparações e requalificações em recintos desportivos
- Realização do HÁ FEST! – Festival da Juventude de Amarante
- Apoio à realização do WRC Vodafone Rally de Portugal
- Conferência Municipal da Juventude. “Next Level - Muito mais que um jogo”
- Encontro de jovens intitulado “Desconferência LABJovem”
- Band’Arte – Festival de Bandas sob o slogan “Vive, Sente, Ama a tua Cidade”

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E REABILITAÇÃO URBANA



O Objetivo do Ordenamento do Território e Reabilitação Urbana absorveu 3% da despesa efetuada com as GOP’s, cifrando-se, em termos de despesa direta, em 792.638 euros.

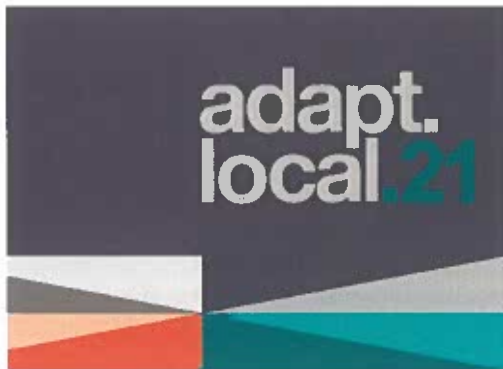
Em 2021 a concretização das ações previstas no âmbito da candidatura “Mobilidade Urbana Sustentável de Amarante (PAMUS)” continuaram a merecer particular relevância, pelos efeitos que induzirá na melhoria das condições de mobilidade urbana e de ordenamento do território.

Destacam-se as ações/projetos abaixo indicados:

- Mobilidade Urbana Sustentável de Amarante (PAMUS)
- Elaboração de estudos de mobilidade, circulação e tráfego;
- Intervenções de Regeneração urbana;
- Aprovação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Telões
- Arranjos urbanísticos
- Aquisição de terrenos
- Disponibilização do serviço, BUPi – Balcão Único do Prédio
- Ações no âmbito do Cadastro Simplificado



AMBIENTE



O Objetivo do Ambiente absorveu 13% da despesa efetuada com as GOP's, cifrando-se, em termos de despesa direta, em 3.666.782 euros.

Neste objetivo, pelo montante de investimento envolvido e pelo que representa no reforço da sustentabilidade ambiental e na melhoria da qualidade urbana em benefício de todos os amarantinos e daqueles que nos visitam, importa destacar as Intervenções estruturais de desobstrução, reabilitação fluvial e contenção de

cheias (POSEUR).

Registrar também o constante investimento na aquisição de equipamentos destinados a respostas na área ambiental.

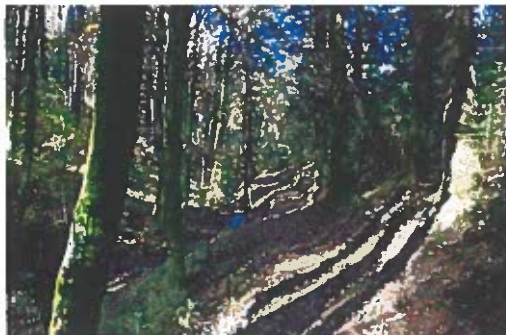
Destacam-se as ações/projetos abaixo indicados:

- Tratamento dos resíduos sólidos domésticos
- Ações de limpeza urbana
- Limpeza e desmatações de arruamentos, passeios, muros, parques, taludes e zonas ribeirinhas
- Projetos no âmbito da Estratégia de Adaptação às Alterações Climáticas
- Intervenções estruturais de desobstrução, reabilitação fluvial e contenção de cheias (POSEUR)
- Reabilitação do Regadio do Casal/Vargelas (Ansiães)
- Reabilitação do Regadio da Moreira (Aboim)
- Execução da candidatura "verde por natureza"
- Execução da candidatura "Plano de contenção da Flora Invasora e Renaturalização das Linhas de Água da Bacia do Tâmega – Concelho de Amarante"
- Obras de construção/requalificação dos espaços verdes
- Exposição "Mundo sem Abelhas"
- Aquisição de três viaturas para os serviços de Ambiente – duas de recolha de Resíduos Sólidos Urbanos e uma viatura para lavagem de contentores
- Instalação de uma rede de 31 oleões, em várias freguesias do concelho, para depósito e encaminhamento dos Óleos Alimentares Usados (OAU)
- Aquisição de oito viaturas ligeiras de mercadorias e três viaturas pesadas de mercadorias, para renovação da frota e reforço da capacidade de resposta dos serviços de ambiente, espaços verdes e obras do Município de Amarante
- 5.º Seminário Anual "adapt.local.21."

[Handwritten signatures and initials]



SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS



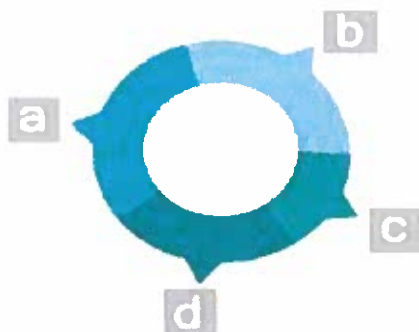
O Objetivo da Segurança e Ordem Públicas absorveu 2% da despesa efetuada com as GOP's, cifrando-se, em termos de despesa direta, em 622.816 euros.

Em linha com o registado no ano anterior, também neste objetivo continuou-se a alocar verbas destinadas à realização de ações no contexto do combate à COVID-19, nomeadamente no apoio a instituições.

Destacam-se as ações/projetos abaixo indicados:

- Participação nas equipas de Intervenção Permanente
- Participações em ações correntes – Bombeiros
- Participações em investimentos e/ou infraestruturas
- Construção, manutenção ou reabilitação de diversos muros e/ou caminhos florestais
- Diversas intervenções no âmbito da rede de faixas de gestão de combustíveis, realizadas pelas equipas de sapadores florestais
- Ações programadas no âmbito da silvicultura preventiva
- Ações no âmbito da defesa da floresta contra incêndios (DFCI)
- Aprovação do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios 2021-2030 (PMDFCI)
- Ações no âmbito do serviço, BUpi – Balcão Único do Prédio
- Execução da candidatura ao Fundo Ambiental denominada "Amarante +Natural" no âmbito da sensibilização e educação ambiental
- Candidatura ao Fundo Ambiental (Plano de contenção da flora invasora e renaturização das linhas de água da bacia do Tâmega)
- Acompanhamento da candidatura "Colmeia do Marão"
- Candidatura "Ocorrência das depressões Elsa e Fabian"

Governância da Câmara



O Objetivo da Governância da Câmara absorveu 12% da despesa efetuada com as GOP's, cifrando-se, em termos de despesa direta, em 3.371.870 euros.

O município continua a alocar importantes recursos à modernização e qualificação contínua dos serviços, com o objetivo de prestar serviços de qualidade aos munícipes e, nesta linha, em 2021 desenvolveram-se



diversas ações no âmbito da candidatura ao Norte 2020 "Amarante Transformação Digital"

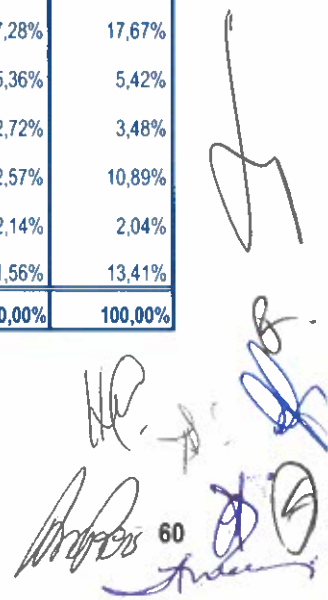
Destacam-se as ações/projetos abaixo indicados:

- Aquisição, instalação e manutenção de equipamento informático
- Realização de estudos e trabalhos de consultadoria
- Assistência técnica de equipamentos
- Formação e capacitação da CMA
- Realização de estudos e trabalhos de consultadoria
- Encargos com instalações
- Renovação da Frota Automóvel
- Iluminação Pública
- Projeto "Amarante Transformação Digital"

Finalmente importa assinalar que pese embora o quadro de grande instabilidade associado à pandemia COVID-19 nos dois últimos anos e, pese embora a necessidade de reorientação estratégica e de ajustamento constante das Grandes Opções do Plano, tendo em consideração o programa do Executivo para 2021, conclui-se que os objetivos estratégicos foram conseguidos.

Quadro 35 - Execução Orçamental das GOP's por Objetivos Estratégicos

DESTINO	Montante Previsto	Montante Executado	Execução Financeira %	Peso relativo	Peso relativo
Dinamização e Coesão Social	4 724 430,00	4 022 740,71	85,15%	13,79%	12,26%
Educação	2 427 708,00	1 887 500,60	77,75%	6,47%	6,30%
Coesão Territorial	9 855 897,41	7 514 018,09	76,24%	25,77%	25,57%
Economia, Inovação e Emprego	393 188,00	134 228,16	34,14%	0,46%	1,02%
Turismo	751 884,00	546 983,47	72,75%	1,88%	1,95%
Cultura	6 813 448,02	5 039 506,01	73,96%	17,28%	17,67%
Juventude e Desporto	2 090 504,00	1 562 508,26	74,74%	5,36%	5,42%
Ordenamento do Território e Reabilitação Urbana	1 341 566,70	792 638,00	59,08%	2,72%	3,48%
Ambiente	4 196 542,00	3 666 781,83	87,38%	12,57%	10,89%
Segurança e Ordem Públicas	787 042,00	622 816,16	79,13%	2,14%	2,04%
Governância da Câmara	5 167 835,00	3 371 870,66	65,25%	11,56%	13,41%
TOTAL	38 550 045,13	29 161 591,95	75,65%	100,00%	100,00%



Handwritten signatures and initials, including a large signature on the right and several smaller ones at the bottom right, some with a date '60'.



FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

O país e o mundo parecem aparentemente ter ultrapassado o Covid-19, tendo-se passado de classificação de Pandemia para Endemia, sendo neste momento os impactos da pandemia muito menores que os registados em 2020 e 2021:

Depois deste flagelo que afetou todo o mundo com impactos significativos a nível económico e social, no início de 2022 surgiu um novo acontecimento, a guerra provocada pela invasão da Rússia à Ucrânia, voltando a gerar um elevado grau de incerteza, a nível social e económico, com efeitos previsíveis consideráveis no custo da energia, combustíveis e bens alimentares, sendo que este facto poderá gerar implicações no relato financeiro.

Em 2022, serão implementadas as medidas necessárias de ajustamento em função do evoluir da situação relatada, sendo o impacto das mesmas objeto de relato no âmbito da prestação de contas do exercício 2022.

Prof. Aires
61
[Handwritten signatures and initials]

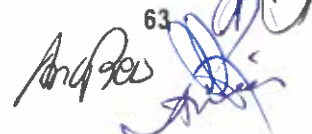


**DOCUMENTOS DE
PRESTAÇÃO DE CONTAS**

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS		
N.º	DESIGNAÇÃO	Documento TC
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS		
1	Balanço	A1
2	Demonstração de resultados por natureza	A1
3	Demonstração das alterações no património líquido	A1
4	Demonstração de fluxos de caixa	A1
5	Anexo às demonstrações Financeiras	A1
	Q0 - Reconciliação para o balanço de abertura de acordo com o SNC-AP	A4
	Q1 - Desagregação de caixa e depósitos	A1
	Q3.1 - Ativos intangíveis - Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas	A1
	Q3.2 - Quantia escriturada e variações do período	A1
	Q3.2A - Ativos intangíveis - Adições	A1
	Q4. - Acordos de concessão de serviços	A1
	Q5.1 - Ativos fixos tangíveis - Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas	A1
	Q5.2 - Ativos fixos tangíveis - Quantia escriturada e variações do período	A1
	Q5.2A - Ativos fixos tangíveis - Adições	A1
	Q5.2B - Ativos fixos tangíveis - Diminuições	A1
	Q7.1 - Empréstimos obtidos - Empréstimos bancários	A1
	Q8.1 - Propriedades de investimento - Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas	A1
	Q8.2 - Propriedades de investimento - Quantia escriturada e movimentos do período (modelo do custo)	A1
	Q10.1 - Inventários	A1
	Q10.2 - Inventários - movimentos do período	A1
	Q13 - Rendimentos com contraprestação	A1
	Q14 - Rendimentos sem contraprestação	A1
	Q15 - Provisões	A1
DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS		
1	Demonstração do desempenho orçamental	A1
2	Demonstração de execução orçamental da receita	A1
3	Demonstração de execução orçamental da despesa	A1
4	Demonstração de execução do plano plurianual de investimentos	A1
5	Anexo às demonstrações orçamentais	
5.1	Alterações orçamentais da receita	A1
5.2	Alterações orçamentais da despesa	A1
5.3	Alterações ao plano plurianual de investimentos	A1
5.4	Operações de tesouraria	A1
5.5	Contratação administrativa - Situação dos contratos	A1
5.6	Contratação administrativa - Adjudicações por tipo de procedimento	A1
5.7	Transferências e subsídios concedidos	A1
5.8	Transferências e subsídios recebidos	A1
	Certificação legal de contas	A1
OUTROS DOCUMENTOS		
	Declaração de compromissos plurianuais	-

63




DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras apresentadas no presente relatório referem-se ao exercício de 2021, de 01.01.2021 a 31.12.2021, cuja preparação foi realizada em harmonia com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), na sua versão atualizada, e aprovada pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

1. Balanço
2. Demonstração de Resultados
3. Demonstração das alterações no património líquido
4. Demonstração dos fluxos de caixa
5. Anexo às demonstrações financeiras

[Handwritten signatures and initials]

64

[Handwritten signature]



1 BALANÇO

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

BALANÇO



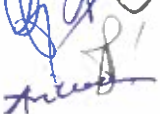
MUNICÍPIO DE AMARANTE

Período: 2021/01/01 - 2021/12/31

Unidade Monetária: euro

Rubricas	Notas	DATAS	
		2021	2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	132 775 394,94	118 421 104,72
Propriedades de investimento	8	100 016,75	103 399,91
Ativos intangíveis	3	634 812,13	527 585,53
Participações financeiras	18	4 952 607,17	5 006 742,97
Clientes, contribuintes e utentes		1 328,22	2 980,94
		138 464 159,21	124 061 814,07
Ativo corrente			
Inventários	10	26 392,09	15 657,85
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis			
Clientes, contribuintes e utentes		84 859,83	46 242,66
Estado e outros entes públicos		219,80	3 754,99
Outras contas a receber		5 980 009,55	5 815 389,89
Diferimentos		96 939,18	108 216,97
Caixa e depósitos	1	8 559 119,79	5 636 157,42
		14 747 540,24	11 625 419,78
Total Ativo		153 211 699,45	135 687 233,85
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	18	89 218 446,67	89 193 216,28
Reservas	18	2 751 609,00	2 565 827,08
Resultados transitados	18	-1 393 757,66	-3 589 539,40
Ajustamentos em ativos financeiros	18	710 116,68	746 611,92
Outras variações no património líquido	18	27 183 632,66	24 542 412,38
Resultado líquido do período		1 176 458,69	2 381 563,66
Total Património Líquido		119 646 506,04	115 840 091,92
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15	652 550,16	103 131,63
Financiamentos obtidos	7	18 694 369,88	12 853 754,78
Diferimentos		7 485 248,22	1 482 381,71
		26 832 168,26	14 439 268,12
Passivo corrente			
Fornecedores		214 069,84	228 527,07
Estado e outros entes públicos		313 168,52	299 659,72
Financiamentos obtidos	7	2 237 224,30	1 794 830,10
Fornecedores de investimentos		13 502,34	1 906,50
Outras contas a pagar		3 955 060,15	3 082 950,42
		6 733 025,15	5 407 873,81
Total Passivo		33 565 193,41	19 847 141,93
Total Património Líquido e Passivo		153 211 699,45	135 687 233,85

2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA


R.

Andréis 

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS
MUNICÍPIO DE AMARANTE

Período: 2021/01/01 - 2021/12/31

Unidade Monetária: euro

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	DATAS	
		2021	2020
Impostos, contribuições e taxas	13	9 423 159,70	8 203 440,68
Vendas	13	33 520,65	25 556,99
Prestações de serviços e concessões	13	2 963 109,86	2 946 110,16
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	21 283 969,52	18 251 391,81
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	13	5 506,45	12 580,58
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-586 456,25	-443 861,40
Fornecimentos e serviços externos		-8 479 889,93	-7 623 620,69
Gastos com pessoal		-14 021 025,84	-11 541 456,03
Transferências e subsídios concedidos		-4 147 252,92	-3 599 740,49
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		48 946,02	-19 287,36
Provisões (aumentos/reduções)	14	-549 418,53	63 670,20
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		-2 304,22	-1 955,43
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos	13	1 765 223,50	1 825 190,48
Outros gastos		-562 442,88	-145 718,30
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		7 174 645,13	7 952 301,20
Gastos/reversões de depreciação e amortização		-5 857 925,28	-5 434 819,89
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		1 316 719,85	2 517 481,31
Juros e rendimentos similares obtidos		30,96	13 285,35
Juros e gastos similares suportados		-140 292,12	-149 203,00
Resultado antes de impostos		1 176 458,69	2 381 563,66
Resultado líquido do período		1 176 458,69	2 381 563,66

3 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES AO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the word "Análisis" and a signature.

DAPL - DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO
(MUNICÍPIO DE AMARANTE)

Designação	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido										Interesses que não controlam	Total do património líquido	
		Capital / Património subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Reservas Decorrentes da Transferência de Ativos	Outras Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período			TOTAL
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	(1)	89 193 216,28		2 565 827,08			-3 589 539,40	746 611,92		24 542 412,38	2 381 563,66	115 840 091,92	115 840 091,92	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização do excedente de revalorização														
Excedentes de revalorização e respetivas variações														
Transferências e subsídios de capital				185 781,92			2 195 781,74	-36 495,24		2 218 447,00	-2 381 563,66	2 218 447,00	2 218 447,00	
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido										422 773,28		386 278,04	386 278,04	
Correção de erros materiais														
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(2)			185 781,92			2 195 781,74	-36 495,24		2 641 220,28	-2 381 563,66	2 604 725,04	2 604 725,04	
RESULTADO INTEGRAL	(3)										1 176 458,69	1 176 458,69	1 176 458,69	
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	(4)=(2)+(3)										-1 205 104,97	3 781 183,73	3 781 183,73	
Subscrições de capital/património		25 230,39												
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações														25 230,39
Subscrições de prémios de emissão	(5)													
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO	(6)=(1)+(2)+(3)+(4)+(5)	89 218 446,67		2 751 609,00			-1 393 757,66	710 116,68		27 183 632,66	1 176 458,69	119 646 506,04	119 646 506,04	25 230,39

Período: 2021/01/01 - 2021/12/31

Unidade Monetária: euro

4 DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

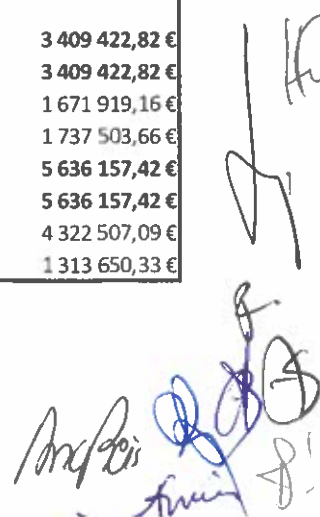
[Handwritten signatures and initials in blue ink]

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Período: 2021/01/01 - 2021/12/31

Unidade Monetária: euro

Rubricas	Notas	DATAS	
		2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		1 864 478,24 €	1 412 835,36 €
Recebimentos de contribuintes		3 063 734,69 €	3 124 101,47 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		21 269 368,17 €	18 453 430,82 €
Recebimentos de utentes		1 112 037,10 €	511 651,51 €
Pagamentos a fornecedores		-9 100 920,01 €	-8 834 045,29 €
Pagamentos ao pessoal		-13 863 121,22 €	-10 975 726,61 €
Pagamentos de transferências e subsídios		-2 307 139,64 €	-1 962 795,93 €
Caixa gerada pelas operações		2 038 437,33 €	1 729 451,33 €
Outros recebimentos/pagamentos		10 184 201,68 €	5 305 917,70 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		12 222 639,01 €	7 035 369,03 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis		-14 396 047,08 €	-8 465 683,10 €
Pagamentos - Ativos intangíveis		-3 833 031,42 €	-842 384,68 €
Pagamentos - Investimentos financeiros		-25 986,09 €	
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis		50 525,85 €	
Recebimentos - Propriedades de Investimento		1 712 992,94 €	1 723 581,22 €
Recebimentos - Transferências de capital		2 218 447,00 €	2 011 162,00 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-14 273 098,80 €	-5 573 324,56 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Financiamentos obtidos		6 785 175,07 €	2 623 333,57 €
Recebimentos - Financiamentos obtidos		15 000,00 €	
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Financiamentos obtidos		-1 686 299,49 €	-1 714 191,58 €
Pagamentos - Juros e gastos similares		-140 453,42 €	-144 451,86 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		4 973 422,16 €	764 690,13 €
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		2 922 962,37 €	2 226 734,60 €
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do pe		5 636 157,42 €	3 409 422,82 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do perío		8 559 119,79 €	5 636 157,42 €
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		5 636 157,42 €	3 409 422,82 €
Saldo da gerência anterior (SGA)		5 636 157,42 €	3 409 422,82 €
SGA De execução orçamental		4 322 507,09 €	1 671 919,16 €
SGA De operações de tesouraria		1 313 650,33 €	1 737 503,66 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		8 559 119,79 €	5 636 157,42 €
Saldo para a gerência seguinte (SGS)		8 559 119,79 €	5 636 157,42 €
SGS De execução orçamental		6 668 939,73 €	4 322 507,09 €
SGS De operações de tesouraria		1 890 180,06 €	1 313 650,33 €



**5 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS**

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Procurando dar cumprimento ao disposto no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, designadamente no que se refere à Norma de Contabilidade Pública 1, resumem-se nas notas seguintes as políticas contabilísticas significativas, assim como outras notas explicativas e esclarecedoras de alguns aspetos relevantes para uma melhor compreensão da conta apresentada para o período de relato. As notas relativamente às quais se considere não haver informação que justifique a sua divulgação ou que não sejam significativas para a compreensão das demonstrações financeira, não serão apresentadas.

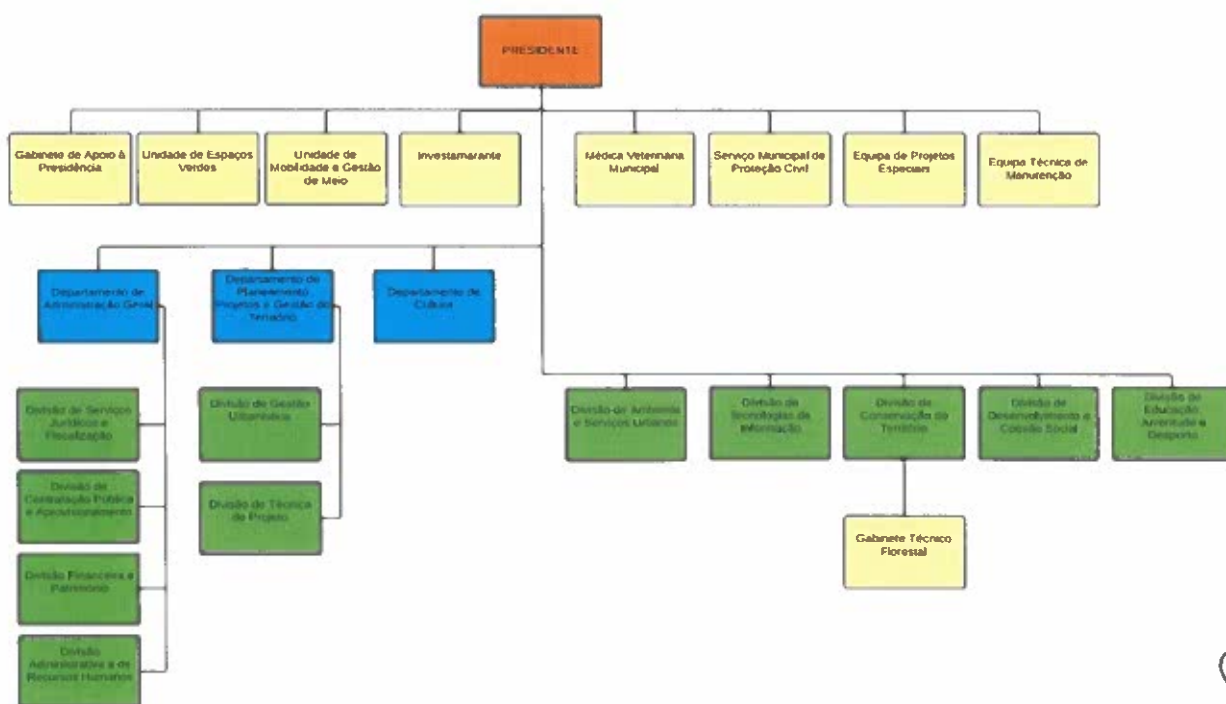
Nota 1 - Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1 Identificação da entidade e período de relato

- a. Designação: Município de Amarante
- b. Número de Contribuinte: 501 102 752
- c. Endereço postal: Alameda Teixeira de Pascoaes, 4600-011 Amarante
- d. Período de relato: 01.01.2021 a 31.12.2021

1.1.1 Estrutura Organizacional

A estrutura organizacional do Município de Amarante em 31 de dezembro de 2021, é a constante do organograma seguinte:



[Handwritten signatures and initials]



1.1.2 Legislação

Regime Financeiro: Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro

Regime Jurídico: Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro

1.1.3 Descrição Sumária das Atividades

Nos termos do art.º 23º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, as atribuições dos municípios são:

1 - Constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias.

2. Os municípios dispõem de atribuições, designadamente, nos seguintes domínios:

- a) Equipamento rural e urbano;
- b) Energia;
- c) Transportes e comunicações;
- d) Educação, ensino e formação profissional;
- e) Património, cultura e ciência;
- f) Tempos Livres e Desporto;
- g) Saúde;
- h) Acção Social;
- i) Habitação;
- j) Protecção Civil;
- l) Ambiente e saneamento básico
- m) Defesa do Consumidor
- n) Promoção do desenvolvimento
- o) Ordenamento do território e urbanismo
- p) Polícia Municipal
- q) Cooperação externa

Handwritten signatures and initials, including "HG", "75", and "Amara".



1.1.4 Recursos humanos

a. Identificação dos responsáveis

Responsáveis pela gestão do exercício findo de 2021, de 1 de janeiro a 31 de dezembro:

Nome	Período de responsabilidade
José Luís Gaspar Jorge	01-01-2021 a 31-12-2021
Octávia Manuel da Rocha e Freitas Morais Clemente	01-01-2021 a 16-10-2021
António Manuel Pinto Ribeiro	01-01-2021 a 31-12-2021
Lucinda Silva Fonseca Moreira	01-01-2021 a 17-10-2021
Raimundo de Magalhães Carvalho	01-01-2021 a 17-10-2021
Adriano Teixeira Alves dos Santos	01-01-2021 a 31-12-2021
Nuno Miguel Oliveira Sousa Queirós	01-01-2021 a 17-10-2021
André da Silva Ribeiro e Costa Magalhães	01-01-2021 a 17-10-2021
Ana Rita Brochado Marinho Bastos Batista	01-01-2021 a 31-12-2021
Hugo Jorge Carvalho Peixoto	03-08-2021, 23-08-2021, 10-09-2021
Alfredo Agostinho Oliveira Pinheiro	03-08-2021
António Jorge Vieira Ricardo	17-10-2021 a 31-12-2021
Hugo Miguel Costa Carvalho	17-10-2021 a 31-12-2021
Carlos Gonçalo Teixeira Pereira	17-10-2021 a 31-12-2021
Silvia Isabel Brochado Araújo	17-10-2021 a 31-12-2021
Carlos Manuel Azevedo Pereira	17-10-2021 a 31-12-2021
Manuel Alexandre Machado Oliveira	02-11-2021, 06-12-2021, 16-12-2021, 20-12-2021
Olívia da Conceição Andrade de Carvalho	02-11-2021, 29-11-2021

b. Identificação relativa a pessoal

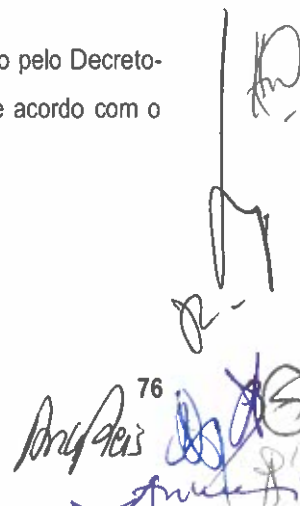
A 31 de dezembro de 2021 o quadro de pessoal do Município integrava 828 trabalhadores-

1.2 Referencial contabilístico e Demonstrações Financeiras

a. Referencial contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com o SNC-AP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na sua atual redação, tendo sido aplicadas subsidiariamente, de acordo com o artigo 13.º, pela ordem seguinte:

- i. Normas Internacionais de Contabilidade Pública em vigor;
- ii. Sistema de Normalização Contabilística;
- iii. Normas Internacionais de Contabilidade adotadas na União Europeia;



76



iv. Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board.

Foram ainda aplicados os requisitos das NCP e de relato financeiro relevantes para a entidade.

As notas relativamente às quais se considere não haver informação para que se justifique a sua divulgação, ou que não sejam significativas para a compreensão das demonstrações financeiras, não serão aplicáveis no presente anexo.

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam as presentes demonstrações financeiras, quaisquer eventos excepcionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP, e que tenham produzido efeitos materialmente relevantes.

b. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Conforme referido em a), as demonstrações financeiras referentes ao ano de 2021 foram elaboradas em conformidade com o SNC-AP.

Considerando que o município aplica o SNC-AP desde 1 de janeiro de 2020, nas demonstrações financeiras de 2021 a comparabilidade está assegurada.

e. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

De seguida apresenta-se a desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes.

Q1 – Desagregação de caixa e depósitos

Conta	2021		2020	
Caixa		648,91		679,47
Depósitos à ordem		6 668 290,82		4 321 827,62
Depósitos bancários à ordem	6 668 290,82		4 321 827,62	
Outros depósitos		1 890 180,06		1 313 650,33
Depósitos consignados	53 824,99		60 316,37	
Depósitos de garantias e cauções	1 836 355,07		1 253 333,96	
Total		8 559 119,79		5 636 157,42

Os saldos de caixa e seus equivalentes são constituídos por saldos de gerência.

O valor apresentado em depósitos de garantias e cauções respeita a valores retidos no âmbito de procedimentos concursais para garantia da boa execução dos contratos.

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page, including a large signature and the number 77.



Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para a entidade.

O balanço e a demonstração de resultados de 2021 foram preparadas de acordo com o SNC-AP assim como a informação relativa ao ano anterior, garantindo-se desta forma a comparabilidade das demonstrações financeiras.

2.1 Base de Mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com a NCP1 – estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras e são aprestadas em Euros.

O euro é a moeda funcional e de apresentação.

Apresentação apropriada e conformidade com as NCP

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. Representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas NCP.

Informação comparativa

A informação comparativa foi divulgada com respeito ao período anterior para grande parte das quantias relatadas nas demonstrações financeiras.

Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas foram adotadas de maneira consistente ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação serão divulgadas, tendo em conta:

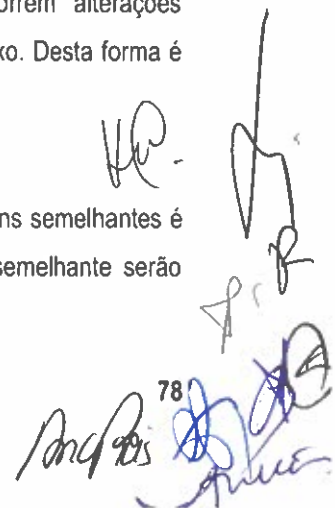
- a) A natureza de reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- c) Razão para a reclassificação.

Consistência de Apresentação

Sempre que possível, as Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhe dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante serão apresentados separadamente, a menos que sejam imateriais.



Handwritten signatures and initials, including a large signature at the top right and several smaller ones at the bottom right, some with a circled number '78'.



Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram sujeitos a compensações, exceto os que forem exigidos por uma NCP.

Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, o Município de Amarante continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade, de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações, não obstante a pandemia que afetou o ano 2020 e 2021 com adaptação nos processos de trabalho do Município.

As demonstrações financeiras foram preparadas, a partir dos livros e registos contabilísticos, organizados elaborados de acordo com as NCP em vigor à data da elaboração das mesmas.

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 31 de março de 2022, os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na nota 17.

Assim, a seleção da base de mensuração é relevante para as demonstrações financeiras, sendo as seguintes:

a. Ativos fixos tangíveis

Os Ativos fixos tangíveis são mensurados ao seu custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e quaisquer perdas por imparidades.

Na transição do ano para o novo normativo contabilístico, foram efetuadas reclassificações, tendo por base o classificador complementar 2 (CC2).

A quantia depreciável de um ativo fixo tangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. As depreciações são calculadas, quando os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta ou pelo método das quotas degressivas, em sistema de duodécimos, em conformidade com as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que é utilizado. Nesta situação, são casuisticamente justificadas as razões que explicam uma eventual alteração do tempo de vida útil.

b. Propriedades de investimento

São contabilizados como propriedades de investimento os terrenos e edifícios detidos para obtenção de rendas ou valorização de capital.

As propriedades de investimento encontram-se reconhecidas e mensuradas pelo modelo do custo, isto é, ao custo menos depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, quando os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos, em conformidade com as estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Para este efeito são tidas em



consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo.

O órgão executivo considera que o justo valor das propriedades de investimento corresponde ao seu valor líquido contábilístico.

c. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos e mensurados pelo seu custo de aquisição, menos amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

A quantia amortizável de um ativo intangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. A amortização, calculada numa base duodecimal, começa quando o ativo está disponível para uso, isto é, quando se encontra na localização e condição necessárias para operar da forma pretendida pelo órgão de gestão. Para este efeito são tidas em consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Nesta situação, são casuisticamente justificadas as razões que explicam uma eventual alteração do tempo de vida útil.

Todos os bens do ativo intangível foram mensurados pelo seu custo.

d. Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros foram mensurados, atendendo ao previsto na NCP 23 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos conjuntos.

Nesta componente do ativo, registre-se que se passou a utilizar o método de equivalência patrimonial relativamente à entidade Instituto Empresarial do Tâmega, tendo-se procedido ao devido ajustamento do critério de mensuração, ao novo referencial contábilístico.

Os restantes investimentos financeiros relevados no balanço encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das perdas por imparidades.

O Município detém ainda participações em entidades não societárias, cuja participação não se encontra revelada no balanço, dado não cumprirem os critérios de reconhecimento previstos no SNC-AP.

e. Acordos de concessão de serviços: Concedente

De acordo com a “NCP 4 – Acordos de Concessão de Serviços: Concedente” os acordos de concessão de serviços devem ser reconhecidos quando o Município de Amarante controla quais os serviços que o concessionário tem de prestar com o ativo, a quem tem de os prestar e a que preço, controlando, através de propriedade, o ativo no final do



termo do acordo.

Até à presente data o Município não obteve as informações necessárias e suficientes junto das Entidades Concessionárias, para concluir a análise dos direitos, obrigações e eventuais responsabilidades emergentes dos contratos de concessão de serviços no âmbito da Norma Contabilística Pública 4 – Acordos de Concessão.

f. Imparidades de ativos

As quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis são revistos anualmente para determinar a existência de imparidade. Em caso de existência de tais indícios, procede-se à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a existência e extensão da perda por imparidade.

g. Inventários

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição.

Quando os inventários são vendidos ou consumidos, a quantia escriturada desses inventários é reconhecida como um gasto do período em que o respetivo rendimento é reconhecido.

O sistema de inventário adotado é o permanente, estando mensurado ao custo médio ponderado.

As quantidades existentes no final do período de relato foram determinadas a partir dos registos contabilísticos confirmados por contagem física.

h. Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos fixos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

i. Instrumentos financeiros

i. Clientes e outras contas a receber



As dívidas de clientes e outras contas a receber são mensuradas, quando reconhecidas inicialmente, pelo justo valor e, subsequentemente, pelo respetivo custo amortizado, o qual usualmente não difere do seu valor nominal. Quando existe evidência de que as mesmas se encontram em imparidade, procede-se ao registo do correspondente ajustamento em resultados. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber, por regra, seis meses após a data de vencimento.

ii. Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal, dado o valor nominal não diferir significativamente do custo amortizado, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependente de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respetivamente.

Os custos de juros e outros gastos incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo.

iii. Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas a fornecedores e outras contas a pagar são reconhecidas inicialmente pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, pelo respetivo custo amortizado, o qual usualmente não difere do seu valor nominal.

iv. Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação.

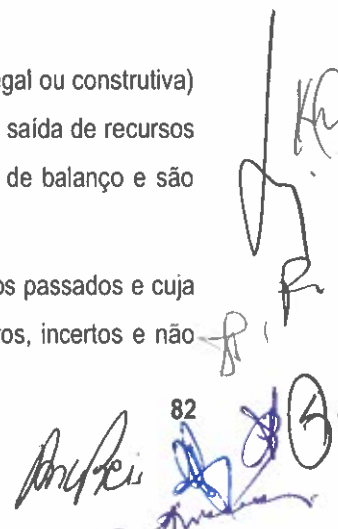
v. Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica «Caixa e depósitos» correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

j. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando, cumulativamente, existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não



82



totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. O Município de Amarante não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

k. Benefícios dos empregados

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego quer por decisão unilateral da entidade quer por mútuo acordo são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

l. Regime do acréscimo

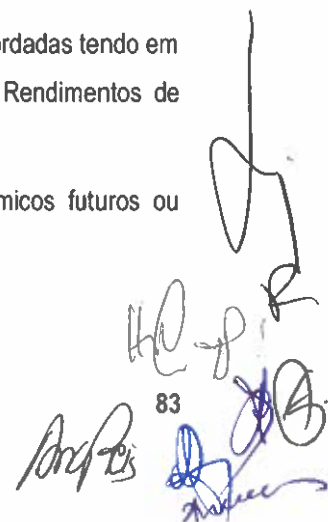
Os gastos e rendimentos são registados na base do acréscimo, pela qual são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e perdas e rendimentos e ganhos são registadas nas rubricas Outras contas a receber, Outras contas a pagar ou Diferimentos.

m. Rendimentos

As matérias relacionadas com o reconhecimento e mensuração do rendimento de transações, são abordadas tendo em conta o prescrito nas NCP 13 – Rendimentos de transações com contraprestação e NCP 14 - Rendimentos de transações sem contraprestação.

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para o município benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

n. Transferências e subsídios obtidos



83



A dotação do OE atribuída anualmente ao município ao abrigo da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais – RFALEI), cuja transferência ocorre mensalmente, sendo o respetivo rendimento também reconhecido mensalmente.

As transferências/subsídios obtidos são reconhecidos quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que se cumprirão as condições exigidas para a sua concessão.

As transferências/subsídios relacionados com rendimentos são reconhecidos como rendimento do próprio período, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

As transferências/subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos no Património Líquido, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados (rubrica Imputação de subsídios e transferências para investimentos) numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados, ou seja, na proporção dos respetivos gastos de depreciação e de amortização durante a vida útil dos ativos. No caso de o subsídio estar relacionado com ativos não depreciáveis, são mantidos no Património Líquido, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

o. Acontecimentos após a data de relato

Os eventos ocorridos após a data de relato que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data de relato (acontecimentos que dão lugar a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos após a data de relato que sejam indicativos de condições que surgiram após a data de relato (acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

p. Erros materiais de períodos anteriores

No período não foram efetuadas regularizações de erros materiais relativos a exercício anteriores.

2.1 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes.

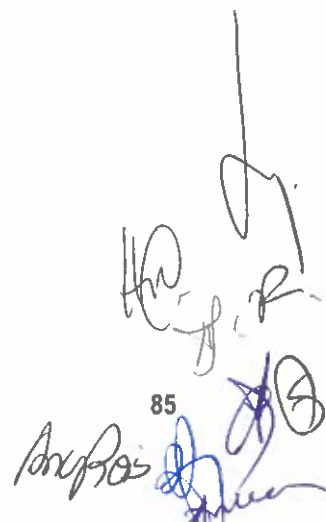
Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das



demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento;
- b) Análises de imparidade de ativos correntes;
- c) Estimativa de férias e subsídio de férias associados aos empregados;
- d) Estimativa de fornecimentos e serviços externos;
- e) Outros gastos com pessoal;
- f) Especialização de exercícios;
- g) Provisões.


85



Nota 3 - Ativos intangíveis

Os bens do ativo intangível foram mensurados pelo seu custo, sendo depreciados pelo método da linha reta, durante o seu período de vida útil, em conformidade com o Classificador Complementar 2 (CC2) do SNC-AP.

a. Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

A quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, no início e no final do período de 2021, foi a seguinte:

Q3.1 – Ativos intangíveis - Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

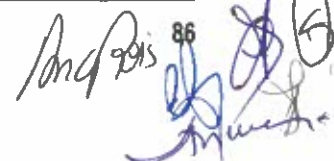
RUBRICAS (1)	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (2)	Amortizações Acumuladas (3)	Perdas por Imparidade Acumuladas (4)	Quantia escriturada (5)=(2)-(3)-(4)	Quantia Bruta (6)	Amortizações Acumuladas (7)	Perdas por Imparidade Acumuladas (8)	Quantia escriturada (9)=(6)-(7)-(8)
Ativos intangíveis de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural								
Goodwill								
Projetos de desenvolvimento	1 686 472,34	1 388 673,91		297 798,43	1 752 062,09	1 541 070,19		210 991,90
Programas de computador e sistemas de informação	771 376,97	728 776,82		42 600,15	797 851,18	760 921,34		36 929,84
Propriedade industrial e intelectual								
Outros								
Ativos intangíveis em curso	187 186,95			187 186,95	386 890,39			386 890,39
TOTAL	2 645 036,26	2 117 450,73		527 585,53	2 936 803,66	2 301 991,53		634 812,13

b. Quantia escriturada e variações do período

A quantia escriturada, no início e no final do período de 2021, foi a seguinte:

Q3.2 - Quantia escriturada e variações do período

RUBRICAS (1)	Quantia Escriturada Inicial (2)	Variações								Quantia Escriturada Final (11)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)
		Adições (3)	Transferências internas à entidade (4)	Revalorizações (5)	Reversões de perdas por imparidade (6)	Perdas por Imparidade (7)	Diferenças cambiais (8)	Amortizações por período (9)	Diminuições (10)	
Ativos Intangíveis										
Ativos intangíveis de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural										
Goodwill										
Projetos de desenvolvimento	297 798,43	26 045,25	39 544,50					-152 396,28		210 991,90
Programas de computador e sistemas de informação	42 600,15	26 474,21						-32 144,52		36 929,84
Propriedade industrial e intelectual										
Outros										
Ativos intangíveis em curso	187 186,95	2 309 356,94	-709 199,54						-1 400 453,96	386 890,39
TOTAL	527 585,53	2 361 876,40	-669 655,04					-184 540,80	-1 400 453,96	634 812,13

86




i. Ativos intangíveis | Adições

Durante o período do relato, verificaram-se as seguintes adições em ativos fixo intangíveis:

Q3.2A - Ativos intangíveis - Adições

RUBRICAS (1)	Adições									
	Internas (2)	Compra (3)	Cessão (4)	Transferência ou troca (5)	Doação, herança, legado/perdido a favor do (6)	Doação em pagamento (7)	Locação financeira (8)	Fusão, cisão, reestruturação (9)	Outras (10)	Total (11)=(2)+(3)+ (4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)
Ativos intangíveis de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural										
Goodwill										
Projetos de desenvolvimento		26 045,25								26 045,25
Programas de computador e sistemas de informação		26 474,21								26 474,21
Propriedade industrial e intelectual										
Outros										
Ativos intangíveis em curso		2 309 356,94								2 309 356,94
TOTAL		2 361 876,40								2 361 876,40

ii. Ativos intangíveis | Diminuições

Durante o período de relato, verificaram-se as seguintes diminuições em ativos fixo intangíveis:

Q3.2B - Ativos intangíveis - Diminuições

RUBRICAS (1)	Diminuições				
	Alienação a título oneroso (2)	Transferência ou troca (3)	Fusão, cisão, reestruturação (4)	Outras (5)	Total (6)=(2)+(3)+(4)+(5)
Ativos intangíveis de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural					
Goodwill					
Projetos de desenvolvimento					
Programas de computador e sistemas de informação					
Propriedade industrial e intelectual					
Outros					
Ativos intangíveis em curso				1 400 453,96	1 400 453,96
TOTAL				1 400 453,96	1 400 453,96

Handwritten signatures and initials, including a large signature on the right and smaller ones at the bottom right.



Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: concedente

No quadro seguinte encontram-se descritos os contratos de concessão, com todos os elementos fundamentais. Não há lugar a qualquer pagamento, há sim lugar a recebimentos.

Q4. - Acordos de concessão de serviços

Acordos de concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Exploração da concessão de distribuição de electricidade em baixa tensão	EDP Distribuição - Energia, S.A.		20A				
Exploração em regime de parceria de sistemas municipais de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais	Águas do Norte, S.A.		30A				

Apesar de solicitados, não foram recebidos oportunamente elementos das concessionárias que permitissem operar quaisquer movimentos contabilísticos ou divulgações adicionais.

Nota 5 - Ativos fixos tangíveis

Os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo e a partir do momento em que os ativos fixos tangíveis se encontrem disponíveis para utilização, os mesmos serão depreciados pelo método da linha reta, durante o seu período de vida útil, em conformidade com o Classificador Complementar 2 (CC2) do SNC-AP.

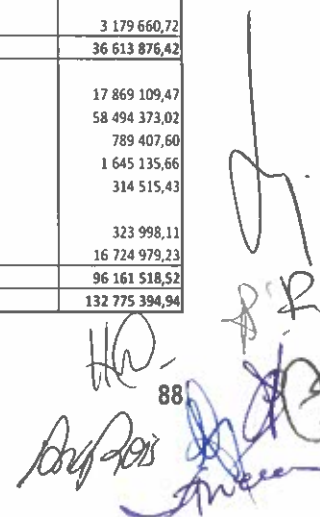
Em 2021, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos tangíveis encontra-se de seguida.

a. Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

Durante o período de relato, a quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, assim como as respetivas depreciações acumuladas, foi a seguinte:

Q5.1 – Ativos fixos tangíveis - Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS (1)	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (2)	Depreciações Acumuladas (3)	Perdas por Imparidade Acumuladas (4)	Quantia escriturada (5)=(2)-(3)-(4)	Quantia Bruta (6)	Depreciações Acumuladas (7)	Perdas por Imparidade Acumuladas (8)	Quantia escriturada (9)=(6)-(7)-(8)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	2 088 736,65			2 088 736,65	2 112 433,59			2 112 433,59
Edifícios e outras construções	9 023 105,36	3 104 532,89		5 918 572,47	9 403 654,28	3 477 783,80		5 925 870,48
Infraestruturas	60 354 847,26	34 850 664,01		25 504 183,25	62 449 491,29	37 937 214,16		24 512 277,13
Património histórico, artístico e cultural	799 634,50			799 634,50	883 634,50			883 634,50
Outros								
Bens de domínio público em curso	732 283,08			732 283,08	3 179 660,72			3 179 660,72
	72 998 606,85	37 955 196,90		35 043 409,95	78 028 874,38	41 414 997,96		36 613 876,42
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	17 719 798,09	12 943,81		17 706 854,28	17 882 053,28	12 943,81		17 869 109,47
Edifícios e outras construções	79 129 299,73	22 618 584,92		56 510 714,81	82 476 187,19	23 981 814,17		58 494 373,02
Equipamento básico	6 333 790,75	5 698 248,68		635 542,07	6 673 761,00	5 884 353,40		789 407,60
Equipamento de transporte	3 653 227,66	3 174 869,52		478 358,14	4 587 362,51	2 942 226,85		1 645 135,66
Equipamento administrativo	1 827 234,79	1 560 615,93		266 618,86	2 022 734,04	1 708 218,61		314 515,43
Equipamentos biológicos								
Outros	1 650 980,42	1 437 717,69		213 262,73	1 827 319,13	1 503 321,02		323 998,11
Ativos fixos tangíveis em curso	7 566 343,88			7 566 343,88	16 724 979,23			16 724 979,23
	117 880 675,32	34 502 980,55		83 377 694,77	132 194 396,38	36 032 877,86		96 161 518,52
TOTAL	190 879 282,17	72 458 177,45		118 421 104,72	210 223 270,76	77 447 875,82		132 775 394,94





b. Quantia escriturada e variações do período

Q5.2 – Ativos fixos tangíveis - Quantia escriturada e variações do período

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS (1)	Quantia Escriturada Inicial (2)	Variações no período								Quantia Escriturada Final (11)=(2)+(3)+(4)+(5)+ (6)+(7)+(8)+(9) -(10)
		Adições (3)	Transferências internas à entidade (4)	Revalorizações (5)	Reversões de perdas por imparidade (6)	Perdas por imparidade (7)	Depreciações do período (8)	Diferenças cambiais (9)	Diminuições (10)	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Terrenos e recursos naturais	2 088 736,65	23 696,94								2 112 433,59
Edifícios e outras construções	5 918 572,47	51 734,17	328 814,75				-373 250,91			5 925 870,48
Infraestruturas	25 504 183,25	342 415,73	1 752 228,30				-3 086 550,15			24 512 277,13
Património histórico, artístico e cultural	799 634,50	84 000,00								883 634,50
Outros										
Bens de domínio público em curso										
	732 283,08	3 274 333,30	-826 953,66							3 179 660,72
	35 043 409,95	3 776 180,14	1 254 087,39				-3 459 801,06			36 613 876,42
Ativos fixos em concessão										
Terrenos e recursos naturais										
Edifícios e outras construções										
Infraestruturas										
Património histórico, artístico e cultural										
Ativos fixos em concessão em curso										
Outros ativos fixos tangíveis										
Terrenos e recursos naturais	17 706 854,28	43 230,39	120 000,00						-975,20	17 869 109,47
Edifícios e outras construções	56 510 714,81	2 830 997,82	575 012,84				-1 376 013,09		-46 339,36	58 494 373,02
Equipamento básico	635 542,07	426 231,31					-272 365,78			789 407,60
Equipamento de transporte	478 358,14	1 490 298,02					-323 520,50			1 645 135,66
Equipamento administrativo	266 618,86	117 730,37	92 222,50				-162 056,30			314 515,43
Equipamentos biológicos										
Outros	213 262,73	187 234,80					-76 244,59		-254,83	323 998,11
Ativos fixos tangíveis em curso	7 566 343,88	12 381 014,31	-3 222 378,96							16 724 979,23
	83 377 694,77	17 476 737,02	-2 435 143,62				-2 210 200,26		-47 569,39	96 161 518,52
TOTAL	118 421 104,72	21 252 917,16	-1 181 056,23				-5 670 001,32		-47 569,39	132 775 394,94

Face a limitações do programa informático do património não nos é possível identificar com o devido rigor os ativos fixos em concessão relevados no balanço e a desagregação adequada das transferências internas à entidade.

De referir também que os bens de domínio público considerados nas demonstrações financeiras não incluem os resultantes de empreitadas e aquisições de terrenos anteriores a 2003 por não ter sido possível ainda terminar o respetivo trabalho de inventariação.

Registrar ainda que existem bens do ativo fixo tangível que não estão inventariados, nomeadamente os transferidos no âmbito da delegação de competências da educação em 2020.



89



i. Ativos fixos tangíveis | Adições

Durante o período do relato, verificaram-se as seguintes adições em ativos fixo tangíveis:

Q5.2A - Ativos fixos tangíveis - Adições

RUBRICAS (1)	Adições										
	Internas (2)	Compra (3)	Cessão (4)	Transferência ou troca (5)	Expropriação (6)	Doação, legado/perdido a favor do estado	Doação em pagamento (8)	Locação financeira (9)	Fusão, cisão, reestruturação (10)	Outras (11)	Total (12)=(2)+(3)+(4) +(5)+(6)+(7)+(8) +(9)+(10)+(11)
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural											
Terrenos e recursos naturais		23 696,94									23 696,94
Edifícios e outras construções		51 734,17									51 734,17
Infraestruturas		342 415,73									342 415,73
Patrimônio histórico, artístico e cultural		15 000,00				69 000,00					84 000,00
Outros											
Bens de domínio público em curso		3 274 333,30									3 274 333,30
		3 707 180,14				69 000,00					3 776 180,14
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções											
Infraestruturas											
Patrimônio histórico, artístico e cultural											
Ativos fixos em concessão em curso											
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais		-22 014,54								65 244,93	43 230,39
Edifícios e outras construções		2 830 997,82									2 830 997,82
Equipamento básico		426 231,31									426 231,31
Equipamento de transporte		237 076,84						1 253 221,18			1 490 298,02
Equipamento administrativo		108 781,28								8 949,09	117 730,37
Equipamentos biológicos											
Outros		187 234,80									187 234,80
Ativos fixos tangíveis em curso		12 381 014,31									12 381 014,31
		16 149 321,82						1 253 221,18		74 194,02	17 476 737,02
TOTAL		19 856 501,96				69 000,00		1 253 221,18		74 194,02	21 252 917,16

Handwritten signatures and initials in the bottom right corner, including a large signature and the number 90.



ii. Ativos fixos tangíveis | Diminuições

No período de relato, verificaram-se as seguintes diminuições em ativos fixos tangíveis:

Q5.2B - Ativos fixos tangíveis - Diminuições

RUBRICAS (1)	Diminuições					
	Alienação a título oneroso (2)	Transferência ou troca (3)	Devolução ou reversão (4)	Fusão, cisão, reestruturação (5)	Outras (6)	Total (7)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)
Bens de domínio público, património histórico, Terrenos e recursos naturais Edifícios e outras construções Infraestruturas Património histórico, artístico e cultural Outros Bens de domínio público em curso						
Ativos fixos em concessão Terrenos e recursos naturais Edifícios e outras construções Infraestruturas Património histórico, artístico e cultural Ativos fixos em concessão em curso						
Outros ativos fixos tangíveis Terrenos e recursos naturais Edifícios e outras construções Equipamento básico Equipamento de transporte Equipamento administrativo Equipamentos biológicos Outros Ativos fixos tangíveis em curso					-975,20 46 339,36 0,00 0,00 0,00 0,00 -254,83 0,00	-975,20 46 339,36 0,00 0,00 0,00 0,00 -254,83 0,00
TOTAL	0,00				-47 569,39	-47 569,39

Nota 6 - Locações

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação. Caso contrário são classificados como locações operacionais

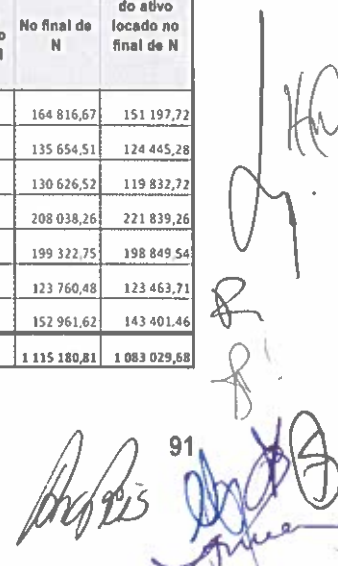
a. Locações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2021, o Município de Amarante mantém os seguintes bens em regime de locação financeira, como locatária:

LOCADOR		Reconhecimento Inicial da locação				Pagamentos da locação						Passivo remanescente		Valor líquido do ativo locado no final de N	
Designação	NIPC	Início da locação*	Começo do prazo da locação**	Passivo	Ativo	Juros contratualis			Redução do passivo pendente			Rendas contingentes	No início de N		No final de N
						Até N	Em N	Previstos após N	Até N	Em N	Previstos após N				
CGD	500960046	03/02/2021	01/05/2021	201 597,00	201 597,00		626,91	989,20		36 780,33	164 816,67			164 816,67	151 197,72
CGD	500960046	03/02/2021	01/05/2021	165 927,00	165 927,00		515,97	814,16		30 272,49	135 654,51			135 654,51	124 445,28
CGD	500960046	03/02/2021	01/05/2021	159 777,00	159 777,00		496,87	783,99		29 150,48	130 626,52			130 626,52	119 832,72
CGD	500960046	20/05/2021	20/08/2021	248 460,00	248 460,00		376,60	750,10		40 421,74	208 038,26			208 038,26	221 839,26
CGD	500960046	31/08/2021	20/11/2021	216 926,74	216 926,74		290,79	1 510,85		17 603,99	199 322,75			199 322,75	198 849,54
CGD	500960046	03/09/2021	01/12/2021	134 687,66	134 687,66		165,32	772,96		10 927,18	123 760,48			123 760,48	123 463,71
BCP - MILLENNIUM	501525882	07/11/2021	07/02/2022	152 961,62	152 961,62			1 647,68		0,00	152 961,62			152 961,62	143 401,46
TOTAL				1 280 337,02	1 280 337,02		2 472,46	7 268,94		165 156,21	1 115 180,81			1 115 180,81	1 083 029,68

* Data da assinatura do contrato

** Data de pagamento da 1ª Renda do Contrato





Nota 7 - Custo de empréstimos obtidos

"Atualmente, no que concerne aos financiamentos obtidos estão mensuradas pelo seu valor nominal considerando que o efeito do valor temporal do dinheiro não é materialmente relevante. O Município tem conseguido financiamentos em maturidades semelhantes ou superiores com taxa de juro inferior a 1% e mesmo zero no caso dos empréstimos BEI e subvenções reembolsáveis."

Considerando a imaterialidade da adoção do critério do custo amortizado relativamente aos empréstimos bancários obtidos, não se procedeu a qualquer alteração.

Os custos de juros e outros gastos incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo.

Informação no ANEXO I - Q7.1 - Empréstimos obtidos - Empréstimos bancários.

Nota 8 - Propriedades de investimento

O modelo utilizado para reconhecimento das propriedades de investimento é o modelo de custo, isto é, no custo menos depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Ver também a Nota 2

a. Variação das depreciações e perdas por imparidades acumulada

Durante o período de relato, a quantia escriturada relativa a propriedades de investimento, assim como as respetivas depreciações acumuladas, foi a seguinte:

Q8.1 – Propriedades de investimento - Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS (1)	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (2)	Depreciações Acumuladas (3)	Perdas por Imparidade Acumuladas (4)	Quantia escriturada (5)=(2)-(3)-(4)	Quantia Bruta (6)	Depreciações Acumuladas (7)	Perdas por Imparidade Acumuladas (8)	Quantia escriturada (9)=(6)-(7)-(8)
Bens de Domínio Público								
Terrenos e Recursos Naturais								
Edifícios e Outras Construções								
Outras Propriedades de Investimento	169 159,39	65 759,48	0,00	103 399,91	169 159,39	69 142,64	0,00	100 016,75
Propriedades de Investimento em Curso								
TOTAL	169 159,39	65 759,48	0,00	103 399,91	169 159,39	69 142,64	0,00	100 016,75

Handwritten signatures and initials, including "HE" and "92".



b. Quantia escriturada e variações do período

As propriedades de investimento sofreram, durante o período do relato, as seguintes variações:

Q8.2 – Propriedades de investimento - Quantia escriturada e movimentos do período (modelo do custo)

RUBRICAS (1)	Quantia Escriturada Inicial (2)	Variações							Quantia Escriturada Final (10)=(2)+(3)+(4) +(5)+(6)+(7)+(8)+ (9)
		Adições (3)	Transferências internas à entidade (4)	Revalorizações (5)	Reversões de perdas por imparidade (6)	Perdas por imparidade (7)	Amortizações do período (8)	Diminuições (9)	
Bens de Domínio Público									
Terrenos e Recursos Naturais									
Edifícios e Outras Construções	103 399,91						-3 383,16		100 016,75
Outras PI									
PI em Curso									
TOTAL	103 399,91						-3 383,16		100 016,75

Nota 9 – Imparidades de ativos

Segue-se a informação sobre a quantia recuperável dos ativos.

Q9 – Imparidades de ativos

Ativo	Natureza	Quantia Bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Participações financeiras		5 825 571,45	872 964,28	4 952 607,17
Clientes, contribuintes e utentes		382 597,57	296 409,52	86 188,05
Outras contas a receber		6 288 213,45	308 203,90	5 980 009,55
Total	0,00	12 496 382,47	1 477 577,70	11 018 804,77

No período foram constituídas imparidades para *participações financeiras* no montante de € 2.304,22.

Relativamente aos *clientes, contribuintes e utentes* foram revertidas no período perdas por imparidade no montante de € 24.868,21.

Por sua vez, os *outros devedores* registaram no período um acréscimo das perdas por imparidade no montante de € 20.631,91 e uma reversão de perdas por imparidade no valor de € 44.709,72.





Nota 10 - Inventários

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição.

Quando os inventários são vendidos ou consumidos, a quantia escriturada desses inventários é reconhecida como um gasto do período em que o respetivo rendimento é reconhecido.

O sistema de inventário adotado pelo Município é o permanente, estando mensurado ao custo médio ponderado.

b. Inventários

De seguida apresenta-se o quadro com a informação dos valores da conta de inventários:

Q10.1 – Inventários

Rubrica (1)	Quantia bruta (2)	Imparidade acumulada (3)	Quantia recuperável (4)=(2)-(3)
Mercadorias			
Matérias primas, subsidiarias e de consumo	26 392,09		26 392,09
Produtos acabados e intermédios			
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			
Produtos e trabalhos em curso			
Total	26 392,09		26 392,09

c. Inventários - movimentos do período

De seguida apresenta-se o quadro com a informação dos valores da conta de inventários:

Q10.2 – Inventários - movimentos do período

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras Líquidas	Consumos/ gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(1)+(2)-(3)- /(4)-(5)+(6)- (7)+(8)
Mercadorias		28 177,41	28 177,41						0,00
Matérias primas, subsidiarias e de consumo	15 657,85	569 013,08	558 278,84						26 392,09
Produtos acabados e intermédios									
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos									
Produtos e trabalhos em curso									
TOTAL	15 657,85	597 190,49	586 456,25						26 392,09

Handwritten signatures and initials:
 H.C. - S.P.
 [Signature]
 [Signature]



Nota 13 - Rendimento de transações com contraprestação

Esta nota reporta-se ao tratamento contabilístico do rendimento proveniente de transações e acontecimentos que tenham uma contraprestação, destacando como aspeto principal a determinação do momento do reconhecimento.

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

Os rendimentos provenientes de transações com contraprestação, e relevados durante o período de relato, têm a seguinte decomposição:

Q13 - Rendimentos com contraprestação

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do Período	
Taxas					
Loteamentos e obras	918 019,55				
Ocupação da via pública	127 166,19				
Licença sobre o ruído	1 898,66				
Outras	510 675,78				
Vendas					
Outras	33 520,65				
Prestação de serviços					
Transportes Coletivos de Pessoas e Mercadorias	222,50				
Cemitérios	12 104,85				
Serviços Sociais	141 863,48				
Outros	1 302 799,35				
Outros subcontratos ou concessões	1 506 119,68				
Juros					
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	30,96				
Outros					
Outros	176 784,20				
TOTAL	4 731 205,85				

Considerando que o município se encontra a desenvolver trabalhos de avaliação de dívidas registadas de períodos anteriores, muitas delas prescritas, optou-se pela não inclusão na coluna quantias a receber.





Nota 14 - Rendimento de transações sem contraprestação

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

Os rendimentos provenientes de transações sem contraprestação, e relevados durante o período de relato, têm a seguinte decomposição:

Q14 - Rendimentos sem contraprestação

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do Período	
Impostos diretos					
Derrama	466 787,68				
Imposto municipal sobre imóveis	4 248 468,62				
Imposto único de circulação	1 181 586,75				
Impostos indiretos					
Ocupação da via pública	21,36				
Taxa municipal de direitos de passagem	16 692,37				
Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	1 921 393,70				
Outros	296,06				
Multas e outras penalidades					
Multas e outras penalidades	1 273,03				
Transferências sem condições					
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	14 416 341,00				
Fundo Social Municipal (FSM)	1 188 159,00				
Participação IRS	1 428 541,00				
Transferências de competências - Lei n.º 50/2018	2 339 689,22				
Participação do IVA	179 485,71				
Outras	1 432 783,65				
Serviços e Fundos Autónomos	117 681,73				
Administração Local	133 841,86				
Subsídios com condição	47 446,35				
TOTAL	29 120 489,09				

Considerando que o município se encontra a desenvolver trabalhos de avaliação de dívidas registadas de períodos anteriores, muitas delas prescritas, optou-se pela não inclusão na coluna quantias a receber.

No âmbito das transações sem contraprestação, o município adota as políticas e métodos contabilísticos previstos na NCP 14. Para o efeito, consideram-se transações sem contraprestação:

- i. transações em que a entidade recebe recursos, mas não dá como retorno qualquer retribuição, ou dá apenas uma retribuição simbólica;
- ii. transações em que a entidade pode proporcionar uma retribuição, diretamente como contrapartida dos serviços recebidos, mas essa retribuição não se aproxima do justo valor dos recursos recebidos.

As transações sem contraprestação podem estar sujeitas a especificações relativas a um ativo transferido, podendo estas ser condições ou restrições. As especificações são obrigatórias por força de processos legais ou administrativos.



Se uma cláusula estabelecida por lei ou regulamento, ou outro acordo vinculativo, não for suscetível de ser obrigatória, não é uma especificação. As obrigações construtivas não têm origem em especificações e são enquadradas na NCP 15 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. As condições sobre ativos transferidos, exigem que a entidade consuma os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço do ativo conforme especificado, ou restitua os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço ao cedente, no caso de as condições serem violadas. As restituições sobre ativos transferidos não incluem um requisito de que o ativo transferido, ou outros benefícios económicos futuros ou potencial de serviço, deva ser devolvido ao cedente caso o ativo não seja utilizado conforme especificado.

Registe-se que relativamente ao Imposto Municipal sobre Imóveis e à Derrama, são impostos municipais cuja liquidação e cobrança em N é diferida face ao facto gerador N-1, se procedeu à sua especialização, no que respeita às transferências de participação no IRS e IVA, embora sejam apurados com base em receitas destes impostos de exercícios anteriores tem facto gerador para o Município no ano em que é liquidado e pago pelo Estado, pelo que os montantes foram contabilizados nesta conformidade.

Ver também a Nota 2

Nota 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Relativamente a Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, a quantia escriturada no início, no final, os aumentos e diminuições do período, contam do quadro seguinte:

Q15 – Provisões

Rubricas (1)	Quantia escriturada inicial (2)	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final (11)=(2)+(6)-(10)
		Reforços (3)	Aumentos da quantia descontada (4)	Outros aumentos (5)	Total aumentos (6)=(3)+(4)+(5)	Utilizações (7)	Reversões (8)	Outras diminuições (9)	Total diminuições (10)=(7)+(8)+(9)	
Impostos, contribuições e taxas										
Garantias a clientes										
Processos judiciais em curso	103 131,63	555 432,83			555 432,83	6 014,30			6 014,30	652 550,16
Acidentes de trabalho e doenças profissionais										
Matérias ambientais										
Contratos onerosos										
Reestruturação e reorganização										
Outras provisões										
Total	103 131,63					6 014,30			6 014,30	652 550,16

Relativamente aos diversos processos judiciais que se encontram em curso, após reapreciação jurídica para efeitos de prestação anual das contas, foi ajustada a provisão para outros riscos e encargos para 652.550,16€, que se estima suficiente para fazer face a eventuais indemnizações de processos onde existe um risco significativo de ocorrerem decisões desfavoráveis ao Município.

Relativamente ao montante global de provisões para processos judiciais em curso regista-se que referente ao processo 406/20.9BEPNF respeitante ao processo de litígio associado ao procedimento de contratação do "MIMO", em conformidade com a informação da DSJF e considerando o risco associado, se provisionou o montante de 477.665,83€.



Nota 17 – Acontecimentos após a data de relato

O país e o mundo parecem aparentemente ter ultrapassado o Covid-19, tendo-se passado de classificação de Pandemia para Endemia, sendo neste momento os impactos da pandemia muito menores que os registados em 2020 e 2021.

Depois deste flagelo que afetou todo o mundo com impactos significativos a nível económico e social, no início de 2022 surgiu um novo acontecimento, a guerra provocada pela invasão da Rússia à Ucrânia, voltando a gerar um elevado grau de incerteza, a nível social e económico, com efeitos previsíveis consideráveis no custo da energia, combustíveis e bens alimentares, sendo que este facto poderá gerar implicações no relato financeiro.

Em 2022, serão implementadas as medidas necessárias de ajustamento em função do evoluir da situação relatada, sendo o impacto das mesmas objeto de relato no âmbito da prestação de contas do exercício 2022.

Nota 18 – Instrumentos Financeiros

a. Políticas contabilísticas adotadas e bases de mensuração

É política do Município reconhecer um ativo, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Ver também Nota 2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

b. Quantia escriturada dos ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros a 31.12.2021 têm a seguinte composição:

Q18.2 – Quantia escriturada dos ativos e passivos financeiros

Descrição	Quantia escriturada
Ativos financeiros	
Devedores por transferências e subsídios	
Devedores por empréstimos bonificados	
Cientes, contribuintes e utentes	86 188,05
Outras contas a receber	5 980 009,55
Ativos financeiros detidos para negociação	
Outros ativos financeiros	
Caixa e depósitos	8 559 119,79
Passivos financeiros	
Credores por transferências e subsídios concedidos	
Fornecedores	214 069,84
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	
Financiamentos obtidos	20 931 594,18
Fornecedores de investimentos	13 502,34
Outras contas a pagar	3 955 060,15



c. Quantia escriturada do património líquido

No período o património líquido verificou as seguintes alterações:

Q18.3 – Quantia escriturada do património líquido

Descrição	Quantia inicial (1)	Adições (2)	Diminuições (3)	Quantia final (4)=(1)+(2)-(3)
Património/Capital	89 193 216,28	25 230,39		89 218 446,67
Outros instrumentos de capital próprio				0,00
Prémios de emissão				0,00
Reservas	2 565 827,08	185 781,92		2 751 609,00
Resultados transitados	-3 589 539,40	2 381 563,66	185 781,92	-1 393 757,66
Ajustamentos em ativos financeiros	746 611,92		36 495,24	710 116,68
Excedentes de revalorização				0,00
Outras variações no património líquido	24 542 412,38	3 945 210,13	1 303 989,85	27 183 632,66

Os movimentos do período respeitam a:

Património/Capital

A conta *Património/Capital* foi movimentada em resultado do registo de regularização efetuado na aplicação de património relativo ao n.º de inventário 56300 “registo de terreno” que não tinha sido incluído aquando do inventário inicial.

Reservas

A conta de *Reservas* foi movimentada pela transferência e aplicação do resultado líquido do exercício de 2020 e aplicação do resultado líquido do exercício de 2019, que por lapso não tinha sido contabilizado.

Resultados Transitados

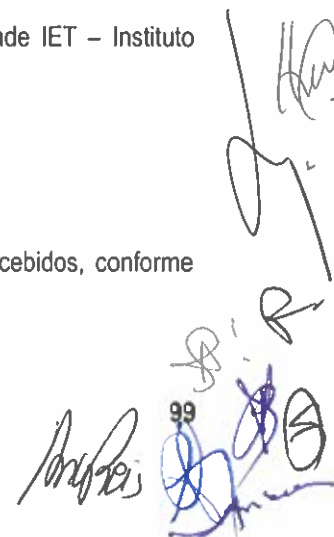
A conta de *Resultados Transitados* foi movimentada pela transferência e aplicação do resultado líquido do exercício de 2020 e aplicação do resultado líquido do exercício de 2019, que por lapso não tinha sido contabilizado.

Ajustamentos em ativos financeiros

O movimento de diminuição respeita à aplicação do método da equivalência patrimonial à entidade IET – Instituto Empresarial do Tâmega.

Outras variações no património líquido

Nesta componente estão registados os movimentos relacionados com transferências/subsídios recebidos, conforme descrito na Nota 2.





d. Outros investimentos financeiros que não sejam participações de capital em entidades controladas, associadas ou acordos conjuntos

No quadro seguinte apresentam-se os investimentos financeiros e relação das entidades societárias e não societárias.

Q18.3 – Outros investimentos financeiros que não sejam participações de capital em entidades controladas, associadas ou acordos conjuntos

Rubricas	Fração do capital detido à data do relato	Quantia escriturada inicial	Aumentos			Diminuições			Quantia escriturada final
			Compras	Reversões de perdas por imparidades	Outros	Alienações	Perdas por imparidades	Outras	
CARNAGRI - Matadouro Regional do Vale do Sousa e Baixo Tâmega, SA	2,10%	111 352,73					2 304,22		109 048,51
Agência de Desenvolvimento Regional do Entre Douro e Tâmega,		12 070,87							12 070,87
Resinorte - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	3,06%	244 470,00							244 470,00
Promoção e Gestão de Parques Empresariais do Entre Douro e Tâmega SA	5,00%	100 000,00							100 000,00
Instituto Empresarial do Tâmega (IET)	49,26%	1 206 568,87						51 831,58	1 154 737,29
DOLMEN - Cooperativa de Formação, Educação e Desenvolvimento do Baixo Tâmega, CRL	0,70%	1 250,00							1 250,00
Escola Profissional do Entre Douro e Tâmega, SA		0,00							0,00
Águas do Norte, S.A.	0,61%	1 771 530,00							1 771 530,00
Águas do Douro e Paiva, SA	2,99%	624 000,00							624 000,00
Fundo de Apoio Municipal		935 500,50							935 500,50
AMBT-Associação de Municípios do Baixo Tâmega	20,00%								0,00
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	0,39%								0,00
Tâmega e Sousa (CIM do Tâmega e Sousa)	9,09%								0,00
Turismo do Porto e Norte	n.a								0,00
TRIAVE - Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo do Ave - Tâmega e Sousa									0,00
RUTIS - Associação Rede de Universidades de 3ª Idade									0,00
ATP - Associação de Turismo do Porto									0,00
Associação Adapt.Local									0,00
Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular – Galicia									0,00
TOTAL									4 952 607,17

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page, including a large signature and the number 109.



Nota 19 – Benefícios dos empregados

Estabelece a NCP 19 que as responsabilidades por benefícios de curto prazo, nos quais se incluem remunerações certas e permanentes (salários, ordenados, subsídio de alimentação, subsídio de férias, subsídio de natal, e despesas de representação), abonos variáveis ou eventuais e contribuições para regimes de proteção obrigatórios, são mensurados numa base não descontada, uma vez que não existe a possibilidade de qualquer ganho ou perda atuarial.

Assim, as obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas pela quantia não descontada:

- i. como um passivo, em acréscimo de gastos, das quantias relativas aos direitos, nomeadamente de férias e subsídio de férias do período, que são somente pagas durante o período de relato seguinte.
- ii. como um gasto, exceto se outra norma (NCP 5 - Ativos Fixos Tangíveis e NCP 10 - Inventários) exija ou permita a inclusão destes benefícios no custo de um ativo;
- iii. como um ativo, em gasto antecipado, se a quantia já paga exceder a quantia não descontada dos benefícios, na extensão em que o pré-pagamento conduza, por exemplo, a uma redução em pagamentos ou a uma devolução de dinheiro;

Ver também Nota 2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros | k. Benefícios dos empregados.

Foram reconhecidos no período do relato, como passivos relativos a benefícios de curto prazo respeitantes a remuneração de férias e remuneração de subsídio de férias, em *Credores por acréscimos de gastos | Remunerações a liquidar*, no montante de 1.811.844,23€

Nota 23 – Outras divulgações

Nota final

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ao Município de Amarante ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.